

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,  
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mariana Santana da Silva Silva**

**EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO: UMA PERSPECTIVA  
SOBRE O GOVERNO BOLSONARO.**

**CACHOEIRA – BAHIA  
2023**

# **EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO: UMA PERSPECTIVA SOBRE O GOVERNO BOLSONARO.**

**Mariana Santana da Silva Silva**

Bacharel em Ciências Sociais

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador:** Maurício Ferreira da Silva.

---

S586e Silva, Mariana Santana da Silva.

Educação e conservadorismo: uma perspectiva sobre o governo Bolsonaro. / Mariana Santana da Silva. Cachoeira, BA, 2023. 114f., il.; color.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, Bahia, 2023.

1. Educação – Aspectos políticos - Brasil. 2. Conservantismo - Brasil. 3. Bolsonaro, Jair, 1955 –. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 370.973

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.  
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

MARIANA SANTANA DA SILVA SILVA

EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO: UMA PERSPECTIVA SOBRE O  
GOVERNO BOLSONARO

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 11 de julho de 2023

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Maurício Ferreira da Silva (UFRB – Orientador)

Documento assinado digitalmente  
 MAURICIO FERREIRA DA SILVA  
Data: 24/01/2024 16:21:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Marcelo Burgos Pimentel dos Santos (UFPB– Examinador Externo)

Documento assinado digitalmente  
 MARCELO BURGOS PIMENTEL DOS SANTO  
Data: 12/07/2023 14:55:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Maria Inês Caetano Ferreira (UFRB – Examinadora Interna)

Documento assinado digitalmente  
 MARIA INES CAETANO FERREIRA  
Data: 11/07/2023 19:56:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

CACHOEIRA/BA  
2023

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente, quero agradecer a Jeová Deus por toda a força e direcionamento ao longo da minha trajetória de vida e acadêmica.

Agradeço à minha mãe Jacira Santana e à minha irmã Mariela Santana pelo apoio de sempre. Vocês foram muito importantes nesse processo. Amo vocês!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de realizar a pesquisa com suporte financeiro.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB) pela oportunidade para desenvolver minha pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Maurício Silva, e aos professores do PPGCS/UFRB por todo o conhecimento compartilhado ao longo do mestrado.

Agradeço aos membros da banca, pelas orientações intelectuais no exame de qualificação e na defesa.

Dessa forma, o sentimento é de gratidão por finalizar mais um ciclo acadêmico.

## RESUMO

Essa pesquisa se propõe a analisar a influência do pensamento conservador no campo educacional brasileiro contemporâneo, tendo como principal objetivo investigar a política educacional adotada durante o Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Para tanto, realizou-se análise bibliográfica e documental concernente à gestão educacional do país no período de seu governo. Além disso, analisaram-se os discursos e as promessas na Campanha Eleitoral de 2018, o plano de governo, o portal oficial do Ministério da Educação (MEC), legislações aprovadas e não aprovadas e programas educacionais voltados para a Educação Básica. Como resultado, pode-se afirmar a influência do conservadorismo no campo educacional brasileiro. A educação não foi uma prioridade do governo, mesmo tendo havido promessas nesse sentido durante a Campanha Eleitoral. O modelo propagado no discurso, sobretudo, o Projeto de Lei Nº DE 2019 do Programa Escola sem Partido, que defende a ideia de escola neutra, o Programa das Escolas Cívico-Militares e *Homeschooling* (educação domiciliar), um estilo de pensamento conservador, autoritário, reacionário, cujo objetivo é mudar a concepção da escola, não tiveram muito êxito. Atrelado a isso, a área da educação conviveu com bloqueios e cortes de recursos voltados para a educação nas instituições públicas de ensino e denúncias de corrupção na gestão do Ministério da Educação. Constata-se, assim, que o plano de governo inicialmente divulgado não foi cumprido na área da educação durante os quatro anos de mandato.

**Palavras chave:** Bolsonaro; Conservadorismo; Educação; Governo; Ministério da Educação.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the influence of conservative thinking in the contemporary Brazilian educational field, with the main objective of investigating the educational policy adopted during the Government of Jair Bolsonaro (2019-2022). To this end, a bibliographic and documentary analysis was carried out regarding the country's educational management during the period of its government. Furthermore, the speeches and promises in the 2018 Electoral Campaign, the government plan, the official portal of the Ministry of Education (MEC), approved and unapproved legislation and educational programs aimed at Basic Education were analyzed. As a result, the influence of conservatism in the Brazilian educational field can be affirmed. Education was not a government priority, even though there were promises to that effect during the Electoral Campaign. The model propagated in the speech, above all, Bill No. DE 2019 of the Escola sem Partido Program, which defends the idea of a neutral school, the Civic-Military Schools Program and Homeschooling, a conservative, authoritarian style of thought, reactionary, whose objective is to change the conception of the school, were not very successful. Linked to this, the area of education faced blockages and cuts in resources aimed at education in public educational institutions and allegations of corruption in the management of the Ministry of Education. It appears, therefore, that the government plan initially released was not fulfilled in the area of education during the four years in office.

**Keywords:** Bolsonaro; Conservatism; Education; Government; Ministry of Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Post publicado no Twitter por Ricardo Vélez, em 18 de fevereiro de 2019.....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 2 – Esclarecimento de Franco Bartolacci sobre o post de Jair Bolsonaro no Twitter sobre a formação de Carlos Alberto Decotelli da Silva..</b>	<b>65</b>
<b>Figura 3 – Distribuição de ataques por ano.....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 4 – Despesas por totalidade das subáreas - 2019.....</b>	<b>93</b>
<b>Figura 5 – Despesas por totalidade das subáreas - 2020.....</b>	<b>93</b>
<b>Figura 6 – Despesas por totalidade das subáreas - 2021.....</b>	<b>94</b>
<b>Figura 7 – Despesas por totalidade das subáreas - 2022.....</b>	<b>95</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – SUDESTE.....</b>	<b>87</b>
<b>Tabela 2 – NORDESTE.....</b>	<b>87</b>
<b>Tabela 3 – SUL.....</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 4 – CENTRO-OESTE.....</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 5 – NORTE.....</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 6 – 22 MINISTROS EMPOSSADOS EM 2019.....</b>	<b>113</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
<b>1 A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>17</b>
1.1 Conservadorismo como conceito.....	17
1.2 Gênese do Conservadorismo Liberal.....	24
1.3 Conservadorismo e Liberalismo no Cenário Político e Educacional.....	33
<b>2 CONSERVADORISMO E IMPEACHMENT NO BRASIL CONTEMPORÂNEO....</b>	<b>38</b>
2.1 Conservadorismo e Impeachment.....	38
2.2 O conflito Ideológico.....	41
2.3 Movimentos conservadores nas ruas.....	48
<b>3 GOVERNO BOLSONARO NA REALIDADE NACIONAL.....</b>	<b>52</b>
3.1 Militar e ativista político.....	52
3.2 Enfim, a presidência da República.....	54
3.3 Um governo de perfil conservador.....	58
3.4 A volatilidade no Ministério da Educação.....	61
<b>4 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO.....</b>	<b>69</b>
4.1 A campanha eleitoral e a plataforma conservadora.....	69
4.2 O contexto antecessor.....	76
4.3 Bases Orçamentárias.....	92
4.4 Pandemia e Conservadorismo.....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE A:.....</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

Escrever sobre as ações educacionais no Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) não foi nada fácil, sobretudo, em um processo político em curso, e perante a pandemia de COVID-19, que assolou todo o mundo. No cenário em que estávamos vivenciando, tivemos que passar por um processo de adaptação para sobreviver em meio ao caos da pandemia. Com isso, enfrentamos vários desafios, sobretudo, na área da educação e da pesquisa. Não é de hoje que o Brasil enfrenta uma crise. É importante elegermos governantes que se preocupam e buscam melhorias na área da saúde e da educação. Em consequência, de 2019 a 2022, houve vários cortes nessas áreas e a falta de comprometimento com o ser humano.

No final de 2019, foi descoberto o primeiro caso do novo Coronavírus na China, em uma cidade chamada Wuhan. No Brasil, o primeiro caso da COVID-19 foi descoberto em fevereiro de 2020. Com essa proliferação, mais de 37.783.855 da população brasileira foi infectada, mais de 30.310.772 foi recuperada e mais de 705.172 veio a óbito<sup>1</sup>.

Para evitar que o vírus circulasse, alguns estados e municípios do Brasil buscaram seguir as medidas sanitárias impostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para cumprir o isolamento social. Essas medidas de combate para que o vírus não proliferasse de forma rápida acarretou no fechamento dos comércios, dos órgãos públicos e das instituições de ensino básico e superior. As instituições de ensino sofreram com as consequências da pandemia.

Em 17 de março de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria Nº 343, solicitando que as aulas presenciais fossem substituídas pelas "aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino". (BRASIL. Ministério da Educação, 2020). Nesse sentido, com a publicação da Portaria Nº 343, desconsiderou-se como estaria a situação dos estudantes perante a pandemia, ocasionando o descumprimento do direito comum destes.

Dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa teórica, buscamos realizar uma pesquisa de análise documental e bibliográfica, cujo objetivo é analisar a educação no Governo Bolsonaro, de 2019 a 2022. A base metodológica para o

---

<sup>1</sup> Dados extraídos do website do Governo sobre o Coronavírus. Ver: *Coronavírus*, Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

desenvolvimento dessa investigação é a pesquisa qualitativa, pois o método qualitativo é o mais viável devido à proximidade com o contexto social. Sendo assim, abordamos o conceito de Conservadorismo para compreender sua influência na política educacional no Governo Bolsonaro. Além disso, apresentamos as concepções de autores americanos e brasileiros que debateram sobre o conceito supracitado e a conduta conservadora. Também, analisamos como esses termos estão enquadrados no contexto educacional brasileiro contemporâneo e como estão correlacionados ao sistema educacional brasileiro.

Nas considerações de Minayo (1994), ao abordar os conceitos de ciência e cientificidade, as Ciências Sociais têm como objeto os fatos históricos.

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isso significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. (MINAYO, 1994, p. 13).

Nas palavras de Minayo (1994), o objeto das Ciências Sociais é histórico porquê existem grupos de indivíduos na sociedade pelos quais a organização social e as estruturas são singulares. Em vista disso, estuda o presente conforme o passado, e visando o futuro. Dessa forma, há uma resistência entre o que é oferecido e o que está sendo desenvolvido e idealizado.

São várias as perspectivas e distinções em relação à metodologia científica utilizada para o desenvolvimento de uma pesquisa, o que possibilita que haja uma má interpretação ou confusão entre a metodologia e o método. Nessa pesquisa, a metodologia é utilizada orientando os percursos para que a análise se materialize.

Essa pesquisa visa compreender como a educação foi conduzida no Governo de Jair Bolsonaro. Analisamos os acontecimentos anteriores no país até a conquista de Jair Bolsonaro à Presidência da República Brasileira. Dessa forma, o estudo faz uma análise dos acontecimentos sociais voltados para a educação, anterior e perante o Governo Bolsonaro, além de possibilitar a reflexão de como será a educação pós-governo Bolsonaro.

Por conseguinte, Minayo (1994) ressalta que um dos aspectos do objeto de estudo das Ciências Sociais dispõe da consciência histórica.

[...] não é apenas o investigador que dá sentido ao seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade às suas ações e construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são ações objetivadas. (MINAYO, 1994, p. 14).

Desse modo, esse estudo desdobra-se da percepção intelectual científica. Além disso, conta com as contribuições dos sujeitos inseridos na sociedade. Sujeitos que fazem parte de movimentos em prol, ou não, de uma educação democrática, assim como sujeitos intelectuais que desenvolveram estudos sobre o tema abordado nessa dissertação.

Para esse objetivo, a metodologia utilizada é análise documental e bibliográfica. Consoante a Minayo (1994), "entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas". (MINAYO, 1994, p. 14).

Para a autora, a metodologia pode ser compreendida como uma trilha do conhecimento, e a prática é realizada através do ponto de vista existente. Além disso, a metodologia engloba os pontos de vista teóricos de análises, o combo dos métodos que proporcionam a criação da realidade, ademais, competência do investigador. (MINAYO, 1994, p. 16).

Desse modo, trabalhou-se com a pesquisa bibliográfica, sendo um método de análise de trabalhos secundários, como: livros, revistas, artigos, sites governamentais e não governamentais. Ou seja, o processo de produção da pesquisa parte da revisão bibliográfica de autores que abordaram o tema anteriormente. Por fim, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, sendo um método analítico primário, na qual buscou-se analisar documentos legais e desenvolver o estudo e a análise. É possível analisar que, no decorrer dos anos, houve um aumento de associações partidárias com representações conservadoras que obtiveram uma grande potência por meio do apoio popular na conjuntura política global.

Em virtude disso, há uma influência em todas as áreas da sociedade quando um determinado partido político ocupa a cadeira da Presidência da República. Dessa forma, o partido de direita, conservador e liberal, acaba influenciando todas as áreas e governando através de sua corrente ideológica. E o mesmo acontece com outros partidos.

Por certo, o Brasil é um país conservador em seus usos, costumes e política. Há muitos anos, não existia uma afirmação sobre a identidade social conservadora. Contudo, as movimentações políticas, no decorrer dos anos, foram fortalecendo a identidade conservadora no país. Quando se fala que o Brasil é um país conservador temos como exemplo as igrejas, as comunidades locais, as instituições sociais e as políticas pelas quais são preservadas para que a sociedade se desenvolva. Além disso, temos no slogan da bandeira brasileira a frase “Ordem e Progresso.” Retomando a história do Brasil, no período em que a família real esteve presente no país, é válido ressaltar que havia uma disputa entre conservadores e liberais.

Para o desenvolvimento dessa dissertação usaremos como aporte teórico o Conservadorismo norte-americano. Abordaremos sobre a origem e a influência ideológica e como esse conservadorismo influencia e se aplica no contexto educacional brasileiro. Muitos estudos sobre o conceito problematizam o conservadorismo norte-americano, apresentando questões voltadas aos pensamentos dos conservadores intelectuais americanos.

Portanto, é necessário voltarmos aos estudos em que se originou o termo Conservadorismo para compreendermos como o conceito se aplica na educação brasileira. Desse modo, será analisada a base do pensamento conservador através das reflexões de Edmund Burke (1729-1797), um conservador moderno da revolução. A obra de Edmund Burke é uma referência para os conservadores posteriores. Como o Conservadorismo norte-americano se aplica ao Brasil, principalmente, no contexto educacional? No país, podemos perceber que alguns intelectuais das Ciências Humanas não se dedicam a analisar o pensamento conservador de maneira aprofundada. São poucos os que fazem esses estudos e se apresentam como conservadores.

Dado o exposto, surge a problemática: como o Governo Bolsonaro conduziu a política educacional no país? De 2013 até 2016, foram diversas as manifestações, greves, dentre outras reclamações contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2016, houve a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (1947-). Aconteceram também várias tramitações de Projetos de Lei voltados para a educação conservadora e reacionária no país. Além disso, surgiram novos movimentos de partido de direita, e as bancadas pentecostais e neopentecostais no Congresso Nacional avançaram.

Estava acontecendo também as investigações contra a corrupção. Essas situações se propagaram de forma rápida até a conquista do presidente Jair Messias Bolsonaro à Presidência do Brasil, em 2018. Apesar desses acontecimentos, o foco central desta pesquisa é abordar a política educacional no Governo Bolsonaro. Desse modo, a proposta é estudar e analisar parte dos últimos acontecimentos da educação no país.

Assim, delinear-se os seguintes objetivos da pesquisa: o objetivo geral é analisar a política educacional do Governo Bolsonaro; e, para obter um resultado eficaz para essa pesquisa, traçaram-se como objetivos específicos analisar 1) a influência do pensamento conservador no campo educacional brasileiro contemporâneo; 2) a trajetória acadêmica e política de Jair Bolsonaro; 3) o projeto de Governo de Jair Bolsonaro; e 4) o estilo do pensamento conservador que está sendo aplicado nas instituições de ensino e a Política de Educação como Legislações aprovadas e não aprovadas.

Para o cumprimento desses objetivos foi elaborada uma pesquisa bibliográfica através de livros, revistas e artigos científicos, e documental dos sites oficiais governamentais. Posteriormente, realizou-se a análise de conteúdo das fontes selecionadas. Usou-se como aporte teórico para essa discussão o estudo sobre o Conservadorismo do sociólogo americano Robert Alexander Nisbet (1913-1996), em que apresenta as fontes do Conservadorismo, as consequências e as perspectivas do Conservadorismo através do pensamento político tradicional de conservadores intelectuais. Outra base teórica para o desenvolvimento dessa discussão é o *Dicionário de Política* do filósofo político Norberto Bobbio (1909-2004), que versa sobre o substantivo e o adjetivo do conceito de Conservadorismo; Russell Kirk (1918-1994), Roger Scruton (1944-2020) e Edmund Burke sobre o conceito de Conservadorismo; além de autores brasileiros que estudam a política contemporânea brasileira, como Marilena Chauí (1941-), André Singer (1958-), Ciro Gomes (1957-), dentre outros, que serão apresentados na pesquisa.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda o conceito de Conservadorismo e a influência do termo no campo educacional brasileiro. O segundo capítulo apresenta o pensamento e as atitudes conservadoras, a lei do *impeachment*, o conflito ideológico no Brasil contemporâneo e os movimentos conservadores nas ruas, abordando os acontecimentos sociais no período posterior às manifestações de 2013 até a organização do Governo

Bolsonaro, depois das eleições de 2018. O terceiro capítulo discute a trajetória política de Jair Messias Bolsonaro até à Presidência da República do Brasil e a política de educação no seu governo. O quarto capítulo tem como foco discutir as ações governamentais no cenário educacional brasileiro no Governo Bolsonaro. Dessa forma, o último capítulo revela os resultados da pesquisa, identificando como o pensamento conservador é aplicado nas instituições educacionais, a ascensão da nova onda conservadora no contexto educacional e o fato social da pandemia da COVID-19 na educação durante o seu governo. Parte dessas reflexões serão retomadas nas considerações finais.

## 1 A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO NO CAMPO EDUCACIONAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo abordará a origem e a definição do conceito de Conservadorismo a partir de autores que analisaram o fenômeno da influência do pensamento conservador. Este conceito foi bastante debatido e utilizado no período que corresponde ao mandato de Jair Bolsonaro à frente da Presidência da República do Brasil (2019–2022).

### 1.1 Conservadorismo como conceito

Na busca pela definição do Conservadorismo, Bonazzi (1998) explica a distinção entre o substantivo Conservadorismo, que dá origem a um conceito, e o adjetivo conservador, que define atitudes práticas ou ideias. Assim, o autor ilustra que o adjetivo conservador é mais usado devido aos diversos significados concebidos ao subjetivo Conservadorismo, havendo uma negação do “termo como conceito autônomo e unitário”. (BONAZZI, 1998, p. 242).

Bonazzi (1998) afirma que, antes de definir o que realmente significava o Conservadorismo, era inexistente uma teoria política para definir os sujeitos conservadores ou que se autointitulavam conservadores, e isso ocasionou na falta de sistematização das ideias dos próprios conservadores.

[...] linguagem cotidiana, política ou não, fizeram com que se reduzisse o Conservadorismo a uma atitude e se estudasse desde o ponto de vista psicológico, na busca das motivações que impelem certos indivíduos a assumir posições consideradas na prática políticas como conservadoras. (BONAZZI, 1998, p. 242).

Portanto, Bonazzi (1998) considera que o Conservadorismo é atribuído de sentidos e com diversas concepções, e algumas dessas compreensões na maioria dos acontecimentos são equivocadas. Assim, Tiziano Bonazzi (1998, p. 242) explica que é de interesse da Ciência Política que: "o conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras".

[...] a tese conservadora considerava a natureza humana não modificável pela ação prática, porquanto mergulhava suas raízes em uma realidade sobre-humana, a vontade divina, não podendo, por conseguinte, nem o conhecimento, nem a ação política serem totalmente liberativos [...]. Caberia sim um Conservadorismo que, recuperada a inspiração original, continuasse a ser reflexão sobre a relação liberdade-limite no homem e crítica ao finalismo laico da ideia de progresso. (BONAZZI, 1998, p. 244; 246).

Desse modo, existia uma preocupação dos especialistas da Ciência Política com relação à interpretação e à assimilação dos conteúdos do Conservadorismo, não sendo apenas reconhecido pela sua função. Conforme elucida Bonazzi (1998), existe uma relação entre o Progressismo e o Conservadorismo, e isto sempre foi visto como negação.

A partir disso, mostra o problema da falta de sistematização do pensamento dos conservadores, e, por isso, não se torna um pensamento estável. Os progressistas acreditam que o Conservadorismo se perde com o imobilismo, levando esta reflexão a uma visão global e não deixando fugir da “natureza dinâmica da relação "Conservadorismo-progressismo", bem como a contradição de decidir analiticamente o conteúdo de modo eminente histórico dos termos que têm uma composição”. (BONAZZI, 1998, p. 243).

Essas reflexões a respeito do substantivo Conservadorismo e do adjetivo conservadores e a sua relação com o Progressismo dá início à discussão sobre as origens históricas do conceito de Conservadorismo. Este surge em meados do século XVIII, ocasionando um afastamento da concepção antropológica tradicional, no qual houve uma manifestação e uma apresentação para o homem, sendo possível aperfeiçoar o conhecimento e os domínios sobre a natureza para que através do conhecimento e do domínio adquirisse uma autocompreensão.

Segundo Souza (2015, p. 5), "ideias conservadoras clássicas acerca das relações entre indivíduo, Estado e sociedade, passam a receber o anteparo da solidariedade orgânica, da harmonia e da coesão social". Com isso, o pensamento positivista conduziu e transformou, de certa forma, o pensamento conservador, ocasionando uma reaproximação do corpo social capitalista resistente junto à sua institucionalização. Além disso, a Sociologia de Auguste Comte (1798-1857), Herbert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917) contribuíram para que o Conservadorismo clássico tivesse uma extensão específica e tradicional.

Através das observações de Émile Durkheim, origina-se uma diversidade de conhecimentos e aumento de eixos do Conservadorismo. Como se pode notar, o pensamento conservador, ao obter uma proporção sociológica do Positivismo, aproxima-se do Liberalismo e de seus oponentes do passado. O pensamento positivista organizou as discussões políticas conservadoras, sendo: "de posições antiburguesas para posições anti-proletárias e, por derivação, contra revolucionárias". (SOUZA, 2015, p. 5).

Ferreira e Botelho (2010) apresentam em seus estudos a distinção entre o Conservadorismo e o Tradicionalismo. Os autores definem o Tradicionalismo como "[...] uma característica psicológica universal, comum a todos os homens em todas as épocas, de apego quase instintivo a modos de vida antigos, em geral, com reação defensiva a tendências reformistas". (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 11).

Por conseguinte, nas palavras dos autores, nota-se que o Tradicionalismo é um aspecto psicológico global, possuindo um afeto acerca das condutas antepassadas, que causam ações de defesa às reformas. Além disso, ao fazer uma análise do pensamento conservador, definem o Conservadorismo como uma estrutura mental objetiva, onde há uma diferença do Tradicionalismo, pois o Conservadorismo contemporâneo é coesivo e prudente.

O conservadorismo, por sua vez, é uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente. Estrutura objetiva, pois se trata de um modo de pensar e agir que de alguma forma transcende a subjetividade individual, por ser função do desenvolvimento da sociedade. Diferentemente do tradicionalismo, quase exclusivamente reativo, o conservadorismo moderno é coerente e reflexivo, pois surge como movimento consciente de oposição ao movimento "progressista", ou ao pensamento liberal burguês. (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 11).

Para Ferreira e Botelho (2010), há uma dessemelhança entre o pensamento conservador e o habitual, ou seja, o pensamento habitual ou tradicional está presente em qualquer período, porquê possui uma tendência de viver conforme seus antecedentes. Por outro lado, o pensamento conservador não se aplica a essas mesmas tendências, pois este pode ser fixado em qualquer época e lugar característico.

[...] o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os

conservadores a importância da religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre Estado e os indivíduos (família, aldeia, tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental. (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 12).

É importante fazer uma reflexão sobre o que é ser conservador dentro de uma sociedade. É preciso analisar de maneira positiva e negativa as condutas conservadoras, as vantagens e as desvantagens para o desenvolvimento da sociedade. De acordo com Ferreira e Botelho (2010), os conservadores defendem a ideia de preservação das instituições construídas no passado (família, comunidade local, igrejas). Essa lógica conservadora de preservação da ordem social faz com que todos os indivíduos de uma determinada sociedade preservem suas culturas (usos e costumes).

Desse modo, o termo Conservadorismo é associado à noção de conservar, ou seja, conservar a ordem implantada na sociedade. Já no contexto político, o termo Conservadorismo segue esse mesmo modelo, mas é relacionado à ideia de crença na continuação da ordem construída anteriormente.

O Conservadorismo é conhecido como um conceito político-filosófico, cultural e social, pois procura preservar ou conservar as instituições sociais que manifestaram efeitos positivos durante um período prolongado de tempo. Nesse sentido, o Conservadorismo tem uma relação com os valores tradicionais específicos, sendo distintas, múltiplas e não monofocais as concepções sobre o termo.

Alguns estudiosos e conservadores defendem que o pensamento conservador surgiu através das ideias dos filósofos gregos e medievais. Muitos conservadores se baseiam nas concepções de Cícero (106-43) e Aristóteles (384-322) para explicar o Conservadorismo. Outros estudiosos defendem o pensamento conservador de Thomas Hobbes (1588-1679), que tinha uma postura conservadora em seus escritos, antes dos conservadores contemporâneos.

Os conservadores tendem a partilhar a concepção aristotélica de racionalidade humana e, como Aristóteles, reconhecem que um dos objetivos da vida política é refinar o uso da razão e implantar no cidadão as virtudes necessárias para seu exercício coletivo. Mas já se comprovou, de diferentes maneiras em diferentes épocas, que nós, seres racionais, precisamos de costumes e instituições que sejam fundados em algo além da razão se quisermos usar nossa própria razão com eficácia. Esse insight,

aliás, provavelmente foi a maior contribuição do conservadorismo para o autoentendimento da espécie humana. (SCRUTON, 2019, p. 16).

O pensamento conservador, ao longo dos anos, obteve algumas inovações características que se enquadram no contexto atual. Desse modo, podemos perceber como o Conservadorismo está sendo problematizado e exposto na modernidade. Assim, o Conservadorismo clássico passou por algumas transformações temporalmente. Com isso, a princípio, determinados aspectos avançaram, mas regressaram com uma grande potência. Essas mudanças contribuíram para o progresso das diferenças no sistema econômico.

Apesar de ser possível identificar alguns pontos de contato entre certas ideias do conservadorismo moderno (principalmente econômicas e valorativas) com algumas palavras de ordem presentes no discurso de movimentos de extrema-direita, por outro lado, parece ser precipitado constituir uma identidade direta entre pensamento conservador moderno e fenômenos políticos de "extrema direita" na contemporaneidade. (SOUZA, 2015, p. 2).

Portanto, o pensamento conservador clássico passou a ser reconhecido nos anos de 1789, e em 1914. A partir disso, o termo Conservadorismo passou a ser usado no discurso político na Inglaterra, em 1830. Entre 1950 a 1970, o movimento conservador obteve destaque nos Estados Unidos da América (EUA). Desse modo, o movimento conservador se constituiu através dos escritos de Robert Nisbet (1913-1996), Richard Weaver (1910-1963), William Buckley (1925-2008) e Russell Kirk (1918-1994).

Esses intelectuais conservadores defendiam um Conservadorismo pela defesa da tradição, no qual a família estivesse em primeiro plano, e a moral e a soberania, além de serem importantes, pudessem serem reconhecidas para o desenvolvimento de uma sociedade. Desse modo, eram favoráveis ao Conservadorismo oposto às ideias comunistas, pois pensavam que a religião cristã e os valores tradicionais do povo estadunidense voltariam.

Se o pensamento conservador, na sua origem, desenvolve-se como reação às múltiplas transições vividas pela sociedade moderna ocidental, tem como traço uma valorização do passado e de suas formas de organização social e política, é interessante observar de que forma (s) esse pensamento chega ao Brasil. A avaliação do passado colonial parece ser uma questão-chave, e espinhosa, que o pensamento conservador brasileiro deve enfrentar. (FERREIRA; BOTELHO, 2010, p. 12).

Dessa forma, no cenário político brasileiro, o movimento de extrema-direita e a expansão da bancada evangélica no Congresso Nacional ocasionaram a volta da religião cristã e dos valores tradicionais do povo brasileiro por causa do presidente eleito, que se apresentou como cristão, político e militar conservador. O que há muitos anos não era uma identidade própria, o Conservadorismo social, político e cultural está presente de forma mais perceptível na sociedade brasileira.

Em vista disso, todo sujeito que está inserido dentro de uma sociedade é conservador, seja no âmbito familiar, político, cultural e educacional. Todo sujeito na sociedade busca preservar algo. Por isso, é preciso compreender que o Conservadorismo pode ser abordado de forma positiva e negativa. O Conservadorismo não deve ser uma ofensa ao outro indivíduo, porque o indivíduo preserva várias coisas na sociedade para manter o que foi construído. Mas é preciso analisar como esse termo deve ser utilizado em diversos contextos, não afetando a integridade do indivíduo e o desenvolvimento da sociedade.

O conservadorismo é uma ideologia pautada por duas características maiores: em primeiro lugar, ele sustenta o caráter extra-humano da ordem social, cujos fundamentos remontariam a Deus, à natureza, à biologia, à nação ou ao mercado, opondo-se por isso a qualquer tentativa de alterá-los ou modificá-los. Em segundo lugar, ele apresenta um caráter especular, adaptando-se plasticamente ao inimigo: se o inimigo for o liberalismo, ele se torna estatista; se for o socialismo, ele se torna neoliberal. Os métodos, técnicas e argumentações do adversário são absorvidos e inoculados com valores contrários. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 78).

No campo educacional brasileiro há uma luta pela inclusão social da igualdade nas esferas da sociedade. Então, quando se luta por uma educação democrática e temporal existe uma resiliência por esta educação, tornando-se conservadora a defesa. Há uma luta por algo positivo para a sociedade, pois, para conseguir uma educação democrática é necessário lutar pelos direitos de todos igualmente e conservar este direito de igualdade e inclusão social. Consequentemente, no sistema educacional, o Conservadorismo não pode ser retrógrado, não pode destruir as políticas educacionais do presente. Não pode tentar usar as políticas educacionais do passado e contribuir ainda mais com a exclusão social e a desigualdade.

Lynch e Cassimiro (2022) apresentam as ideologias políticas e analisam as forças políticas em competição e suas características ideológicas na realidade

brasileira. Além disso, apresentam três características ideológicas da modernidade, sendo elas o Socialismo, o Liberalismo e o Conservadorismo.

Temos em primeiro lugar o socialismo que, tendo a igualdade como valor primordial, ocupa a esquerda do espectro político, podendo ser cosmopolita ou nacionalista; em segundo lugar, o liberalismo que, tendo a liberdade como valor supremo e universal, é sempre cosmopolita, podendo ser moderado ou radical; e, em terceiro lugar, o conservadorismo que, tendo a autoridade como princípio, está à direita do espectro político e pode ser societário ou culturalista, se crente na incontornável força normativa das tradições, hábitos e valores culturalmente arraigados que se pretende preservar contra a mudança social; ou estatista, se desejoso de um progresso orientado e controlado pela autoridade. Em sua manifestação mais radical, quando não se trata mais de preservar as instituições e valores ou de refrear a mudança, mas sim de destruir a ordem existente em nome de uma imaginada ordem passada, o conservadorismo é reacionário. Já o neoliberalismo ou liberalismo do mercado é um híbrido de liberalismo, porque individualista, e conservadorismo, pois crente no mercado como ordem reguladora da vida coletiva e acima da mudança voluntarista da política. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 74).

Nas palavras de Lynch e Cassimiro (2022), essas três categorias ideológicas não se modificam no decorrer do tempo, pois elas possuem portadores e são propícias para o Estado de Direito Democrático, com a condição de que sejam amparadas de seus extremos, tanto na direita, quanto na esquerda.

Todos são compatíveis com o Estado de Direito democrático, desde que podados de seus extremos à direita e à esquerda. Essas ideologias têm por portadores atores de diversos tipos: jornalistas, políticos, juristas, sacerdotes, militares, acadêmicos, artistas, economistas etc. Expressam pontos de vista e interesses de grupos mais amplos: órgãos de imprensa, partidos políticos, igrejas, forças armadas, universidades ou centros de pesquisa, movimentos sociais, organizações não-governamentais, think tanks, emissoras de rádio e televisão etc. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 74).

A Nova República passou por uma crise de legitimidade do sistema político, que concordou com o reaparecimento do Conservadorismo como força política.

Dentro do gênero conservador, a coalizão governista de Bolsonaro é presidida pela mais reacionária espécie de culturalismo – porque, ao contrário do conservadorismo liberal, não pretende conservar melhorando, nem progredir na ordem. Para o reacionário, uma vez que nada sobrou no presente das belas tradições do passado, é necessário operar uma ruptura com a ordem presente para restaurar um mítico passado perdido, considerado verdadeira era de ouro. Ele age assim movido não por um anelo de conservação da herança passada, mas por uma utopia regressiva de restauração. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 78-79).

Em síntese, de acordo com Lynch e Cassimiro (2022), o Governo Bolsonaro era voltado para o reacionarismo cultural, em contraposição ao Conservadorismo liberal, porquê era um governo que não preservou a ordem de modo que apresentasse melhoria na sociedade, e não houve avanço para a organização da sociedade.

## 1.2 Gênese do Conservadorismo Liberal

O político inglês Edmund Burke é uma das referências do pensamento e do movimento conservador, em âmbito global. Seu livro, publicado em 1790, denominado *Reflexões sobre a Revolução na França*, é uma obra inglesa marcante, pois apresenta suas percepções sobre a Revolução Francesa (1789-1799). O intelectual conservador era contra as mudanças na sociedade, pois lutava pela preservação do que já existia. No entanto, não concordava com as teorias iluministas, revolucionárias e progressistas.

A reflexão de Edmund Burke (1982) sobre a Revolução Francesa retrata que é preciso reformar, conservar e não destruir o que já foi testado e aprovado pela sociedade ao longo dos anos. Além disso, chama a atenção para observarmos o que acontece em outra sociedade. Nesse caso, mesmo abordando sobre os acontecimentos de sua época, seu pensamento está presente nos debates políticos atualmente. É preciso nos preocupar com as mudanças, com as transformações para o desenvolvimento da sociedade. Então, é necessário análises e estratégias quando houver transformações em determinado setor da sociedade, e entender que aprimorar é mais válido do que destruir.

Conforme alguns estudos, a essência filosófica do Conservadorismo originou-se em 1790. Ao abordar sobre o Conservadorismo moderno, Burke (1982) tornou-se a referência principal nos dois últimos séculos, em prol de uma política estável no século XVIII. Através dos seus pensamentos políticos e conservadores, analisou o processo revolucionário na França. O pensamento de Edmund Burke é muito importante para o entendimento do debate político conservador moderno, pois ele vivenciou e esteve envolvido na crise política em sua época. A partir disso, apresentou várias questões e concepções sobre a mudança/transformação política.

Em sua obra *Reflections*, Burke (1982) explana que alguns lugares da Europa estavam em desordem. Assim, Burke mostrou como em outros lugares existiam reclamações, e percebeu um movimento fora da ordem no mundo político em que estava inserido. Por meio das representações de Burke surgiram várias reflexões sobre o Conservadorismo e o poder político, e o afastamento com os progressistas, no momento em que no século XX iniciou-se uma crise.

Burke (1982) fez várias críticas à Revolução Francesa, pois discordava do racionalismo científico, do individualismo e dos valores liberais, e acreditava que isto caminhava para outra posição relevante, sendo as tradições e os costumes. Por esses motivos, solicitava que os conservadores da época lutassem contra o individualismo e o racionalismo humano na Revolução Francesa. Além disso, não concordava com as revoluções, principalmente, a Revolução Francesa.

Para Burke (1982) a Revolução Francesa estava mais lutando pelo poder absoluto do que pela liberdade. Em suas reflexões, percebia a diferença entre a Revolução Americana e a Revolução Francesa em seu contexto social. Burke acreditava que a sociedade é um contrato, uma associação, de modo geral, na ciência, na arte, nas virtudes e na perfeição. Ou seja, a sociedade é uma associação acerca dos vivos e dos mortos, e dos indivíduos que estão para nascer.

Do ponto de vista de Burke (1982), o gênero humano teria que seguir os paradigmas dos seus antepassados. Em outras palavras, Burke era a favor da contenção da racionalidade humanista. Então, o Conservadorismo tem uma história defensora do passado. O termo possui uma crença na História, onde os conservadores defendem que no passado existem modelos de instituições favoráveis para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, o Conservadorismo é uma corrente político-filosófica que busca proteger os princípios tradicionais e o crescimento das instituições por toda a extensão longitudinal.

Diante disso, Burke (1982) defende que a Constituição do povo é a história das suas instituições e não as leis. Para o filósofo as instituições do passado devem ser preservadas e devem acontecer mudanças no decorrer do tempo. Porém, tem que ser mudanças lentas. Conforme Burke, não devemos nos basearmos nas leis, e sim nos acontecimentos que aconteceram no passado, haja vista que Burke pensava de modo geral nas sociedades e nos governos sem movimentar seus lugares. Além disso, defendia a manutenção da ordem e a tradição dos sistemas

políticos. Em vista disso, o filósofo explica que esta manutenção era necessária através dos hábitos sociais e da comprovação do tempo.

Robert Nisbet (1987) foi um sociólogo conservador. Escreveu o livro *O Conservadorismo*, publicado em 1987, apresentando suas concepções sobre o conceito utilizando como base os teóricos tradicionalistas e as perspectivas de conservadores, como Edmund Burke, De Maistre (1753-1821) e Tocqueville (1805-1859). Estes conservadores defendiam o Feudalismo, a família patriarcal, a comunidade local, as instituições religiosas, as associações e a região, pois acreditavam que nos séculos XVII e XVIII essas estruturas históricas não faziam mais parte do pensamento político. A filosofia de pensamento de Burke, De Maistre e Tocqueville é contrária à filosofia de partidos liberais ou progressistas.

De forma sucinta, Nisbet (1987) explana sobre as diferentes revoluções. Para o autor, a Revolução Americana buscava a liberdade dos indivíduos e dos autênticos para seus costumes e hábitos. Já a Revolução Francesa, era o oposto, pois não estava preocupada com os seres vivos e autênticos, os camponeses, a burguesia, o clero, a nobreza, etc. (NISBET, 1987, p. 21). Desse modo, as dogmáticas ideológicas e teológicas influenciavam de forma determinada na vida dos seus adeptos, com suas crenças e valores parcialmente racionais. Então, a teologia e a ideologia mostram como os indivíduos estão inseridos na sociedade, ou seja, o lugar que esses indivíduos ocupam dentro de um sistema de autoridade, sublime e laico.

Segundo Nisbet (1987), o Socialismo, o Liberalismo e o Conservadorismo, são ideologias modernas que são um elo legítimo e cobiçado acerca do indivíduo e do Estado. Dessa forma, o sociólogo apresenta o elo pensado por alguns estudiosos, como Maitland (1924-2010), Figgis (1948-), Vinogradov (1891-1983) e Harold Laski (1893-1950). Com isso, na Europa Ocidental da época, considerava-se uma ligação triangular acerca do Estado, dos grupos corporativos e dos indivíduos, buscando quebrar essa ligação tradicional da lei natural, que é o Estado e o indivíduo.

Muito da jurisprudência do século XIX toma como ponto de partida os direitos dos velhos e novos grupos contra o Estado, por um lado, e os indivíduos, por outro. Pelo fim do século, estudiosos eminentes como Maitland, Figgis e Vinogradov secundados, durante certo tempo, pelo jovem Harold Laski, encararam parte da história da Europa Ocidental, desde a Idade Média, na perspectiva da relação triangular entre Estado, grupos corporativos e indivíduo, em vez da relação a dois mais convencional, que saíra da tradição da lei natural de Estado e indivíduo. Maitland escreveu

acerca da atuação das forças «pulverizadoras e niveladoras» do Estado e do indivíduo sobre tudo o que estivesse entre o homem e o Estado. Otto von Gierke na Alemanha e Fustel de Coulanges em França estavam entre os eruditos que também adaptaram a relação triangular central. (NISBET, 1987, p. 46).

Segundo Nisbet (1987), existe uma terceira perspectiva para se pensar a ligação entre indivíduo e Estado, sendo a estrutura de grupos e associações intermédias. Temos, por exemplo, o acontecimento histórico que foi a Revolução Francesa, que contribuiu nas implicações em cima de uma sociedade intermédia, na qual, de um lado, estão os direitos recém-declarados dos indivíduos, e, do outro, os direitos recém-declarados do poder do Estado revolucionário.

Nesse sentido, os direitos dos grupos de origem sofreram uma reforma social muito grande. Esta se dá através dos movimentos reformistas do século, sendo: o pluralismo, o sindicalismo, o socialismo associativo e as cooperativas. Como afirma Robert Nisbet (1987, p. 46), os "movimentos reformistas do século, como pluralismo, sindicalismo, socialismo associativo e cooperativas tornaram os direitos de grupos essenciais a uma reforma social mais alargada".

Robert Nisbet (1987, p. 46) aborda que a filosofia do Conservadorismo agiu da mesma forma que os movimentos reformistas. Pois, o Conservadorismo se responsabilizou pela luta dos "direitos da igreja, das classes sociais, da família e da propriedade". Além disso, contra as reivindicações da teoria dos direitos naturais, do recente utilitarismo, em que acabou sendo contra o crescimento do Estado nacional democrático.

Em todas as áreas específicas da crença conservadora que se seguem neste capítulo, a premissa constante é o direito – vindo do desenvolvimento histórico e social – à sobrevivência de toda a estrutura intermédia da nação contra as marés do individualismo e do nacionalismo. (NISBET, 1987, p. 47).

Nas palavras de Robert Nisbet, (1987, p. 51), assim como muitos outros conservadores, Edmund Burke acreditava que a história "era mais que inútil no que diz respeito aos meios de compreensão da verdadeira complexidade e solidez do passado e do presente." Entretanto, Robert Nisbet (1987) explana como os racionalistas-progressistas enxergam o presente como início do futuro. Já os conservadores, buscam enxergar o presente enfrentando como estágio mais atual atingido pelo presente, por meio de uma continuidade ininterrupta do crescimento.

Nisbet (1987), nas suas considerações sobre o conceito de Conservadorismo, analisa como Edmund Burke e os outros conservadores da época procuravam opor-se ao que ele denominou de "o espírito de inovação". Este termo é considerado por Edmund Burke como uma cerimônia inútil da mudança pela mudança. Assim, o filósofo acredita que o espírito de renovação é, sobretudo, nefasto no momento em que é posto nas instituições.

Mediante ao exposto, o pensamento conservador busca pela preservação das instituições, em outras palavras, a preservação da família, instituições religiosas, comunidade local, usos e costumes. Uma vez que foram construídas no passado, atuaram de forma positiva para o desenvolvimento da sociedade. Por isso, que os conservadores buscam preservá-las. Além disso, o pensamento conservador é realista, porquê parte da observação, da indução e da experiência, ao contrário do pensamento progressista ou reacionário, pois os valores tradicionais dos conservadores estão voltados para as tradições locais. Não são ideias únicas, são múltiplas ideias que se modificam dependendo do contexto histórico e social.

Para Roger Scruton (2019), ser conservador é um jeito diferente do indivíduo. Segundo o autor, em todos os âmbitos da vida, o espírito conservador assegurou a arte, música, literatura, ciência e religião. Desse modo, a sua preocupação é com a filosofia política e não com a prática política, que ganhou o título de conservadora, pois acredita-se que as idealizações conservadoras sejam identificadas para a compreensão do que significamos, de qual é o nosso lugar e por que existimos.

O conservadorismo, como força intelectual e espiritual, encontrou expressão tanto na arte, na poesia e na música quanto na discussão filosófica. Os maiores pensadores conservadores devotaram muita atenção à natureza da arte e às mensagens nela contidas.

Embora a atitude conservadora seja instintiva, o conservadorismo como filosofia política é um fenômeno recente, surgido durante o curso de três grandes revoluções — a Revolução Gloriosa de 1688, a Revolução Americana que terminou em 1783 e a Revolução Francesa de 1789. Essa história marcou todos os movimentos conservadores subsequentes e explica parcialmente por que é amplamente no mundo de língua inglesa que a palavra "conservador" é usada por políticos e partidos para recomendar aquilo que defendem. Em outros cantos do mundo, o termo é mais frequentemente um insulto. (SCRUTON, 2019, p. 8-9).

Em alguns países, o termo conservador é considerado como um afrontamento. Conseqüentemente, o termo Conservadorismo sempre foi visto como algo negativo, mas isto mudou com o tempo, pois alguns movimentos conservadores se fortaleceram. Além disso, percebe-se o fortalecimento da identidade social

conservadora. Então, Scruton (2019) afirma haver uma diferença entre o Conservadorismo e ser conservador. Logo, o Conservadorismo busca enfrentar a realidade social, todavia, o ser conservador luta para não ter mudanças rápidas.

O conservadorismo é o que diz seu nome: a tentativa de conservar a comunidade que temos — não em todas as suas particularidades [...]  
O pertencimento social caminha de mãos dadas com a ligação individual. Os seres humanos começam a vida ligados à mãe e à família que os abrigam e nutrem. Conforme avançam em direção à idade adulta, os laços se afrouxam e se expandem. O jovem precisa menos da mãe e da família, mas mais de amigos e de cooperação. Durante o curso da vida, costumes, lugares, redes, instituições e maneiras partilhadas de ser amplificam nossas ligações e criam a sensação de que estamos em casa no mundo, em meio a coisas familiares e confiáveis. Essa sensação nos é preciosa e sua perda causa ansiedade e luto. O mais importante impulso para o pensamento conservador é o desejo de sustentar as redes de familiaridade e confiança das quais a comunidade depende para sua longevidade. (SCRUTON, 2019, p. 14).

Acresce que, os conservadores buscam manter a ordem na sociedade, mas, temporalmente, surgiram algumas problematizações em relação ao padrão único de família, de religião e de comunidade local, pois as sociedades evoluíram. Com isso, as mudanças vêm acontecendo na sociedade, mas existem muitos preconceitos e intolerância quando algo não vai de encontro aos padrões conservadores impostos.

O conservadorismo moderno começou como defesa da tradição contra as reivindicações de soberania popular e se tornou um apelo em nome da religião e da alta cultura contra a doutrina materialista do progresso, antes de unir forças com os liberais clássicos na luta contra o socialismo. Em sua mais recente tentativa de se definir, tornou-se o defensor da civilização ocidental contra seus inimigos, em particular contra dois deles: o politicamente correto (notadamente suas restrições à liberdade de expressão e sua ênfase na culpa ocidental) e o extremismo religioso, especialmente o islamismo militante promovido pelas seitas vaabitas/salafistas. Em todas essas transformações, algo permaneceu imutável, a saber, a convicção de que as coisas boas são mais facilmente destruídas que criadas e a determinação de mantê-las em face de mudanças politicamente arquitetadas. (SCRUTON, 2019, p. 139).

Segundo Russell Kirk (2021, p. 16), o Conservadorismo ganhou força no início da Revolução Francesa, quando intelectuais e conservadores, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, foram perspicazes ao analisar que "[...] a fim de a humanidade preservar os elementos de uma vida digna na civilização, um conjunto de ideias deve resistir ao aparelhamento e ao impulso destrutivo dos revolucionários fanáticos". Dessa forma, aborda uma perspectiva sucinta do

Conservadorismo, destacando as relações com a religião, a mente, a particularidade, a família, o governo honesto, a comunidade, a propriedade privada, a educação e o poder, as junções por meio das preservações e das transformações da sociedade.

O filósofo político usou de situações pessoais para defender as pautas conservadoras. Por meios dos seus estudos e análises, o Mago de Mecosta, como ficou conhecido por alguns estudiosos, apresenta dez características do Conservadorismo americano, mas seu pensamento pode ser aplicado em outras sociedades. Nesse sentido, a primeira característica conservadora são as leis morais, que os seres humanos e nações devem cumprir, pois são governados por essas leis. Desse modo, para Kirk (2021), as leis morais não foram criadas através da inteligência dos seres humanos, e sim pela razão divina. Com o surgimento dessas leis morais, as adversidades existentes na política são entendidas como obstáculos morais e religiosos.

O estadista sábio tenta apreender a lei moral e governar sua conduta de acordo com ela. Temos uma dívida moral para com nossos antepassados, que nos outorgaram nossa própria civilização, legando-nos o dever moral diante das gerações futuras. Foi Deus quem colocou essa dívida sobre nós. Não temos o direito, portanto, de mexer de forma imprudente com a natureza humana ou com o delicado tecido de nossa ordem social. Variedade e diversidade são características de uma civilização avançada. Uniformidade e igualdade absoluta são a morte de todo verdadeiro vigor e liberdade existencial. Os conservadores resistem com força imparcial à uniformidade de um tirano ou de uma oligarquia; eles repudiam a uniformidade daquilo que Tocqueville chamou de “despotismo democrático”. (KIRK, 2021, p. 17).

Para Kirk (2021) o político sábio busca compreender a lei moral e governa sua ação conforme a mesma, pois todos têm uma responsabilidade moral com os antecedentes e com as gerações que estão por vir. Segundo Kirk (2021), foi Deus quem deu essa responsabilidade para todos os seres humanos no mundo e não devemos afetar de modo negativo o meio ambiente e a norma social.

A segunda característica conservadora que Kirk (2021) explana é sobre a variedade e a diversidade. Em outros termos, define que estes são aspectos de uma sociedade progressiva, pois os conservadores opõem-se à uniformidade e à igualdade. Assim, Kirk (2021) apresenta o conceito de justiça na perspectiva conservadora.

Justiça significa que todo homem e toda mulher têm o direito ao que lhes pertence — aquilo que é pertinente à natureza, às recompensas da habilidade e da integridade pessoais e à propriedade de sua personalidade. A sociedade civilizada exige que todos os homens e mulheres tenham direitos iguais perante a lei, mas essa igualdade não deve se estender à igualdade de condição: isto é, a sociedade é uma grande parceria em que todos têm direitos iguais, mas não posses idênticas. A sociedade justa exige firme liderança, diferentes recompensas para as mais distintas capacidades e senso de respeito e dever.

[...] o nivelamento econômico não é progresso econômico. Os conservadores evidentemente valorizam a propriedade privada por aquilo que ela é, mas a valorizam ainda mais porque sem a propriedade particular todos estariam à mercê de um governo onipotente. (KIRK, 2021, p. 17-18).

Assim, no ponto de vista de Kirk (2021), o conceito de justiça é que tanto o homem como a mulher têm os mesmos direitos próprios da natureza. Conforme as leis das civilizações avançadas, o homem e a mulher têm os mesmos direitos, porém, estes não acontecem em igualdade de condição, pois há desigualdade de gênero. Em relação à propriedade e à liberdade como característica do pensamento do Conservadorismo, Kirk (2021) afirma serem representações dependentes, pois os conservadores prezam pela propriedade privada.

De acordo com Kirk (2021), o poder é cheio de riscos, pois o Estado de bem "[...] é aquele que não só confere e equilibra o poder, mas também o refreia por meio de constituições e costumes sólidos" (KIRK, 2021, p. 18). Salienta ainda que a centralização do poder é uma decadência social. Por isso, o poder político deve ser preservado na mão do povo e das instituições locais.

Como aponta Kirk (2021), o conservador inteligente acredita que a educação tem um propósito de desenvolver as faculdades mentais e morais do indivíduo para o bem de si próprio. Além disso, esse propósito é baseado na educação escolar, em que os conservadores defendem a ideia de que a educação formal deve criar pessoas inteligentes e boas.

Um desses propósitos menores é instruir os jovens nas crenças e costumes que possibilitam a ordem social e civil decente. Outro desses objetivos menores é inculcar certas habilidades e aptidões que ajudarão os mais novos quando estes se tornarem adultos. Ainda outro é o desenvolvimento de hábitos de sociabilidade, isto é, ensinar meninos e meninas a participar de forma natural na sociedade.

Por si mesmas, as escolas não podem criá-las. A família e a comunidade exercem influência direta sobre as inclinações naturais ou a falta delas nos jovens, sobre o fato de serem sábios ou tolos, bons ou maus. As escolas, contudo, ajudam no processo. E se negligenciarem essa função primária em favor de mecanismos vagos como "atividades em grupo", "desenvolvimento da personalidade", "aprender fazendo" ou "absorver boas maneiras em

sociedade”, logo essas mesmas instituições se tornarão ambientes prejudiciais. (KIRK, 2021, p. 89).

Nas palavras de Kirk (2021), o indivíduo conservador pensa primeiro na individualidade humana, pois o que não é bom para os indivíduos não é bom para a sociedade. Dessa forma, tanto os homens quanto as mulheres são bons e inteligentes, e, ao viverem em sociedade com estas condutas, a vivência é benéfica. Nota-se nos estudos de Kirk (2021) que o Conservadorismo tem como valores fundamentais a liberdade e a ordem. Por outro lado, o Conservadorismo defende a liberdade política, econômica e a ordem social e moral. Para o ser conservador existe uma ordem moral que perdura e transcende conforme os princípios cristãos, tendo a religião como pilar.

[...] o conservador nunca deixa de enfatizar que a escola existe primariamente para ajudar a melhorar o entendimento e a moral dignos de pessoas comuns. A escola não é meramente uma instituição de custódia que mantém crianças em um cativeiro tolerável enquanto seus pais estão ocupados em qualquer outro lugar. Tampouco é um lugar onde jovens aprendem como ganhar dinheiro para o futuro. Nem é a escola um simples meio de doutrinação para determinada atitude social aprovada. Não, a escola é muito mais importante: trata-se de uma instituição que tem por objetivo transmitir disciplinas intelectuais e morais sólidas à nova geração. O conservador não teme o abuso da palavra “disciplina”. Sem disciplina, homens e mulheres desperdiçam a vida em injúrias e em ociosidade. A melhor forma de disciplina é a disciplina própria; a autodisciplina mental e ética é o que as escolas tentam transmitir aos alunos. (KIRK, 2021, p. 90).

Paralelamente, é percebido como esses estudiosos conservadores explanam as condutas dos conservadores políticos que defendem a preservação das instituições políticas. Bem como na ordem moral e social, defendem também a preservação dos usos e dos costumes tradicionais. Em relação ao Conservadorismo econômico, acredita-se no individualismo. Portanto, o conservador econômico defende a liberdade privada. Temos como exemplo o Brasil, no qual foi eleito, em 2019, o 38º presidente da República, Jair Bolsonaro, deixando explícito no Plano de Governo a defesa pela propriedade Privada.

Em vista disso, o Conservadorismo no Brasil não tem uma atenção profunda ao conceito. No país, as atitudes do ser conservador são mais presentes, mesmo não tendo uma representação definida sobre o termo. Os partidos de direita têm uma proximidade com o Conservadorismo, mas no país não se tem um partido definido como em outros países com um partido conservador.

Reitera-se que há várias correntes do pensamento conservador, nos quais algumas delas são a favor não de mudanças rápidas, mas não as desconsideram. Porém, essas transformações acontecem devagar caso hajam reformas para que as instituições funcionem permanentemente consoante os valores fundamentais. A partir dessa conceituação sobre o Conservadorismo na ótica dos ingleses, ao relacionarmos com o contexto brasileiro, percebe-se uma influência do termo no país. Entre 2019 a 2022, no Brasil, estava no poder um presidente de partido de direita, conservador, que apoiava as ideias liberais.

### **1.3 Conservadorismo e Liberalismo no Cenário Político e Educacional**

Como o pensamento conservador e o liberal se aplicam ao Brasil? Para respondermos a esta pergunta é necessário compreender como esses pensamentos foram inseridos e estruturados no Brasil no período colonial, imperial e republicano, e, a partir disso, entender as influências no contexto atual do país. Atualmente, o Conservadorismo tem um sistema de ideias, e este vem se consolidando por meio das relações e das distintas correntes de pensamentos, principalmente, o pensamento liberal.

Existem pontos de vistas distintos de autores ao abordar sobre o Conservadorismo e o Liberalismo, mas suas percepções sobre os termos se complementam se tratando de política e de ideologias implementadas no cenário brasileiro. Ressalta-se também que há incompatibilidade de pensamentos no âmbito político e conceitual nos contextos históricos.

Diante disso, o Conservadorismo político luta pela preservação das instituições políticas, que foram construídas no passado e que deram certo no decorrer dos tempos. Assim, o Conservadorismo não dá importância à igualdade dos indivíduos, acreditando na diversidade do Individualismo, ou seja, para os conservadores a igualdade não tem que ser um fator político principal. Defendem a ideia da igualdade jurídica e política para os indivíduos. Então, se em uma sociedade há desigualdades sociais é porque os indivíduos tomam decisões colocando-se em determinada situação que causa desigualdades.

Assim, o pensamento conservador demanda um diferencial quando as realizações políticas e governamentais se reiteram, ou seja, quando são vistas de

forma positiva nos períodos antigos. Como é um pensamento que pode ser registrado em qualquer contexto característico, o mesmo pode ser estudado e relacionado com o contexto brasileiro contemporâneo.

Ferreira e Botelho (2010) salientam que o pensamento conservador reconhece o que foi construído e vivenciado em outras épocas. Dessa forma, algumas instituições são vistas como boas, pois contribuíram para o desenvolvimento da sociedade no passado. No contexto atual, conforme analisamos, isso se aplica à preservação das instituições. Na realidade brasileira, os brasileiros prezam pela moral e pelos bons costumes.

Em relação ao pensamento liberal, Ferreira e Botelho (2010) explicam que o Estado precisa estabelecer legislações para assegurar o direito à liberdade individual dos sujeitos na sociedade. Tratando-se do Brasil, como o pensamento conservador e liberal se enquadra atualmente no país? Complementando essa indagação, Juan de Lima (2014) apresenta-nos as considerações realizadas por Raymundo Faoro (1925-2003) em relação ao pensamento político e aos sistemas estruturais.

[...] o pensamento político situa-se entre os sistemas estruturais de pensamento abstrato (filosofia política, o seu logos), e a ideologia (práxis). O pensamento político seria uma espécie de logos que orientaria a práxis. Entretanto, o pensamento político não estaria tão preocupado em ser coerente como se exige a filosofia política, nem estaria tão disseminada como a ideologia. O pensamento político brasileiro parte de uma não autonomia. Estaria subordinado ao pensamento metropolitano. [...] ainda nos diz que a metrópole portuguesa influenciava o pensamento brasileiro recuperando, inclusive, a noção medieval de intermediação popular do poder e de origem divina (soberania popular). (LIMA, 2014, p. 4).

O logos — a filosofia política, a ciência política, as ideologias — transita, pode ser exportado e catalogado, comunica-se, freqüenta os livros e os discursos. Expressa-se em proposições enunciativas, escrito nos livros e pôs discursos: é um saber formulado. O pensamento político, entretanto, como ação, como atividade concentrada, não se confunde com o exercício de jornadas intelectuais, como exercício retórico. A ideologia e a filosofia política corporificam um princípio político e se propõem a realizá-lo. A liberdade, a igualdade, a democracia, o Liberalismo seriam alguns exemplos desse padrão. Designam o que se persegue independentemente de como fazê-lo. Na verdade, o pensamento político não se desenvolve com base na premeditação dos princípios, mas na consideração sobre o campo da própria política. Em suma: a atividade política vem antes, precedendo as formas do logos. O pensamento político é, assim, um ato político, compreensível politicamente, não em pautas abstratas. (FAORO, 1987, p. 13).

Dessa forma, Faoro (1987), Lima (2014) apresentam as percepções sobre o pensamento político brasileiro autônomo e submisso. Segundo Faoro (1987), no Brasil, o pensamento político brasileiro é nulo, e isto não se justifica por causa do contexto histórico do país. Por isso, o pensamento político e a ideologia brasileira são contraditórios, ou seja, a práxis e o logos possuem uma inconciliabilidade.

O que importa acentuar é que esse Liberalismo não pôde, em nenhum momento, compatibilizar-se com o Estado brasileiro. Os liberais têm, com o poder, uma relação tempestuosa ou ambígua: serão potencial ou realmente sediciosos, ou, sem tocar no Estado, farão a política conservadora. Esta cisão está na base do pensamento político brasileiro e terá consequências que impedem o desenvolvimento, a adequação do pensar e o fazer. Melhor: de incorporar ao fazer o pensar. (FAORO, 1987, p. 47).

[...] a elite brasileira seria formada tendo em vista o compromisso com o cristianismo (compromisso próprio do século XIX), realizada por uma minoria sábia. Esses homens seriam, em geral, cientistas, que buscariam meios de realizar “reformas para se conservar”. A forma adotada pela intelligentsia brasileira repousa no espírito da restauração. Os homens públicos desenvolveriam suas ações de acordo com a sua origem social. Quase que em sua totalidade, segundo Mercadante, esses atores ou eram ligados ao domínio rural ou então faziam parte da burguesia ligada aos interesses de exportação, e a inserção de homens à vida pública derivava mediante a confiança do grupo dominante. O liberalismo econômico era adequado sob as bases da consolidação da liberdade do comércio, enquanto o liberalismo político era ajustado de acordo com as necessidades do regime, que se apoiava sobre o trabalho escravo. (LIMA, 2014, p. 6).

Compreende-se que o pensamento conservador brasileiro tem como base o romancismo das revoluções, principalmente, a Revolução Francesa e Americana, haja vista que a sociedade brasileira é considerada uma singularidade mental, e o Estado brasileiro é conservador, pois resiste às mudanças. Portanto, esta resistência do Estado acontece desde o contexto colonial até o republicano no Brasil.

Reconhece-se a relevância de se abordar sobre a educação e o Neoliberalismo na perspectiva de Christian Laval (2004), relacionado o seu ponto de vista ao sistema educacional brasileiro, pois o francês apresenta uma nova ordem educacional do mundo. O cenário educacional público brasileiro encontra-se em desenvolvimento liberal. Existe uma nova ordem neoliberal na educação, construída anteriormente, e que tem ganhado força nos últimos anos. Conforme Laval (2004), as questões educativas passaram por um processo de mudanças globais e educacionais, cujo processamento tornou-se mais árduo.

[...] aspecto educativo em si mesmo, ele se tornou mais difícil devido às transformações sociais e culturais maiores: com a extinção progressiva da

reprodução direta dos ofícios e dos lugares nas famílias até o peso, cada vez mais decisivo, da indústria da mídia na socialização infantil e adolescente, passando pela incerteza crescente quanto à validade dos princípios normativos herdados, assiste-se a um profundo questionamento das relações de transmissão entre gerações. (LAVAL, 2004, p. 10).

A escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico. Não é a sociedade que garante todos os seus membros um direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. (LAVAL, 2004, p. 11-12).

Entende-se como modelo de escola liberal a privatização que prioriza a economia, no qual a sociedade não assegura a todas as pessoas um direito à cultura. Em vista disso, são os sujeitos inseridos na sociedade que buscam acumular capitais específicos para que futuramente estes acúmulos sejam assegurados pelo corpo social. Assim, o autor apresenta uma nova ordem educacional, sendo uma ordem neoliberal.

Essa Privatização é um fenômeno que afeta tanto o sentido do saber, as instituições transmissoras dos valores e dos conhecimentos quanto às próprias relações sociais. A afirmação da autonomia plena e inteira de indivíduos sem amarras, exceto aquelas que eles próprios querem reconhecer, correspondem instituições que não parecem mais ter outra razão de ser que o serviço dos interesses particulares. Essa concepção instrumental e liberal, acredita-se, está ligada a uma transformação muito mais geral das sociedades e das economias capitalistas. Mais precisamente, duas tendências se misturam para fazer da escola um trunfo (aposta, capital) maior de civilização e um lugar de muito fortes tensões. (LAVAL, 2004, p. 12).

Diante disso, a nova ordem presente na educação prejudica o conhecimento, às entidades que delegam os padrões e também a aprendizagem, de modo que isso faz parte do processo de socialização. Segundo Laval (2004), a educação passou a ser considerada um fator de atratividade dos capitais. Como resultado, gerou um avanço nas estratégias de globalização, transformando a educação em indicativo de competitividade.

A educação, da mesma forma que a estabilidade política, a liberdade de circulação financeira, o sistema fiscal favorável às empresas, a fraqueza do direito social e dos sindicatos se o preço das matérias-primas, se tornou um "fator de atratividade" dos capitais cuja importância cresce nas estratégias "globais" das empresas e nas políticas de adaptação dos governos. A esse título, ela se torna entre outros um "indicador de competitividade" de um sistema econômico e social. (LAVAL, 2004, p. 18).

Contudo, Laval (2004) explica que a escola encontra-se em uma crise crônica e de legitimidade. Em vista disso, afirma que a escola não apresenta um discurso progressista como era no sistema republicano. Em consoante, a dominação do sistema educativo acaba gerando competitividade. O autor menciona que: "a competitividade econômica é também a competitividade do sistema educativo". (LAVAL, 2004, p. 3-4).

## 2 CONSERVADORISMO E *IMPEACHMENT* NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Alguns estudos sobre o Conservadorismo expõem uma precipitação em relação ao Conservadorismo enquanto sistema de ideias, tanto no Conservadorismo clássico, quanto no Conservadorismo moderno. Com isso, há uma urgência desses fenômenos denominados como protestos, que, atualmente, estão muito presentes no Brasil, sendo representados pelo movimento da extrema-direita. Portanto, isso nos mostra as diferenças existentes entre as classes sociais.

A partir dessa conceituação sobre o Conservadorismo, entende-se que a política brasileira, atualmente, sofre com uma crise, que levará tempo para ser combatida. Há muito caminho a percorrer para resolver o que foi destruído no país. Existem divergências de opiniões sobre a política brasileira. Nesse sentido, há vários debates em relação ao golpe de Estado e ao *impeachment* de 2016. Segundo os defensores do golpe e os que ocasionaram o *impeachment*, em 2016, o Brasil não sofreu um golpe de Estado, mas tudo aconteceu consoante a Constituição Brasileira. Este capítulo traz os aspectos pertinentes ao tema, tentando demonstrar a estratégia política por trás do *impeachment* de Dilma Rousseff e a consequente criação do cenário propício para a eleição de Jair Bolsonaro.

### 2.1 Conservadorismo e *Impeachment*

Em 1964, o Brasil sofreu um golpe civil e militar. Nessa época, houve vários acontecimentos, e o país parecia estar vivenciando uma guerra entre a população e os militares.

Naqueles tempos, aparecia um roteiro que se tornou clássico: as forças armadas se dividiam, um setor se aliava com o grande capital, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense. O enredo era previsível: o palácio de governo era sitiado, o mandatário eleito era encarcerado ou expulso do país – quando não assassinado – e triturava-se a institucionalidade vigente. (JINKINGS, 2016, p. 10).

Entretanto, ao abordar os acontecimentos históricos do Brasil atual, é preciso voltar ao passado e entender que as histórias se repetem em períodos distintos. Assim, no país, houve acontecimentos parecidos com o cenário atual no campo da

política, como o golpe militar, em 1964, e o processo de *impeachment*, em 1954, 1992, e em 2016.

Sabe-se que a Lei do *Impeachment* foi decretada em 10 de abril de 1950. Além disso, os Registros das Sessões da Câmara dos Deputados apresentam a abertura do primeiro processo de *impeachment* brasileiro no governo de Getúlio Vargas (1882 -1954), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Porém, o processo não foi adiante porque os congressistas da época não foram favoráveis. Mesmo assim, aconteceu insistência e coerção para que Vargas desocupasse a cadeira da Presidência da República, e, três meses depois, ele cometeu suicídio, em 24 de agosto de 1954. Portanto, Getúlio foi substituído pelo vice-presidente João Fernandes Campos Café Filho (1899-1970), do Partido Social Progressista (PSP), que, por questões de saúde, renunciou<sup>2</sup>. Então, o presidente da Câmara dos Deputados da época, Carlos Coimbra da Luz (1894-1961), tornou-se o suplente. Porém, em 1955, ocorreu o processo de *impeachment* e Carlos Luz foi afastado da Presidência do Brasil<sup>3</sup>.

Por conseguinte, o presidente que passou pelo processo de *impeachment* foi Fernando Collor de Mello (1949-), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia conquistado a cadeira da presidência de forma legítima, em 1990. Em 1992, o processo de *impeachment* foi instaurado com 440 votos favoráveis, sendo 38 contrários e 23 ausências. Dessa forma, Fernando Collor foi retirado do cargo para que o Senado Federal concluísse o processo. Quem assumiu o posto presidencial após o afastamento de Collor foi o vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco (1939-2011). Consequentemente, nesse mesmo ano em que o processo de *Impeachment* estava ocorrendo no Senado, Fernando Collor renuncia à Presidência com o intuito de impedir o *impeachment*. Em dezembro de 1992, o processo foi concluído com 76 votos favoráveis e 2 votos não favoráveis, e Collor ficou impossibilitado por 8 anos de exercer as funções públicas<sup>4</sup>.

Em 2015, Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, deu início à abertura do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, eleita de forma legítima.

---

<sup>2</sup> Ver: João Fernandes Campos Café Filho. *Diretório Brasil de Arquivos*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/cafe-filho>. Acesso em: 12 out. 2022.

<sup>3</sup> Ver: Carlos Coimbra da Luz. *Diretório Brasil de Arquivos*, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/carlos-coimbra-da-luz>. Acesso em: 12 out. 2022.

<sup>4</sup> Ver: 20 anos do impeachment do Collor. *Câmara dos Deputados*, Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>. Acesso em: 12 out. 2022.

Os apoiadores (Judiciário e Parlamento) do *impeachment* defenderam que a sua destituição estava baseada na Constituição Brasileira. Afirmaram ainda que Dilma cometeu crime de responsabilidade à lei orçamentária e à lei de improbabilidade administrativa, em outras palavras, as chamadas pedaladas fiscais. Por conseguinte, no ano de 2016, iniciou-se o processo de *impeachment* no Senado Federal, com 367 votos em prol, 137 votos contra e 7 abstenções. No dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal concluiu o processo com 61 votos a favor e 20 contra. Apesar de ser destituída do mandato, Dilma continuou com o seu direito político<sup>5</sup>. Após esse cenário, o vice-presidente Michel Temer (1940-), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tomou posse.

Durante e após o processo de *impeachment*, houve vários debates, principalmente, em torno dos parlamentares que votaram a favor, pois estes políticos votaram em nome de “Deus e da Família”. Além disso, estavam sendo caçados por crimes de corrupção. O objetivo desses parlamentares era o de esconder seus crimes de corrupção ao tirar o Partido dos Trabalhadores (PT). Acharam que tirando o PT do poder estariam livres e seus crimes não seriam descobertos.

Porém, tinham outro objetivo, que era o da destruição do acordo da democratização do Brasil, construído durante três décadas. No Brasil, o funcionamento de algumas instituições sofreu, fazendo com que o sistema político vigente passasse a não ser considerado como um sistema político-democrático, a exemplo do caso de *impeachment*, considerado legítimo para uns e ilegítimo para outros. Esse plano gerou uma grande quebra na democracia brasileira, que se originou em 1985. Desse modo, a Constituição Federal de 1988, apesar de algumas restrições, buscou preservar as instituições mínimas do governo popular liberal.

Para entendermos esses acontecimentos políticos é necessário fazer um levantamento histórico para compreendermos se aconteceu um golpe de Estado em 2016. Como ele foi planejado? Quais os erros cometidos pela ex-presidenta Dilma Rousseff e porque o *impeachment* de 2016 é considerado um golpe de Estado? E quais as novas formas de resolver uma injustiça e acabar com esse movimento brasileiro de golpes? É possível assinalar que a democracia brasileira vinha sendo

---

<sup>5</sup> Ver: Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Senado Federal*, Brasília, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 13 out. 2022.

ameaçada antes mesmo do *impeachment* de Dilma Rousseff. Em 2016, a democracia brasileira foi atacada de todos os lados.

Nesse mesmo período, estava acontecendo a operação da Lava Jato e a da Polícia Federal (PF), e, a partir daí, os próprios parlamentares do Congresso Nacional iniciaram um processo para intervir nas operações. Entretanto, o *impeachment* de 2016 aconteceu para interferir nas operações da Lava Jato, que expôs os crimes de corrupção que estavam acontecendo no governo de Dilma. Assim, o conflito com os representantes políticos no Congresso Nacional em defesa de interesses próprios e a revolta de parte da população por meio das manifestações nas ruas ocasionaram a cassação do mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Portanto, o contexto político de 2013 a 2018 comprova que a política brasileira é conservadora e reacionária, pois quando se trata de interesses particulares não pensam duas vezes para preservá-los, passando por cima da legitimidade, ou seja, a lei constitucional brasileira aplicando um plano de derrubada de poder ou o parlamentar para preservar seus interesses e imagens. Contudo, Dilma Rousseff foi destituída do seu cargo por agir conforme a lei e por contribuir com a Operação Lava Jato, contra a corrupção na época. É válido ressaltar que os parlamentares apoiadores do *impeachment* estavam sendo investigados por cometerem crimes de corrupção durante seus mandatos no país. Contudo, é preciso reconhecer e compreender que existiram crimes de corrupção tanto da política de direita quanto de esquerda.

## 2.2 O conflito Ideológico

Na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, os parlamentares justificaram seus votos pela instituição familiar, religiosa e política. Nas considerações de Renan Quinalha (2016), isto resulta na preservação da moral conservadora.

[...] nota-se que tais justificativas de voto, apesar de tão recentes, já começaram cobrando sua fatura do governo interino de Michel Temer: fim do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Secretaria de Direitos Humanos dissolvida na enorme estrutura do Ministério da Justiça, que tem outras prioridades e diversas outras atribuições; nomeação para a Secretaria de Mulheres, agora subordinada também ao Ministério da Justiça, de uma deputada que já presidiu a Frente Parlamentar Evangélica e é abertamente contrária ao direito ao aborto; extinção da Secretaria de

Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no âmbito do Ministério da Educação; escolha de ministros exclusivamente homens e brancos para todos os postos do primeiro escalão do governo. (QUINALHA, 2016, p. 132).

Logo, houve uma extinção dos ministérios voltados para as questões educacionais, feministas, racial, de gênero e de direitos humanos. Desse modo, o fim desses ministérios reforçou uma política patriarcal e conservadora. De acordo com Renan Quinalha (2016), o golpe aconteceu através de três facetas, sendo elas a corrupção, o Neoliberalismo e o Conservadorismo. Em vista disso, o *impeachment* regido pelo plano de tirar Dilma Rousseff do poder é considerado por muitos estudiosos como Golpe de Estado. Através da perspectiva de Quinalha (2016), é possível compreender o golpe partindo de três conceitos.

A primeira e mais visível delas é o impulso de autopreservação do establishment político que busca, a qualquer custo, escapar das investigações criminais. A segunda, por sua vez, é o desmonte da precária proteção social que esse governo interino pretende. Por fim, a terceira dimensão desse golpe é a restrição de direitos civis e políticos dos setores mais vulneráveis da sociedade, minando os poucos mecanismos de proteção dos direitos humanos e aumentando o poder de agenda e de veto dos setores religiosos fundamentalistas no governo. “Em nome de Deus e da família” é o lema que indica o tamanho do buraco em que estamos entrando, sobretudo, mulheres, negros e LGBTs. (QUINALHA, 2016, p. 133).

Além disso, o Conservadorismo e o Neoliberalismo são conceitos que foram debatidos durante o processo de *impeachment*, e no contexto político de 2016. Outro debate importante para complementar essa discussão é o estudo realizado pela filósofa Marilena Chaui (1941-), em que disserta sobre as classes trabalhadoras brasileiras e o crescimento do Conservadorismo no Brasil.

Estudos, pesquisas e análises mostram que houve uma mudança profunda na composição da sociedade Brasileira, graças aos programas governamentais de transferência da renda, inclusão social e erradicação da pobreza, à política econômica de emprego e de elevação do salário mínimo, à recuperação de parte dos direitos sociais das classes populares (sobretudo relativos à alimentação, saúde, educação e moradia), à articulação entre esses programas e o princípio do desenvolvimento sustentável e aos primeiros passos da reforma agrária que permite às populações do campo não recorrer a migração forçada em direção aos centros urbanos. Os programas sociais determinaram mudanças profundas dos costumes (particularmente no que se refere às mulheres e aos jovens), operando transformações no plano da cultura, isto é, dos valores simbólicos. (CHAUI, 2016, p. 15).

Chauí (2016) também salienta que ocorreram grandes transformações na sociedade brasileira, como a implementação de programas governamentais, que favorecem a população, em sua grande maioria. Segundo a filósofa, estes programas contribuíram para o aumento das classes sociais no Brasil. A autora explica como ocorreu este crescimento tendo como base a classificação dos institutos de pesquisas de mercado, a Sociologia e a pirâmide social das classes organizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esta análise do aumento das classes sociais parte dos "critérios de renda, propriedade de bens imóveis e móveis, a escolaridade e a ocupação ou profissão exercida". (CHAUI, 2016, p. 15).

Por esse critério, chegou-se à conclusão de que, entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96,2 milhões de pessoas para 63,5 milhões. No topo da pirâmide, houve crescimento das classes A e B, que passaram de 13,3 milhões de pessoas para 22,5 milhões. Mas a expansão verdadeiramente espetacular ocorreu na classe C, que passou de 65,8 milhões de pessoas para 105,4 milhões. Essa expansão levou à afirmação de que a classe média brasileira cresceu, ou melhor: de que teria surgido uma nova classe média no país. (CHAUI, 2016, p. 15).

Segundo os dados dos institutos de pesquisas, houve uma diminuição das classes D e E no país. Já as classes A e B aumentaram, e a classe que mais cresceu durante esses anos foi a C. Portanto, Chauí (2016) afirma haver um novo modelo de classe média no Brasil. Além disso, sugere uma reflexão sobre a "nova classe trabalhadora no Brasil", partindo da ideia de que existe uma perspectiva recente sobre a esta classe e o crescimento do Conservadorismo no Brasil. As manifestações de 2014 demonstraram o enredo da crise política no Brasil. As manifestações nas ruas tinham o objetivo de preservar a ordem e a segurança no país.

Essa ação resultou na luta pelos direitos à saúde, educação, segurança e ordem. Contudo, esta luta apresentou uma visão reacionária dos manifestantes. Por outro lado, não houve uma ampliação para novos profissionais no mercado de trabalho. Com isso, Marilena Chauí (2016) e Armando Boito Junior (2016) apresentam uma análise das manifestações nas ruas, contra o governo do PT, sendo iniciadas em 2013, e que contou com a participação de pessoas de vários setores da sociedade, além dos novos profissionais beneficiados pelos programas,

que estavam insatisfeitos com a taxa de desemprego, com a crise na educação, na saúde e econômica.

Certamente, o governo do PT implementou várias políticas educacionais no Brasil. Além disso, proporcionou várias oportunidades para a baixa classe média do país. Entretanto, ao longo do tempo, essas políticas implementadas deveriam ser aprimoradas. Inquestionavelmente, o PT contribuiu de modo positivo na educação, pois possibilitou o acesso das classes menos favorecidas à universidade, e implementou as políticas de cotas para os negros e indígenas terem acesso de forma democrática dentro das instituições de ensino. Com o Programa Universidade para Todos (Prouni), inclusive, o governo do PT reestruturou e expandiu as universidades federais e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Em vista disso, essas políticas são importantes para a educação e contribuem para a formação dos indivíduos na sociedade brasileira.

Dessa forma, Marilena Chaui (2016, p. 16) elucida um debate sobre as diversas possibilidades de se analisar a divisão social das classes através do critério da "forma da propriedade". Nesse caso, uma forma de propriedade acontece no modo de produção privada capitalista, na qual as classes dominantes são donas dos meios sociais de produção privada, ou seja, do capital produtivo e financeiro. Já a classe trabalhadora é a dona da força de trabalho, que cria os produtos para serem vendidos e, como garantia do emprego, recebem salários pelos trabalhos prestados.

Por conseguinte, a base teórica para se pensar a divisão social das classes é o pensamento do filósofo Karl Marx (1818-1883)<sup>6</sup>. Para Chaui (2016), Marx apresentou em seus estudos uma classe que não estava inserida na classe dominante, e tampouco na classe trabalhadora, chamada de pequena burguesia. Esta não é a dona dos meios de produção e da força produtiva, mas sim dos "bens e

---

<sup>6</sup> Karl Marx foi um dos primeiros escritores a definir o termo ideologia por meio de sua obra chamada *Ideologia Alemã*, publicada em 1932. Para caracterizar o conceito Marx usou como exemplo a sua realidade da época. Contudo, definiu o conceito de ideologia com base nas relações entre a classe dominante e a proletária, pois, para o filósofo, essa classe possuía suas ideologias e os proletários eram alienados, sem ideias próprias. Para Marx era necessário uma transformação das condições materiais da sociedade. Através dessa afirmação, Marx compreendia que a ideologia sozinha não era suficiente, porque estava voltada para a ideologia da burguesia, ou seja, da classe dominante. Além disso, defendia que as condições materiais contribuíam para as desigualdades, e que tais condições deveriam passar por mudanças para combater as disparidades que existiam entre as classes supracitadas.

imóveis privados”. Além disso, salienta que a pequena burguesia não faz parte do núcleo central do Capitalismo.

Numa palavra, encontrava-se fora do núcleo central do capitalismo: não era detentora do capital nem dos meios sociais de produção e não era a força de trabalho que produz capital; situava-se nas chamadas profissões liberais, na burocracia estatal (ou nos serviços públicos) e empresarial (ou na administração e gerência), na pequena propriedade fundiária e no pequeno comércio. (CHAUI, 2016, p. 16).

Chaui (2016) afirma que a classe trabalhadora brasileira aumentou através dos direitos sociais e econômicos. Porém, esta nova classe trabalhadora não surgiu nas políticas governamentais do PT.

Assim, quando dizemos que se trata de uma nova classe trabalhadora, consideramos que a novidade não se encontra apenas nos efeitos das políticas sociais e econômicas dos governos petistas, mas também nos dois elementos trazidos pelo neoliberalismo, quais sejam: de um lado, a fragmentação, terceirização e “precarização” do trabalho e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais, que nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média. (CHAUI, 2016, p. 18-19).

Essa discussão é importante para pensarmos nas manifestações que ocorreram no Brasil quando Dilma Rousseff ocupava a cadeira da Presidência. Compreende-se que houve a junção das classes nas ruas, manifestando-se contra o governo de Dilma Rousseff.

[...] estudantes, professores, setores do funcionalismo público, intelectuais, lideranças religiosas – tendem a se organizar e a se opor à classe dominante em nome da justiça social, colocando-se na defesa dos interesses e direitos dos excluídos, dos espoliados, dos oprimidos; numa palavra, tendem para a esquerda e, via de regra, para a extrema esquerda e o voluntarismo, isto é, por uma relação com o tempo como descontínuo e volátil que existe ações imediatas.

Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classe. Ela é uma práxis, um fazer histórico. Se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso também que reside a possibilidade do ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil. E é exatamente por isso também que a classe média coloca uma questão política de enorme relevância para nós, como atesta sua participação majoritária nas manifestações de 2016 em favor do golpe do Estado. (CHAUI, 2016, p. 19).

Dessa forma, a luta pela junção dos setores na sociedade apresenta uma fragmentação distinta. Segundo Chaui (2016), a classe média percorre a favor do individualismo concorrente e possui uma carência representativa na esfera social e econômica. Em vista disso, afirma que "a classe média tende a suprir a experiência de um tempo descontínuo e efêmero com o imaginário da ordem e da segurança, que introduziria permanência temporal e espacial" (CHAUI, 2016, p. 19). Posto isso, o interesse da classe média pela ordem e pela segurança no Brasil é por causa da fragmentação da mesma.

Marilena Chaui (2016, p. 20) reitera que a classe média brasileira tem um sonho e um pesadelo, sendo, por isso, ideologicamente conservadora e reacionária. Segundo a filósofa, o sonho da classe média é fazer parte da classe dominante e o seu pesadelo é ser proletária. Para que o sonho não seja realizado e o pesadelo se concretize, ao surgir qualquer sinal de ameaça, a classe média luta pela preservação e pela segurança dessa ordem. Nesse sentido, a sociedade é conservadora.

Conforme Souza (2015), existe uma dependência da classe dominante sob a classe trabalhadora, pois, para que o Capitalismo se desenvolva, precisa-se da manufatura da produção. Conseqüentemente, os conflitos entre as classes acontecem, ocasionando crise e desigualdade social. Acresce que a classe média brasileira está dentro de uma estrutura autoritária, uma vez que o ambiente privado exerce poder sobre o ambiente público. Em outros termos, no Brasil, existe uma dependência do patrão que se impõe e dos funcionários que cumprem o que é imposto, corroborando, de modo geral, para a desigualdade social entre as classes.

Em vista disso, os acontecimentos dos últimos anos da política brasileira comprovam como o Conservadorismo atua nas esferas da sociedade. Entretanto, a luta pela organização da sociedade tem muito caminho a percorrer. Porém, para isso acontecer, é preciso que todos os cidadãos tenham consciência coletiva e política, e, de forma sábia e inteligente, escolham os representantes políticos que exerçam suas funções, enquanto governantes, de forma justa, garantindo os direitos de todos democraticamente.

Para Michael Löwy (2016, p. 16) a democracia é um grande peso para o Estado, para a burguesia e para o capital financeiro, pois ela atrapalha o trabalho da política capitalista. Em consequência disso, há a redução do ambiente democrático ao proporcionar "medidas de exceção e até mesmo usar o método do golpe". O

autor afirma que, devido aos golpes que aconteceram em alguns países, como o Brasil, Honduras e Paraguai, comprovou-se que a democracia não é mais vantajosa, e, por conseguinte, isto acaba dificultando as efetivações das políticas neoliberais.

Dessa maneira, podemos analisar que a democracia no Brasil tem passado por um processo de intimidação há alguns anos. De acordo com Löwy (2016), isto é preocupante, pois, além da América Latina, a tendência de golpes acontece também na Europa, principalmente, no contexto atual, em que existe um movimento muito forte da extrema-direita em várias partes do mundo.

Por isso, é fundamental compreendermos o contexto político da América Latina. O autor reflete sobre os partidos de esquerda governarem na maior parte dos países da América Latina, no começo do século XXI, onde a população não estava aceitando as políticas neoliberais das regências antecedentes. Desse modo, Löwy (2016) apresenta dois tipos de partidos de esquerda.

1. As coalizões sociol-liberais, que não rompem com os fundamentos do “Consenso de Washington”, mas realizam várias medidas sociais progressistas. O princípio básico desse tipo de governo é fazer tudo o que é possível para melhorar a situação dos pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos ricos... Os governos de esquerda ou centro-esquerda do Brasil (antes da crise atual), do Uruguai e do Chile são exemplos evidentes desse modelo. [...]. 2. Governo anti oligárquicos, antineoliberais e anti-imperialistas, que colocam como horizonte histórico o “socialismo do século XXI”. Venezuela, Bolívia e Equador pertencem a essa categoria. (LÖWY, 2016, p. 62).

Conforme Löwy (2016), o primeiro modelo de governo de esquerda ou centro-esquerda é o das alianças social-liberais, que possuem ligação com os fundamentos do “Consenso de Washington” e realizam políticas sociais progressistas. Além disso, o autor ressalta que este modelo de governo tem o objetivo de favorecer as classes mais vulneráveis dentro da sociedade, sem afetar os privilégios das classes dominantes. Já o segundo modelo de governo de esquerda é o dos que seguem uma política contrária ao Oligarquismo, Neoliberalismo e Imperialismo, cujo foco é a implementação do Socialismo do século XXI.

Michael Löwy (2016) apresenta uma analogia sobre os golpes de 1964 e de 2016 com base nas considerações de Karl Marx e nas observações deste sobre o pensamento de Friedrich Hegel (1770-1831). Em 1799, Napoleão Bonaparte (1769-1821) invadiu a França, aplicou um golpe – conhecido como 18 Brumário–, e

ocupou o poder com o apoio da Igreja, das classes populares e da burguesia. Dessa forma, a população francesa estava insatisfeita com o que vinha acontecendo no país naquela época. Já no Brasil, em 2016, houve um processo de *impeachment*, que contou com o apoio dos parlamentares de direita, das classes dominantes e populares, militares, burguesia, pentecostais e neopentecostais.

Citando Hegel, Marx escreveu no 18 Brumário de Luís Bonaparte que os acontecimentos históricos se repetem duas vezes: primeiro como tragédia, o segundo como farsa. Isso se aplica perfeitamente ao Brasil. O Golpe de Estado militar de abril de 1964 foi uma tragédia que mergulhou o Brasil em vinte anos de ditadura militar, com centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome da "irregularidades contábeis". (LÖWY, 2016, p. 65).

Para Löwy (2016), no Brasil, em 1964, aconteceu uma tragédia, e, em 2016, foi uma farsa, que visava destruir a democracia, comprovando ainda mais o desdém das classes privilegiadas pela doutrina democrática e pela vontade geral do povo brasileiro. Seguindo essa linha de raciocínio, a partir das considerações que teceu sobre os estudos de Friedrich Hegel, Karl Marx explica-nos que todos os acontecimentos históricos e sujeitos sociais da história atuam duas vezes.

Apesar disso, Hegel estava abordando os fatos sociais no contexto francês de sua época. Partindo, então, dessa perspectiva, suponha-se que Hegel poderia repensar este ponto de vista atualmente, pois as histórias repetem-se mais de duas vezes no mundo inteiro e em contextos diferentes. Observa-se que, em 1964, ocorreu um golpe militar no Brasil, e aconteceram manifestações contra o governo de João Goulart (1919-1976) da mesma maneira que no governo de Dilma Rousseff, em 2016, e foram estas manifestações conservadoras nas ruas que impulsionaram a crise, como veremos a seguir.

### **2.3 Movimentos conservadores nas ruas**

É notório que política não é um termo abordado cotidianamente pelos indivíduos na sociedade brasileira. Além disso, a palavra política ou atitude política é vista de forma negativa por muitos que se dizem apertados. Nos últimos anos,

percebe-se que o termo passou a ser mais debatido. Discutir política no Brasil atual tornou-se algo violento devido às correntes ideológicas distintas. Com isso, observa-se que as pessoas passaram a se agredirem verbalmente e fisicamente por não aceitarem pontos de vista contrários a partidos políticos.

Clóvis Gruner (2014) apresenta uma discussão fundamental sobre “O horror à política” e a definição do conceito de política. Para o desenvolvimento desse debate o autor usa como base teórica a concepção da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) sobre a definição de política, que está presente no texto publicado pela autora, em 1950, denominado *O que é política?*

Arendt define a política como um lugar de aparecimento de rostos, multiplicidades, diferenças e intervalos. Rostos porque a política não é feita de abstrações, mas de corpos que falam e agem. Multiplicidades porque não se trata de homogeneizar os sujeitos políticos, mas de fazer explodir singularidades. A multiplicidade faz aparecer as diferenças e os intervalos: a política faz-se também na reciprocidade entre os diversos, que constituem relações naqueles interstícios e intervalos que os aproximam sem, por isso, anular-lhes a diferença. “A política”, diz ela, baseia-se na “pluralidade dos homens”; ela deve organizar e regular o convívio de e entre diferentes, não de iguais. Razão porque, para Arendt, o “sentido da política é a liberdade”<sup>7</sup>

Os jovens manifestantes de direita tinham como objetivo acabar com a corrupção política no Brasil e tirar o PT da presidência do país. Estes jovens faziam parte do Movimento Vem Pra Rua e dos Revoltados Online, movimentos com postura extremamente conservadora, reacionária e autoritária.

Assim, em 2015, brasileiros saíram às ruas com a camisa das cores que representam a bandeira do Brasil para protestar contra o aumento da gasolina, e por melhorias na saúde, educação e segurança. Tratando-se da educação, em especial, ocorreram algumas manifestações visando à melhoria na educação e também contestando a desvalorização do professor no país. Nas manifestações estavam presentes os manifestantes pró e os contras.

No entanto, uma movimentação que chamou a atenção de todos e da mídia foi a dos manifestantes com cartazes escritos “Chega de Paulo Freire” e “Chega de doutrinação Marxista”, dentre outras frases. Como mencionou-se anteriormente, a partir das considerações de Marilena Chaui, reitera-se que estudantes, trabalhadores, servidores, professores, as classes em geral, estavam presentes nas

---

<sup>7</sup> Texto publicado em 2014 no blog Chuva Ácida: debates às margens do Cachoiera. Ver: GRUNER, Clóvis. O horror à política. *Chuva Ácida: debates às margens do Cachoiera*, 1 out. 2014. Disponível em: <http://www.chuvaacida.info/2014/10/o-horror-politica.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

manifestações. Enquanto essas manifestações aconteciam nas ruas, no senado e nas câmaras estaduais, federais e municipais, tramitava-se o Projeto de Lei "Escola sem Partido", que foi inspirado no Código de Defesa do Consumidor, e era voltado para uma educação conservadora e reacionária.

Em meio à tanta corrupção que estava acontecendo na política brasileira, houve o apoio dos parlamentares contra o governo, e das classes sociais e dos representantes políticos corruptos manifestando por uma política livre de corrupção no Brasil. Assim, com essas manifestações, a política no Brasil tornou-se uma ferramenta da moral e dos bons costumes, ou seja, uma ferramenta tradicional, conforme foi exposta na votação do *impeachment* de Dilma, em 2016, pois os discursos dos políticos favoráveis ao seu afastamento da Presidência eram regidos por Deus, pelas suas religiões, família e pelo fim da corrupção.

Devido a esses acontecimentos, Michel Temer assumiu a Presidência da República após a deposição de Dilma Rousseff. Temer governou o Brasil no período de 2 anos e sete meses realizando reformas, reduzindo e aprovando emendas constitucionais. Em seu período de governo na presidência, as esferas administrativas federais deram uma virada e mostraram-se reacionárias, ao contrário do governo de Dilma Rousseff, no qual seguiam um paradigma conciliatório. Para Gilberto Maringoni (2016) esta conversão é menos sensível na macroeconomia, não havendo mudança nas pautas em sua natureza. Além disso, as transformações apresentadas no governo Temer mantiveram as ideias forças-básicas do governo PT.

[...] dentre as quais estão as taxas de juros elevadas, o tripé macroeconômico – metas de inflação, câmbio flutuante e superávits primários nas alturas –, a reforma da previdência como centro dos cortes orçamentários e as privatizações de ativos e do Pré-Sal como formas de ganhar a chamada "confiança do mercado". (MARINGONI, 2016, p. 77).

Conforme o autor, o *impeachment* foi a saída para que o golpe continuasse, ou seja, não representou o fim de um plano, pois este estava sendo executado. O governo interino de Michel Temer era sem muita expectativa, tratando-se, portanto, de um plano em execução que acarretou a chegada, pela via eleitoral, de Jair Bolsonaro à Presidência da República Brasileira.

Jair Bolsonaro era um dos apoiadores do *impeachment* e fazia parte do Partido Progressista (PP). Na votação de abertura do *impeachment*, o ex-presidente

do Brasil saudou os oficiais da ditadura militar e o Coronel Brilhante Ustra (1932-2015), cuja a imagem deste era a de um dos que torturava pessoas que não apoiavam o golpe de 1970, sendo a ex-presidenta Dilma Rousseff umas das torturadas por Ustra.

Contudo, mediante a tantos escândalos de corrupção, *impeachment* e de manifestações, restava-se o questionamento de como salvar e organizar o Brasil da crise. Além disso, o discurso pela busca de um país livre de corrupção, pela ordem e segurança no país, levou Jair Messias Bolsonaro e o vice-presidente Hamilton Mourão (1953-) a conquistarem a cadeira da presidência, em 2018, reforçando a ideia do Brasil como um país conservador, pois, quando os interesses particulares são atacados todos buscam a preservação dos seus direitos sociais, econômicos e políticos através de manifestações e até mesmo por meio de golpe de Estado, que é mascarado como *impeachment*.

### 3 GOVERNO BOLSONARO NA REALIDADE NACIONAL

A princípio, é possível afirmar que Jair Bolsonaro é reconhecido no cenário político nacional, seja pelas polêmicas declarações, pelos conflitos que protagonizou ou por sua própria trajetória na política institucional. Este capítulo tem o objetivo de apresentar aspectos de sua trajetória que o alavancou à presidência da República e o norte conservador que imprimiu na montagem de seu governo.

#### 3.1 Militar e ativista político

Jair Bolsonaro é oriundo das Forças Armadas do Brasil (FAB), tendo iniciado suas atividades na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), em Campinas (SP), em 1973. (FAGUNDEZ, 2019). Em 1986, possuía a patente de Capitão do oitavo Grupo de Artilharia de Campanha. Passou a ter visibilidade nacionalmente ao escrever, em 3 de setembro deste mesmo ano, um artigo para a *Revista Veja*, intitulado *O salário está baixo*<sup>8</sup>. Este artigo gerou-lhe consequências, levando-o à prisão por 15 dias pelo fato de ter cometido um ato indisciplinar e de ter ferido a ética da categoria.

A *Revista Veja*, em 25 de outubro de 1987, publicou um texto intitulado *Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao (Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais)*, expondo que Jair Bolsonaro e o seu colega militar Fábio Passos arquitetaram um plano para a explosão de bombas em quartéis e em pontos estratégicos no Rio de Janeiro (RJ), cujo o objetivo era o de colocar pressão no comando, devido à sua insatisfação com a categoria. Porém, Bolsonaro negou a sua participação no ato, sendo considerado pelo Superior Tribunal Militar (STM) como não culpado por causa da não conclusão dos laudos em relação às acusações<sup>9</sup>. Após essa ação polêmica, Jair Messias Bolsonaro encerrou a sua carreira militar.

---

<sup>8</sup> Conferir a carta de Jair Messias Bolsonaro enviada para a *Revista Veja*, em setembro de 1986, com o título *O Salário está Baixo*. Nesta carta, o ex-militar demonstra-se descontente com o salário recebido pelos militares da época. Ver: BOLSONARO, Jair Messias. *O salário está baixo*. *Veja*, 3 set. 1986. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03088.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

<sup>9</sup> O artigo em *VEJA* e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. *Veja*, 15 maio 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

Em 1988, ele concorreu à eleição para candidato à vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC), renunciando em 1991, pois foi eleito para deputado federal. Em 1990, concorreu à eleição para deputado federal, também pelo PDC. Ao iniciar a carreira política, no estado do Rio de Janeiro, foi reeleito em sete mandatos como deputado federal, nos anos de 1995 a 1999, pelo Partido Progressista Reformador (PPR)<sup>10</sup>; entre 1999 a 2003 e 2003 a 2007, pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB); e de 2007 a 2011, 2011 a 2015 e 2015 a 2019, pelo Partido Progressistas (PP). (BRASIL. Câmara dos Deputados). Durante os mandatos, Bolsonaro, ao longo da sua carreira política, filiou-se a diversos partidos, conforme mencionado acima.

Jair Bolsonaro foi um parlamentar que indicou 127 Projetos de Lei enquanto Deputado Federal, porém, apenas 2 deles foram aprovados em 27 anos de mandatos. Bolsonaro passou a se destacar e a ter visibilidade midiática por meio de discursos defendendo a pena de morte no Brasil<sup>11</sup>, a Redução da Maioridade Penal<sup>12</sup> e o Regime Militar<sup>13</sup>. Ele proferiu que os torturadores do Regime Militar cometeram um erro ao apenas torturar e não ter matado as pessoas na época da Ditadura Militar. Não é novidade destacar que, ao longo de sua carreira política, Bolsonaro se envolveu em diversas polêmicas, chegando até a defender o retorno do Regime de exceção e o fechamento do Congresso Nacional.

Em 2018, Bolsonaro filiou-se ao Partido Social Liberal (PSL). Em julho deste mesmo ano, oficializou a candidatura para ocupar o cargo de Presidente do Brasil, indicando para Vice-Presidente Hamilton Mourão, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Com a candidatura oficializada, Bolsonaro teve o apoio do partido PRTB e dos parlamentares do Democratas (DEM) e do Partido Social Cristão (PSC). Na campanha de lançamento de sua candidatura, Bolsonaro demonstrou apoio à fusão de Ministérios e à privatização dos Braços do Petróleo Brasileiro S. A.

---

<sup>10</sup> Jair Messias Bolsonaro participou ativamente da fundação do Partido Progressista Reformador, em 1983.

<sup>11</sup> JAIR Bolsonaro fala sobre pena de morte e a situação das polícias militares. Produção de TV Cívica. [S. l.]: TV Cívica, 2019. 1 vídeo (245 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=khuvsG0E4m8>. Acesso em: 22 maio 2021.

<sup>12</sup> REDUÇÃO da Maioridade Penal. Dep. Jair Bolsonaro (PP-RJ). Produção de ParlaTurbe. [S. l.]: ParlaTurbe, 2013. 1 vídeo (130 min), son., color. ParlaTurbe Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VxkKwjpxvA0>. Acesso em: 22 maio 2021.

<sup>13</sup> JAIR Bolsonaro defendendo o regime militar em 1999. Produção de Tercio Arnaud Tomaz. [S. l.]: Tercio Arnaud Tomaz, 2016. 1 vídeo (88 min), son., color. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_lzyCS6Ru8Y](https://www.youtube.com/watch?v=_lzyCS6Ru8Y). Acesso em: 22 maio 2021. No momento, o vídeo está indisponível no canal do YouTube.

(Petrobras) e à fiscalização do trabalho. Em outubro, Jair Messias Bolsonaro torna-se o 38º Presidente do Brasil, com 55,13% dos votos válidos.

Jair Bolsonaro é conhecido no Brasil como um político militar que possui discursos de repercussão negativa e atitudes disciplinares de um militar conservador. Ao se candidatar para a Presidência da República, em 2018, é possível perceber como foi surpreendente a sua campanha política e os acontecimentos durante todo o período eleitoral. Denominado como “baixo clero” durante o seu mandato como deputado federal, e reconhecido como pequeno porte entre os outros parlamentares por não ter influências no Congresso Nacional, chegou a discursar diversas vezes em Plenárias vazias<sup>14</sup>. Ao dar início à campanha eleitoral rumo à Presidência, Bolsonaro foi declarado como “Mito” pelos seus apoiadores e eleitores.

Logo ao se alistar ao exército, Jair Bolsonaro tinha um sonho de ser presidente do Brasil, conforme relatou alguns amigos de infância, de Eldorado (SP). (FAGUNDEZ, 2019). Nesse sentido, como todo ser humano que desde a infância possui um projeto de vida, assim, com toda a trajetória militar e política, o sonho de Bolsonaro se concretizou em 2018.

### **3.2 Enfim, a presidência da República**

Em 2018, durante o processo eleitoral, como candidato do PSL, Jair Bolsonaro usou como slogan de campanha a seguinte frase: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. É importante pontuar que ele sempre se mostrou conservador, apresentando discursos conservadores desde a sua entrada na política como Deputado Federal do Rio de Janeiro, em 1991.

A partir da análise de seu lema de campanha, entende-se que seus discursos eram voltados para a preservação dos valores militares, da família tradicional e da sociedade. Entretanto, Bolsonaro sempre apareceu nas mídias com discursos polêmicos e conservadores.

Na verdade, desde 1991, Bolsonaro já aparecia nas mídias com discursos polêmicos. Em sua trajetória política, obteve mais destaque com estes discursos do que com as realizações de atividades durante as três décadas de mandato como

---

<sup>14</sup> Do baixo clero à Presidência: o retorno de Bolsonaro ao Congresso. *Veja*, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/do-baixo-clero-a-presidencia-o-retorno-de-bolsonaro-ao-congresso/>. Acesso em: 22 maio 2021.

deputado federal. Ele chegou a apresentar 170 projetos ao Legislativo, porém, apenas 2 foram aceitos.

De deputado federal até a chegada à Presidência do Brasil, e também de seu período posterior a esta, Bolsonaro é reconhecido a nível internacional como um político de discursos ofensivos e polêmicos. Com este destaque, possui eleitores fiéis, que o consideram como "mito", "o salvador do Brasil" e "o Messias", cuja a esperança era a de melhoria para o país em todos os âmbitos, devido à crise que o Brasil estava enfrentando na época.

Os discursos políticos de Bolsonaro eram voltados para os valores da família, os valores militares e a preservação da sociedade. Já os discursos ofensivos relacionavam-se aos grupos sociais factualmente excluídos dos direitos básicos, que eram teoricamente baseados na Constituição Brasileira, sendo os negros, homossexuais, mulheres e indígenas.

Por isso, pode-se considerar que Bolsonaro foi um governante conservador e liberal economicamente, o que foi notório ao longo dos 27 anos de mandato. Entretanto, Bolsonaro não obteve destaque parlamentar. No decorrer de sua trajetória política, foi possível observar uma campanha permanente, mesmo que durante o seu mandato como deputado federal o mesmo não tenha tido a ciência do que seria uma campanha permanente.

Dessa maneira, o Conservadorismo político é discutido através da oposição dos pensamentos progressistas, ou seja, o Conservadorismo está voltado para a preservação das instituições construídas no passado. Nesse caso, Bolsonaro defende a preservação da família tradicional, sobretudo, os seus familiares, e não os das instituições.

[...] o conservadorismo do qual Jair Bolsonaro é o maior expoente no Brasil hoje, usa, como valor político, o discurso do medo como uma estratégia de poder a fim de obter a obediência num sentido de que "guerra é paz". (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2019, p. 140).

Conforme Ciocari e Persichetti (2019), Bolsonaro é o maior representante político conservador da atualidade brasileira, no qual apresenta amedrontamento ao se expressar por meio de uma técnica de poder voltada para os confrontos, sendo que estes seguem para a união, em outras palavras, para a ordem e o progresso da

sociedade. Com esta postura, Bolsonaro demonstra a relação com a mídia e as suas estratégias de marketing para apresentar uma boa imagem de governante.

Ícaro Joathan, Hébely Rebouças (2020) contribuem com as discussões sobre o conceito de campanha permanente de Jair Bolsonaro e o uso das mídias sociais durante o seu mandato de 2015 a 2018 (de Deputado Federal à Presidência da República). Esse conceito, como explicam os autores, é histórico e idealizado nos Estados Unidos da América (EUA).

A campanha permanente é um conceito cunhado nos Estados Unidos que consiste no desenvolvimento de ações eleitorais em período de mandato (não eleitorais) por parte dos representantes políticos, a fim de manter uma imagem positiva perante o público e, assim, viabilizar futuros sucessos eleitorais. O fenômeno inclui estratégias variadas, que vão desde o aumento do número de viagens para localidade que rendam dividendos eleitorais até a busca constante por doações a partidos e comitês de futuras campanhas, incluindo também a comunicação política. (JOATHAN; REBOUÇAS, 2020, p. 379).

Nesse contexto, observa-se que a campanha permanente são ações eleitorais que o candidato desenvolve durante o mandato para obter uma imagem de carácter prático para o público. Com isso, conseguem ter uma boa visibilidade durante o período eleitoral, seja ela nas TVs, jornais, rádio e internet, a exemplo de Jair Bolsonaro, em sua trajetória militar e política, no qual suas ações se enquadraram como campanha permanente, através da formação de imagem nas redes sociais, viagens no período eleitoral nos estados do Brasil e postura no parlamento em defesa da família tradicional.

Com essa conduta, Jair Bolsonaro chamava a atenção do público evangélico e conservadores, mas não podemos esquecer de que no Brasil há uma diversidade, e não existe um padrão único de família. Entretanto, a comunicação do presidente durante o seu mandato era mais voltada para o público conservador, evangélico e não evangélico, que se identificavam com suas condutas políticas.

Esta análise nos mostra que, entre os anos de 2015 a 2018, Jair Bolsonaro apareceu frequentemente nas mídias com seus discursos conservadores e autoritários. Do mesmo modo, obteve muito espaço com as suas polêmicas, perante a mídia, e nas redes sociais, com mais de 11,4 milhões de seguidores no X, antigo

Twitter<sup>15</sup>, além de 25,2 milhões no Instagram<sup>16</sup> e mais de 10.941,286 curtidas e 15 milhões de seguidores no Facebook<sup>17</sup>.

Semelhantemente, a campanha de Jair Bolsonaro durante esses anos teve muitos destaques nas mídias sociais, devido às suas ações em seu mandato como deputado federal. Além disso, a campanha eleitoral política de Jair Bolsonaro foi realizada pelas mídias, e, principalmente, pelas redes sociais. Em julho de 2018, Bolsonaro oficializou a sua filiação ao PSL. Também foi ovacionado pelos seus admiradores como "MITO", e se autointitulou como o "patinho feio", pois muitos não apoiavam as suas atitudes, desde militar até ser Presidente do Brasil.

Em setembro de 2018, Jair Messias Bolsonaro estava no estado de Minas Gerais (MG) realizando a sua campanha política eleitoral em meio à multidão, momento em que sofreu um atentado. Devido ao ocorrido, ficou inviabilizado de participar dos debates políticos e dos eventos abertos ao público. Em vista disso, Bolsonaro alavancou nas pontuações das pesquisas eleitorais<sup>18</sup>. E em todas as redes sociais, capa de revistas, TVs e nos noticiários internacionais, o vídeo do momento da facada tornou-se o assunto mais comentado.

Conforme o Portal do Tse.jus.br, no primeiro turno, Jair Bolsonaro foi o candidato mais votado, com 46,03% dos votos válidos, passando Fernando Haddad (1963-), do PT, com 29,28%<sup>19</sup>. Ambos foram para o segundo turno, e Jair Bolsonaro foi eleito com 55,13% dos votos válidos, vencendo Fernando Haddad, que teve 44,87% dos votos válidos.

Como resultado, Jair Messias Bolsonaro tomou posse em 1º de janeiro de 2019, e seguiu seu mandato até 2022. No final do ano de 2019, enquanto presidente da República, assinou a sua desfiliação do PSL. Depois disso, noticiou a criação de um novo partido, denominado de Partido Aliança, mas, naquele momento,

<sup>15</sup>Twitter do Presidente Jair Bolsonaro. *Twitter*. Disponível em: [https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor). Acesso em: 3 jun. 2023.

<sup>16</sup>Instagram do Presidente Jair Bolsonaro. *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro/?hl=pt-br>. Acesso em: 3 jun. 2023.

<sup>17</sup>Facebook do Presidente Jair Bolsonaro. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

<sup>18</sup> Conforme a pesquisa da Datafolha, da *Folha de São Paulo*, em relação às intenções de votos das Eleições de 2018, Jair Bolsonaro obteve uma boa pontuação (40%) no primeiro turno. Ver: Bolsonaro tem 40% dos votos válidos nas vésperas do 1º turno. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983037-bolsonaro-tem-40-dos-validos-na-vespera-do-1-terno.shtml>. Acesso em: 4 jun. 2021.

<sup>19</sup>Estatísticas Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral, 2018. 1º Turno. *TSE*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 5 maio 2021.

encontrava-se sem nenhuma filiação partidária. Além disso, recebeu vários convites durante esse período para filiar-se aos Progressistas, Partido Liberal (PL), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Patriota e Republicano (PR). Contudo, Bolsonaro não escolheu a qual partido se filiar, e seguiu 2 anos sem partido durante o seu mandato na Presidência da República. (WETERMAN, 2021). No dia 30 de novembro de 2021, o republicano assinou com o seu filho, Flávio Bolsonaro, e o Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, a sua filiação ao PL<sup>20</sup>.

### 3.3 Um governo de perfil conservador

Jair Bolsonaro tomou posse em 1º de janeiro de 2019 para o cargo da Presidência do Brasil, com os ministros escolhidos pelo próprio presidente. Neste mesmo ano, posteriormente à sua posse, promoveu a redução de ministros, e, durante o seu governo, ocorreram várias trocas destes. Apresentaremos a montagem do governo de Bolsonaro, discutiremos os seus objetivos e a importância de cada função que os ministros desempenharam, e também as substituições dos parlamentares durante o governo, com suas renúncias e demissões.

Reiterando as considerações de Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022), a presidência de Jair Bolsonaro não foi a de um governo comum em tempos normais.

Para compreender a presidência Bolsonaro, é preciso lembrar que não se trata de um governo normal em tempos normais. Governos normais, eleitos em tempos de rotina republicana, são ancorados em maiorias parlamentares e balizados pelas instituições e valores constitucionais. Do ponto de vista político, tendem ao centro, sejam de direita ou esquerda; do ponto de vista administrativo, eles procuram conciliar seus princípios ideológicos com uma Administração eficiente, a fim de se manter no poder. Para isso lançam mão dos quadros de seus partidos, que presidem e aproveitam a burocracia técnica que serve ao Estado. Governos normais são compreendidos dentro dos modelos de ciência política, no qual o mote segundo o qual “as instituições estão funcionando” não é diagnóstico, é pressuposto. Ocorre que o governo Bolsonaro não é um governo normal, nem normais são os tempos que correm. Por isso se ele nos aparece tão singular ou insólito no seu cotidiano e sua análise exige, portanto, mais criatividade e interpretação.

Bolsonaro assume depois da depressão econômica e da terra arrasada provocada pela “revolução judicialista” que, na esteira da desmoralização do sistema político, liquidou a credibilidade da Nova República. Bolsonaro

---

<sup>20</sup>Filiação de Bolsonaro ao PL movimentou tabuleiro político para eleições de 2022. *CNN Brasil*, São Paulo, 1 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/podcast-e-tem-mais-filiacao-de-bolsonaro-ao-pl-movimenta-tabuleiro-politico-para-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

encontrou as instituições frágeis, vacilantes, conflagradas por dentro, diante de uma crise econômica imensa. Por isso, ele deseja se afastar das práticas governativas anteriores, sendo desrespeitoso ou deliberadamente ignorante de suas liturgias e práticas, obedecendo a cartilha do líder populista em tensão constante com as instituições. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 76-77).

A montagem do governo Bolsonaro seguiu, portanto, uma orientação de perfil mais conservadora a partir de sua posse, em 2019. A estrutura ministerial foi reconfigurada para 22 ministérios. Este foi o primeiro escalão escolhido por Jair Bolsonaro. Conseqüentemente, durante o seu governo, ocorreram várias trocas de ministros e renúncias. Dessa forma, em 24 meses de governo, ocorreram várias trocas de ministros, e as pastas que mais tiveram mudanças foram a do Ministério da Saúde (MS) e a do Ministério da Educação (MEC)<sup>21</sup>.

Assim, a primeira mudança de ministro aconteceu no MEC. O escolhido para ocupar a cadeira foi o filósofo Ricardo Vélez Rodríguez (1943-), que esteve no cargo durante três meses em 2019, sendo substituído pelo economista Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub (1971-), que ficou durante 14 meses. Após se envolver e ter discursos polêmicos, Weintraub deixou o cargo e foi substituído pelo Pastor Milton Ribeiro (1958-)<sup>22</sup>, em julho de 2020.

No MS, o primeiro empossado foi Luiz Henrique Mandetta (1964-), em 2 de janeiro de 2019. Porém, ocorreram alguns atritos entre o presidente Jair Bolsonaro e Mandetta, o que causou a demissão deste durante a pandemia de Covid-19, em 16 de abril de 2020. Além do elevado número de mortes durante a pandemia e a falta

---

<sup>21</sup> Lista de Ministros de Estado, atualizada em 2022: Ciro Nogueira Lima Filho (Chefe da Casa Civil); Anderson Torres (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira (Ministério da Defesa); Carlos Alberto Franco França (Ministério das Relações Exteriores); Paulo Guedes (Ministério da Economia); Marcelo Sampaio Cunha Filho (Ministério da Infraestrutura); Marcos Montes Cordeiro (Ministério da Agricultura); Víctor Godoy Veiga (Ministério da Educação); José Carlos Oliveira (Ministério de Estado do Trabalho e Previdência); Ronaldo Vieira Bento (Ministério da Cidadania); Marcelo Queiroga (Ministério da Saúde); Adolfo Sachsida (Ministério de Minas e Energia); Fábio Faria (Ministério das Comunicações); Paulo César Resende de Carvalho Alvim (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações); Joaquim Álvaro Pereira Leite (Ministério do Meio Ambiente); Carlos Alberto Gomes de Brito (Ministério do Turismo); Daniel de Oliveira Duarte Ferreira (Ministério do Desenvolvimento Regional); Wagner Rosário (Controladoria-Geral da União); Cristiane Rodrigues Britto (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos); Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira (Secretaria-Geral da Presidência da República); Célio Faria Júnior (Secretaria de Governo da Presidência da República); Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional); Bruno Bianco Leal (Advocacia-Geral da União). Ver: Ministros e Ministras. *Gov.br*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros>. Acesso em: 20 set. 2022.

<sup>22</sup> Em 1981, é Graduado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul (SPS) e, em 1990, em Direito pelo Instituto Toledo de Ensino (ITE). É Mestre em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), em 2001, e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), em 2006. As informações foram coletadas do website Escavador, em julho de 2021. Ver: Milton Ribeiro. *Escavador*. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/7736769/milton-ribeiro>. Acesso em: 4 jul. 2021.

de incentivo dos órgãos, que se diziam representar o povo por cumprir os protocolos de vigilância sanitária e os modos de prevenção, Mandetta não concordava com as atitudes do ex-presidente, e não apoiava o uso de Cloroquina para combater o Coronavírus, pois não havia sido comprovada a eficácia do medicamento pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Portanto, Mandetta foi demitido e substituído pelo médico Nelson Luiz Sperle Teich (1957-), que tomou posse em 17 de abril de 2020<sup>23</sup>. Este também não concordava com o uso do medicamento Cloroquina, e apoiava as medidas de prevenção ao Covid-19, sendo demitido em 15 de maio de 2020.

Durante a pandemia, a gestão de Bolsonaro ficou quatro meses sem Ministro da Saúde, no momento em que o país mais precisava de um representante da saúde para tentar contornar a situação que estávamos vivenciando, mas isto não foi resolvido. Após quatro meses, surge um novo ministro, denominado de General Eduardo Pazuello (1963-)<sup>24</sup>, que ocupou a cadeira do ministério em 16 de setembro de 2020, e deixou o cargo em 23 de março de 2021. Pazuello possui uma trajetória profissional voltada para o exército, e não tinha nenhuma formação na área da saúde. Sua formação militar aconteceu na mesma academia militar onde Jair Bolsonaro se formou. Contudo, Eduardo Pazuello saiu do Ministério da Saúde e quem o substituiu foi o médico cardiologista Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes (1965-)<sup>25</sup>, que tomou posse em 23 de março de 2021<sup>26</sup>.

Durante o Governo Bolsonaro houve várias mudanças de ministérios, mas o foco da pesquisa é compreender como se deu a condução da educação no país no seu mandato. Abordaremos as mudanças que ocorreram no Ministério da Educação, os escândalos de corrupção e como o ex-presidente cumpriu as propostas do Plano de Governo para a educação. No Ministério da Educação houve algumas crises,

---

<sup>23</sup>Em 1980, é Graduado em Medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e possui especialização em Oncologia pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), em 1990. As informações foram coletadas do Currículo Lattes do autor, em julho de 2021. Ver: Plataforma Lattes. *Gov.br*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6028548417253582>. Acesso em: 6 jul. 2021.

<sup>24</sup>Formado em Oficial de Intendência pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende, no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1984. Ver: Eduardo Pazuello. *Biblioteca Virtual em Saúde*. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/2020-2011/>. Acesso em: 4 jul. 2021.

<sup>25</sup>Em 1988, é Graduado em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É especialista em residência médica pelo Hospital Adventista Silvestre, no Rio de Janeiro, e realizou treinamento em hemodinâmica e cardiologia intervencionista na Beneficência Portuguesa de São Paulo. As informações foram coletadas do website do Governo Federal. Ver: *Gov.br*. Disponível em: <https://www.gov.br/sau/pt-br/composicao/ministro>. Acesso em: 5 jul. 2021.

<sup>26</sup>Marcelo Queiroga. *Biblioteca Virtual em Saúde*. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/2020-2011/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

além de investigações durante a ocupação na cadeira do ministério com a passagem dos quatro ministros, que foram escolhidos por Jair Bolsonaro no seu mandato.

### **3.4 A volatilidade no Ministério da Educação**

O primeiro-ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez, assumiu a cadeira do MEC em janeiro de 2019, e, conseqüentemente, anunciou a sua saída em abril do mesmo ano. Quando estava à frente do MEC, o filósofo usou vários discursos polêmicos voltados para a educação brasileira. A primeira polêmica do ministro foi a solicitação de reavaliação do conteúdo disciplinar sobre a Ditadura Militar no Brasil, em 1964, sugerindo uma mudança no método de ensino deste tema nas escolas brasileiras.

No dia 3 de abril de 2019, Ricardo Vélez concedeu uma entrevista ao Valor Econômico. Durante a entrevista, o ministro expressou a sua opinião sobre a mudança que realizaria nos livros didáticos, pois o mesmo acreditava que os conteúdos dos livros didáticos não contavam a verdadeira história da Ditadura Militar no Brasil, e que as crianças precisavam saber dos factos. Ainda nessa entrevista, Ricardo Vélez afirmou que não houve golpe em 31 de março de 1964, e que a regência da época não foi uma ditadura. Para Vélez, o que aconteceu em 1964 foi uma vontade soberana da população brasileira, não sendo um golpe contra a Constituição, mas uma transformação institucional imprescindível na época, conforme a legislação daquele período. (MURAKAWA; ARAÚJO, 2019).

Ricardo Vélez, ao afirmar que não houve Ditadura Militar no Brasil, tentou apagar, de fato, toda a história que aconteceu no país. A história do Brasil é importante para compreendermos a sociedade na qual estamos inseridos. O passado é importante para compreendermos o presente. É preciso ter o conhecimento verídico do que aconteceu em 1964 e não reproduzir o senso comum de quem fez parte da Ditadura Militar, torturando e matando pessoas que eram contra o governo da época. O que significa explicar de forma ampla a história do nosso país? Significa esconder os fatos e os crimes cometidos por militares que ocuparam, e ocupam, uma cadeira no Congresso Nacional, e fingiram – e fingem – que nada aconteceu no Brasil em 1964?

Ricardo Vélez solicitou também que as instituições de ensino gravassem vídeos das crianças no primeiro dia de aula letivo mencionando o slogan da campanha de 2018 de Jair Bolsonaro, "Brasil acima de tudo". "Deus acima de todos". Ao ser entrevistado pela revista *Veja*, Vélez comparou os brasileiros como "canibal". Afirmou ainda que ao fazerem viagens para o exterior, estes furtavam coisas de hotéis e defendiam a educação moral e cívica.

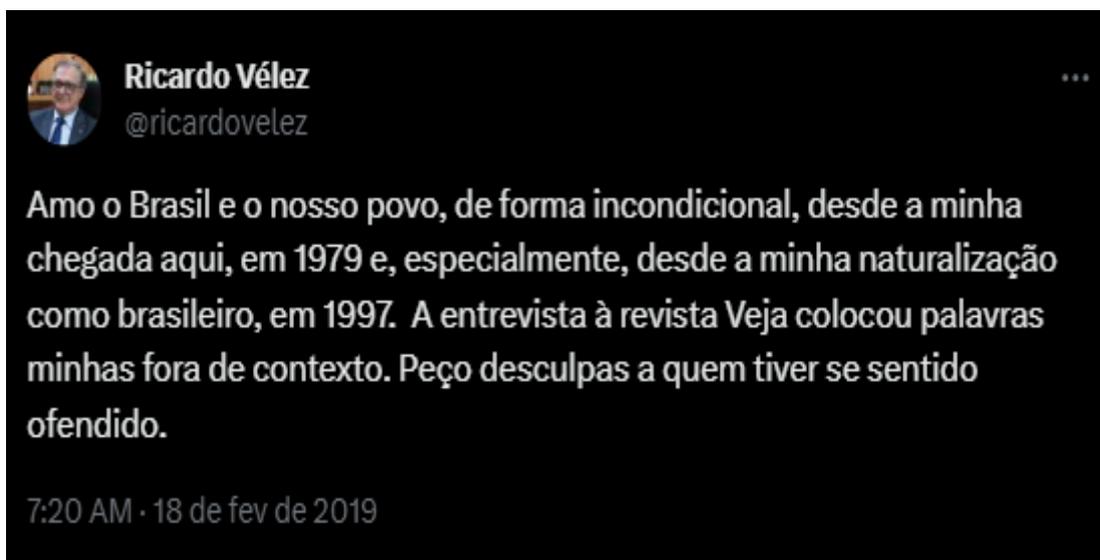
Quais são os nossos heróis? Porque temos heróis. O PT tentou destruir os heróis, mas temos heróis. Carla Camurati colocou dom Joãozinho como um reles comedor de frango, sem nenhuma serventia. Ele era estadista. Ele comia frango, mas era um grande estadista, um grande herói. Um homem que liberou os portos, abriu a economia brasileira, permitiu que isto fosse uma herança, Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil. Era uma coisa fantástica manterem unido o nosso território. É um herói. Em educação moral e cívica, em educação para a cidadania, o primeiro capítulo é esses contextos fundamentais da nacionalidade, como eu disse. Segundo pacote: hoje, adolescente viaja. Então é necessário lembrar que há contextos culturais diferentes e que tem que respeitar as leis dos outros. O brasileiro viajando é um canibal. Um canibal. Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião. Traz tudo de lembrança. Ele sai da porta de casa e pode carregar tudo. Então, isso é um pacote de educação para a cidadania do fundamental. (VEJA; REDAÇÃO, 2019).

Nesse trecho da entrevista, observa-se que Ricardo Vélez possui argumentos reacionários e demonstra a falta de conhecimentos sobre a história do Brasil, pois mesmo possuindo um grau intelectual, carrega consigo um discurso conservador-liberal-reacionário com o sentido de verdade absoluta, através de uma interpretação com conhecimentos vagos sobre o país. Após a repercussão da entrevista, Ricardo Vélez fez um pronunciamento pedindo desculpas aos brasileiros, e afirmou que a revista *Veja* publicou as suas falas fora do contexto. Contudo, a *Veja* comprovou que tudo que ele tinha mencionado na entrevista era verídico, publicando um áudio com o trecho polêmico feito por Vélez<sup>27</sup>.

**Figura 1** – Post publicado no Twitter por Ricardo Vélez, em 18 de fevereiro de 2019.

---

<sup>27</sup> Ver: OUÇA: "O brasileiro viajando é um canibal", disse Vélez Rodríguez. *Veja*, 18 fev. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ouca-o-brasileiro-viajando-e-um-canibal-disse-velez-rodriguez>. Acesso em: 20 fev. 2022.



Fonte: Ricardo Vélez. 2019.

Durante a passagem de Vélez no MEC aconteceram vários atrasos de projetos para a educação, principalmente, na análise do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ocorrendo várias trocas de cargos altos por meio do ministro.

O segundo-ministro da educação foi o economista Abraham Weintraub, que assumiu o posto do MEC em abril de 2019. Ao tomar posse, ele causou várias polêmicas enquanto estava à frente do MEC, a exemplo das palavras ofensivas que proferiu contra as universidades federais. Ele chegou a afirmar que as universidades realizavam balbúrdias, e que iria cortar as verbas das instituições que cometeram estes atos. Ao explanar sobre o baixo desempenho acadêmico das universidades federais, Weintraub chegou a ameaçar com cortes de verbas aquelas que, na sua visão, estivessem fazendo balbúrdia. Com essas declarações de apoio ao corte de verbas nas Instituições de Ensino Superior (IES), Abraham foi bastante criticado por seu posicionamento de ameaça à soberania das universidades. (CARTACAPITAL, 2019).

Como consequência disso, nos dias 15 e 30 de maio de 2019, estudantes saíram às ruas para protestar contra as falas ofensivas do ministro da educação. Com isso, Weintraub teve que se explicar sobre o assunto na Câmara, alegando que os estudantes estavam manifestando porque os professores sugeriram a manifestação. Em outras palavras, Weintraub acreditava que os estudantes federais eram doutrinados ideologicamente pelos professores. Outra declaração feita por Abraham em relação às universidades foi a afirmação sobre a existência de

plantações de maconha nestas instituições. Com esta fala, o ministro foi interrogado pela Comissão da Educação dos Deputados para esclarecer o que tinha declarado.

Em 2019, o Exame Nacional do Ensino Médio foi muito debatido. No início de 2020, o Ministério da Educação reconheceu e admitiu os erros nas notas dos estudantes. O ministro afirmou que o ENEM foi um dos melhores dos últimos anos, porém, ocorreram erros nas notas de alguns estudantes, que acabaram acionando a Justiça para não serem prejudicados. Além disso, em plena a pandemia, Weintraub defendeu que a prova fosse aplicada na data agendada, mesmo estando ciente das suspensões das aulas presenciais e da proliferação do vírus em todo o mundo.

Em 2020, a questão discutida era a alteração nas datas da prova do ENEM. O ministro não apoiava esta mudança, mas o Senado aprovou um projeto que acarretou na mudança da data das provas<sup>28</sup>. Portanto, com a ação judicial solicitando ao Ministério da Educação a reorganização do calendário consoante à situação vivenciada pelas escolas perante o cenário epidêmico, ocorreu a alteração na data da prova através de votações realizadas no Congresso Nacional.

Abraham Weintraub passou a ser investigado por Fake News e por ofender o Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que todos do STF deveriam ser presos, e que o Congresso Nacional deveria fechar. Esta situação ocorreu em uma reunião ministerial, que estava sob o processo de investigação para saber se o presidente Jair Bolsonaro estava interferindo no trabalho da Polícia Federal (PF). Como consequência do discurso de Weintraub, todos se voltaram contra ele, apoiando a sua saída do MEC. Dessa forma, Weintraub teve que prestar depoimento.

Abraham Weintraub também causou polêmica ao fazer postagem no X, alegando que os chineses tinham um plano para dominar o mundo e que o vírus do coronavírus foi criado em laboratório na China. Estas afirmações não foram bem aceitas pela Embaixada Chinesa no Brasil, e Weintraub teve que, mais uma vez, prestar depoimento no Senado, para a Polícia Federal e para o Ministério Público (MP), pelas declarações racistas publicadas na sua rede social. Devido à repercussão do ocorrido, o mesmo acabou apagando a postagem. As pesquisas científicas sobre a origem do coronavírus comprovam o oposto, reiterando que a declaração de Weintraub era infundada, sem conhecimento científico comprovado.

---

<sup>28</sup> Weintraub deixa o governo: seis polêmicas que marcaram a gestão no Ministério da Educação. *BBC News*, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058067>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Desse modo, com todas essas polêmicas durante o seu ministério, Abraham Weintraub demonstrou incapacidade de exercer as devidas funções, pois várias pastas do ministério estavam paradas, havendo desorganização e atrasos de projetos políticos educacionais. Portanto, no dia 18 de junho de 2020, estando diante do ex-presidente Bolsonaro, Weintraub anunciou a sua saída do MEC<sup>29</sup>.

Depois que Abraham Weintraub deixou o Ministério da Educação, o governo Bolsonaro ficou 20 dias sem ministro. Após este período, Jair Bolsonaro nomeou o Bacharel em Ciências Econômicas Carlos Alberto Decotelli da Silva (1952-) como ministro, porém, o currículo acadêmico de Decotelli apresentava controvérsias na sua formação acadêmica, e isso fez com que ele não tomasse posse. No currículo lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Carlos Decotelli apresentava ser doutor pela Universidade do Rosário, na Argentina, e ter feito o pós-doutorado na Wuppertal, na Alemanha. Contudo, as duas instituições afirmaram que estas informações não procediam. O Reitor da Universidade do Rosário, Franco Bartolacci, por meio de sua rede social X, desmentiu a informação feita por Jair Bolsonaro ao nomear Decotelli como ministro<sup>30</sup>.

**Figura 2** – Esclarecimento de Franco Bartolacci sobre o post de Jair Bolsonaro no Twitter sobre a formação de Carlos Alberto Decotelli da Silva.

---

<sup>29</sup>Palavras do coração. Produção de Abraham Weintraub. [S. l.]: Abraham Weintraub, 2020. 1 vídeo (191 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dhOZsMPrqpc>. Acesso em: 10 jun. 2022.

<sup>30</sup>Franco Bartolacci. X, 26 jun. 2020. Disponível em: [https://twitter.com/fbartolacci/status/1276563236834467841?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etw\\_eetembed%7Ctwtterm%5E1276563236834467841%7Ctwgr%5E3825e3f7a7e60ffaeba6c5a56222537a60d5d339%7Ctwcn%5Es1\\_&ref\\_url=https%3A%2F%2Fwww.brasildefato.com.br%2F2020%2F06%2F26%2Freitor-argentino-desmente-bolsonaro-sobre-titulo-de-doutorado-de-ministro-da-educacao](https://twitter.com/fbartolacci/status/1276563236834467841?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etw_eetembed%7Ctwtterm%5E1276563236834467841%7Ctwgr%5E3825e3f7a7e60ffaeba6c5a56222537a60d5d339%7Ctwcn%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.brasildefato.com.br%2F2020%2F06%2F26%2Freitor-argentino-desmente-bolsonaro-sobre-titulo-de-doutorado-de-ministro-da-educacao). Acesso em: 11 jun. 2022.



Fonte: Franco Bartolacci. 2020.

Da mesma forma, a Universidade de Wuppertal, em nota, afirmou que Decotelli realizou pesquisas no período de 3 meses, mas não finalizou o pós-doutorado<sup>31</sup>. Outra informação não verdadeira é a de que Carlos Decotelli era

<sup>31</sup>Universidade alemã desmente pós-doutorado de Decotelli. *Correio Braziliense*, Brasília, 2020. Disponível em:

pesquisador e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), fato que foi desmentido pela própria instituição, em nota encaminhada para o Eu, Estudante. Nesta mesma nota, a FGV confirmou que Decotelli é mestre pela instituição. (ARAÚJO, 2020). Com todas as repercussões de fraudes em sua formação acadêmica, cinco dias após ser nomeado, Carlos Decotelli pediu demissão antes de ser empossado.

Em junho de 2020, Milton Ribeiro foi nomeado por Jair Bolsonaro para exercer a função de ministro da educação, sendo um dos ministros que permaneceu por mais tempo no MEC. Assim como a passagem dos outros ministros foram polêmicas, Milton Ribeiro também se envolveu em diversas polêmicas no seu mandato. No início da sua posse, ele fez declarações homofóbicas e capacitistas. Como consequência disso, teve que se explicar no STF devido às suas declarações criminosas em relação à família homoafetiva e às crianças com deficiência.

Na gestão de Milton Ribeiro aconteceram alguns conflitos, além da desorganização no ENEM por parte dos funcionários do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a exemplo dos atrasos na aplicação das provas. Além disso, os funcionários do INEP solicitaram a exoneração dos seus cargos devido aos problemas que estavam acontecendo dentro do instituto, alegando a inexistência da administração, assédio moral e interferência do ministério na autogestão. Contudo, o Tribunal de Contas da União (TCU) abriu uma investigação para analisar as inconstâncias perante a sistematização da prova do ENEM, e dentro do INEP.

Em março de 2022, após se reunir com Jair Bolsonaro, Milton Ribeiro pediu demissão do Ministério da Educação por meio de uma carta explicando a sua saída. O teólogo foi denunciado por indicativos de crime de corrupção por beneficiar pastores com recursos do Ministério da Educação. Com esse escândalo de corrupção no MEC, a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou que a Polícia Federal fizesse uma investigação para analisar o caso. Assim, Milton Ribeiro foi preso no dia 22 de junho de 2022, sendo liberado no dia seguinte. Consequentemente, Milton Ribeiro se afastou do MEC com o desafio de provar a sua inocência ou assumir que desviou verbas do Ministério da Educação. Após a saída de Milton Ribeiro, quem ficou à frente do Ministério da Educação foi Victor

Godoy Veiga (1981-), que era secretário-executivo de Milton Ribeiro, e entrou para a lista dos ministros anunciados por Jair Bolsonaro na época.

Observa-se que nos quatro anos do Governo Bolsonaro a educação não foi prioridade, pois, durante o primeiro mandato aconteceu a política do retrocesso e da destruição do que os governos anteriores fizeram no país, principalmente, na educação. Os quatro nomes escolhidos por Jair Bolsonaro apresentaram perante a sua função de ministro da educação condutas fascistas, racistas, homofóbicas, reacionárias, capacitistas e xenofóbicas. Nesse sentido, entende-se que no Ministério da Educação é preciso que haja pessoas aptas a exercerem as devidas funções e a respeitarem a todos que trabalham dentro da instituição. O que aconteceu durante esses quatro anos foram ataques às instituições de ensino, aos profissionais da educação e aos estudantes.

De 2019 a 2022, passaram pelo Ministério da Educação profissionais de diferentes áreas, como o filósofo com argumentos vagos e desconexos sobre a realidade brasileira e o economista que não respeitava as instituições de ensino pública, os membros do STF e os estrangeiros. Também houve fraude na formação acadêmica para ocupar a gestão do MEC. Por fim, vimos o pastor formado na área da educação que não defendia a política de inclusão social, e que foi apontado como suspeito de desviar verbas do Ministério da Educação para outros pastores. A política do anti-intelectualismo está em evidência desde as eleições de 2018. No Governo Bolsonaro ficou evidente a falta de inteligência intelectual dos ministros escolhidos para a educação.

Em síntese, a educação brasileira necessita ser valorizada. Para isso, é preciso investir na educação, pois ela contribui para o desenvolvimento da nossa sociedade. O Governo Bolsonaro falhou em cortar as verbas da educação, em não dar a devida importância à pandemia de Covid-19, e nas escolhas de ministros, que poderiam ser mais responsáveis com a pasta da educação.

## **4 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO**

O sistema educacional brasileiro, na gestão de Jair Bolsonaro, sofreu vários ataques e foi conduzido a partir da falta de comprometimento do governo. Durante os quatro anos de mandato, além de atacar e interferir nas instituições de ensino, Bolsonaro também jogou a responsabilidade do que estava acontecendo no Brasil para os governos anteriores, e, surpreendentemente, para a pandemia. Este capítulo se destina a analisar tais fatores interligados, procurando demonstrar, no final, o processo de desmonte proporcionado pelo governo, entre os anos de 2019 e 2022.

### **4.1 A campanha eleitoral e a plataforma conservadora**

A proposta do Plano de Governo de Jair Messias Bolsonaro, de 2019 a 2022, cujo nome é “O CAMINHO DA PROSPERIDADE” (Constitucional, Eficiente e Fraternal), propôs “O BRASIL LIVRE”. O plano de governo possui 81 páginas, e muito se discute acerca de valores e compromissos com o país, a valorização da vida, a liberdade e fraternidade, os direitos e deveres, a luta pela imprensa independente, a defesa da bandeira brasileira, a busca pela forma de governar “MAIS BRASIL, MENOS BRASÍLIA” e a luta pelo respeito à Constituição Brasileira. Segundo o ex-presidente, tudo seria pensado e realizado de acordo com a lei, conforme consta nos artigos da constituição.

Dado o exposto, Jair Bolsonaro acreditava que no Brasil havia os desafios urgentes a serem combatidos, sendo eles o combate à criminalidade, a corrupção e o aparelhamento do Estado. Pela observação dos aspectos analisados no Plano de Governo, ressalta-se na proposta a defesa do Liberalismo Econômico, a nova forma de governar (Estrutura e Gestão), a defesa das melhorias na saúde e educação.

A proposta de plano de governo apresentada buscou um governo não corrupto, e que combatesse a corrupção, fosse um governo sem crises, em que os governantes tivessem compromissos com o país e com os cidadãos brasileiros, e pudessem cumprir o que prometeram com responsabilidade social, ou seja, o plano de governo tinha como proposta a liberdade de todos sem a interferência do Estado.

Além disso, o ato de governar deveria ser distinto dos governos anteriores, como é destacado na citação:

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros. (BRASIL, 2018, p. 1).

Outro fator importante no Governo Bolsonaro foi a defesa pela valorização da vida. A frase “o Fruto da vida é sagrado” justifica a liberdade que o governo propôs aos brasileiros na campanha eleitoral. Conforme a proposta de governo Bolsonaro, defendia a ideia que o Brasil é um país de todos, com pluralidades sejam de opiniões, cores e orientações.

A frase supracitada significa que tudo que os indivíduos possuem durante a sua trajetória de vida honestamente é propriedade privada, não podendo ser furtado, pois pertence ao indivíduo. Portanto, o Governo Bolsonaro buscou preservar a família e a propriedade privada da mesma, independente de qual seja a forma familiar, intervindo em qualquer ação do Estado sobre os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade.

Ao fazer uma análise da sociedade brasileira, pode-se afirmar que o Brasil é um país com muita diversidade. Por outro lado, existe uma problemática que está relacionada com a liberdade. “Liberdade para quem?” O Governo Bolsonaro possuía uma ideologia e era contra qualquer tipo de pensamento e atitudes contrárias ao que acreditava, a exemplo das ideologias contrárias. Se não há respeito à opinião e à escolha do outro, mas reitera-se defender a liberdade, que tipo de liberdade seria esta? Quais os indivíduos que possuem e devem ter esta liberdade? É notório que o plano de governo do ex-presidente apresenta algumas contradições, principalmente, tratando-se de ideologias, pois foi um governo que tinha ideologia, mas buscavam impedi-la quando havia oposição governamental e dentro de instituições.

O plano de governo, na prática, pretendia finalizar um ciclo, pois a liberdade que tanto defendiam era a de um país livre do crime, da corrupção e de ideologias, propondo estabilidade, riqueza e oportunidades, escolhas afetivas, políticas, econômicas e espirituais para todos os cidadãos brasileiros. A liberdade para o

Governo Bolsonaro é um dos deveres fraternos, no qual todos os indivíduos devem ter compaixão com o próximo e uma boa vivência dentro da sociedade ajudando a quem precisa.

Desse modo, o Governo buscou encerrar um ciclo que deveria ser finalizado através dos cumprimentos das leis e da obediência à Constituição. Assim, defende que os direitos dos cidadãos brasileiros e os dos não cidadãos serão preservados, mas para isso, teriam que obedecer às leis e cumprir os seus deveres. Em vista dos argumentos apresentados, no Governo Bolsonaro defendia-se uma imprensa livre e independente.

Somos defensores da liberdade de opinião, informação, imprensa, internet, política e religiosa! Liberdade das pessoas e de suas famílias em poder escolher os rumos da vida na contínua busca da felicidade! Somos contra qualquer regulação ou controle social da mídia. A Liberdade é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão. Nosso povo deve ser livre para pensar, se informar, opinar, escrever e escolher seu futuro. (BRASIL, 2018, p. 7).

Podemos observar que o Governo mostrou-se defensor da liberdade de expressão, política, religiosa, e dos mecanismos de informação (imprensa e internet). Além disso, defende que os cidadãos e famílias têm o direito de escolhas para viver bem na busca pela felicidade, não sendo a favor do controle social da mídia, pois acredita que a liberdade é o caminho da prosperidade e não da servidão. No seu mandato, defendeu-se que o povo brasileiro tinha o direito de pensar, buscar informações e de ter liberdade de expressão livremente, porém, estes direitos constavam apenas no papel, haja vista que as atitudes e condutas do ex-presidente provaram o contrário.

Em vista dos argumentos apresentados no plano de governo, entende-se que durante 30 anos houve uma união oligárquica do Marxismo Cultural e Gramsciano de corruptos, cujo objetivo era destruir os valores da Nação e da família brasileira. Durante a campanha eleitoral, em 2018, Jair Bolsonaro propôs em seus discursos que teria uma nova forma de governar, afirmando que 2019 seria o ano da mudança, além de apresentar como proposta o ajuste da inflação, aumento de empregos, união da ordem com o progresso, a luta e a defesa para que seu Governo se tornasse Liberal e Democrata, priorizando a Segurança, a Saúde e Educação. Levando-se em conta o que foi observado na proposta de Governo, Bolsonaro

prometeu realizar as demandas conforme os princípios liberais e democráticos, seguindo e respeitando a Constituição.

Além disso, defendia a melhoria na saúde e na educação dos brasileiros, consoante a proposta de Governo. O Brasil investe e prioriza a saúde e a educação, portanto, deveria estar melhor devido aos investimentos. Durante a campanha eleitoral, em 2018, Jair Bolsonaro afirmou em seus discursos que teria como base o modelo de educação do Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Devido à sua visita ao Japão, analisou como funcionava o sistema educacional japonês e se inspirou na estratégia educacional que o país proporcionava para a população e no desenvolvimento econômico.

Na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos. Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional. A estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, países recentemente visitados por Jair Bolsonaro, teve papel chave no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos. (BRASIL, 2018, p. 41)

Em vista dos argumentos apresentados, a Política Nacional de Alfabetização de Jair Bolsonaro propôs uma educação à distância no ensino fundamental, médio e superior para os estudantes que moravam na zona rural. Para Bolsonaro a educação à distância seria uma opção importante para o desenvolvimento econômico e social do país e também ajudaria nos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É importante fazer uma reflexão sobre o modelo de ensino à distância proposto, no qual o objetivo era o de investir na qualidade de ensino, nas políticas educacionais e na construção de escolas de nível fundamental e médio, para que os estudantes das áreas rurais pudessem estudar dentro da própria comunidade.

Dessa forma, o objetivo de Bolsonaro era o de que o Brasil estivesse no ranking com os melhores resultados de avaliação, como o PISA e a OCDE. Por isso, tinha a educação do Japão como base, mas pensava o oposto na implementação desse modelo, pois este país não é adepto ao ensino à distância. Então, como mencionado anteriormente, o plano de governo de Bolsonaro tinha como escopo a

melhoria da educação, no qual reiterava que o país investia muito na educação, porém, o ensino é um dos piores.

Os dados da ONU indicam que o nível de gastos que o Brasil tem com educação é incompatível com o péssimo nível educacional dos estudantes. Temos figurado ultimamente entre os piores resultados do PISA, feito pela OCDE. (BRASIL, 2018, p. 43).

É válido ressaltar que essa proposta de Bolsonaro, do ensino à distância para todas as modalidades de ensino, para ser realizada precisava ser valorizada como prioridade, pois era necessário muito investimento para que isto acontecesse. Com a pandemia de Covid-19, em todo o Brasil, a modalidade de ensino passou por adaptações. O ensino presencial não era permitido devido ao isolamento social pela pandemia. Então, surgiu a modalidade de ensino remoto, de forma emergencial. Com esta nova forma de ensino, muitos dos estudantes das áreas rurais foram prejudicados devido à falta de acesso à internet, de não ter computador, além de que, em algumas localidades, não chega sinal de operadora ou de *wi-fi*.

Outra preocupação constante são as políticas afirmativas. Jair Bolsonaro afirmou em uma entrevista para o Programa Roda Viva, em 30 de julho de 2018, que ele era a favor da redução das cotas, tanto das universidades quanto dos concursos públicos. Ao ser questionado, Bolsonaro respondeu que, se fosse por ele, reduziria as políticas de cotas raciais, pois acreditava que estas ações afirmativas contribuíam para a divisão do Brasil. Contudo, isto não dependia só dele, mas também do Congresso<sup>32</sup>.

Ainda no período eleitoral, em 2018, Bolsonaro mostrou-se a favor da inclusão da Educação Moral e Cívica nos currículos escolares. Esta proposta não foi apresentada no plano de governo, mas, ao ser entrevistado, Bolsonaro mencionou sobre as disciplinas que foram implementadas no período do Regime Militar, e que, em 1993, foram retiradas dos currículos devido a muitas críticas.

Convém lembrar que Jair Bolsonaro defende a proposta do Escola sem Partido, Projeto de Lei N. 867, DE 2015, apresentado por Izalci Lucas Ferreira, que decreta no Art.1º a inclusão da lei entre as diretrizes e bases da educação nacional brasileira. Além disso, em 2014, outra proposta foi a do Projeto "ESP", apresentado

---

<sup>32</sup>Ver: Propostas de Bolsonaro para a educação – Programa Muda, Brasil (27/09). Partido Social Liberal PSL. [S. l.]: Partido Social Liberal PSL, 2018. 1 vídeo (171 min), son., color. Partido Social Liberal PSL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N0JdplGA1Cg>. Acesso em: 15 jun. 2022.

por Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e por Carlos Bolsonaro no município de Rio de Janeiro.

Este modelo de projeto educacional é voltado para a mercantilização do ensino. O modelo supracitado ganhou muita notoriedade nos últimos anos, tendo um processo de tramitação e aprovação em vários estados e municípios do Brasil. Este projeto foi considerado inconstitucional em algumas regiões, e arquivado no Congresso Federal. Portanto, observa-se que a educação pública tornou-se uma ferramenta de consumo para o mercado.

Nos anos 1990, foi percebido como um grande mercado. Empresas se lançaram na captura das redes educacionais públicas. Começaram prestando assessorias técnicas e cursos de formação. Logo, avançaram sobre a venda de apostilas com conteúdos educacionais e cursos de formação. Mais tarde, incluíram equipamentos de informática e programas educacionais. Até que começaram a adquirir escolas particulares e praticamente definir a concepção curricular de muitas redes municipais de ensino. (RICCI, 2019, p. 107).

Para Bolsonaro, a implementação do Programa Escola sem Partido combateria a doutrinação ideológica, mudaria os conteúdos e o método de ensino, e valorizaria as áreas de exatas e da natureza, desvalorizando as áreas de humanas. Porém, segundo Bolsonaro, nas escolas há uma doutrinação Marxista e Paulofreireana. Além disso, apresentou no plano de governo que o ambiente escolar deve ser livre de doutrinação e sexualidade precoce.

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico. (BRASIL, 2018, p. 41).

Em vista disso, a educação transformou-se em uma competição pelos conteúdos ministrados em sala de aula.

[...] a educação pública passou a ser palco da disputa do conteúdo a ser ministrado. Escola sem Partido, ONGs que passaram a terceirizar oficinas de reforço ou complementação curricular, fundações e institutos que sugeriram conteúdos ou reformas educacionais às redes públicas. A própria formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi objeto de uma ofensiva política de grande impacto por empresas e bancadas parlamentares vinculadas a interesses religiosos e empresariais. (RICCI, 2019, p. 108).

É necessário observar, sobretudo, que a luta dos apoiadores do Programa Escola sem Partido é para excluir do vocabulário escolar os termos da chamada “ideologia de gênero” e “orientação sexual”, procurando evitar qualquer tipo de questionamento de concepção naturalizada dos papéis sexuais. Assim, a neutralização defendida pelo movimento não existe, pois, quando eles tratam de neutralidade, a sua produção de conhecimento parte de uma posição específica.

Ao tomar posse da Presidência do Brasil, Bolsonaro, em seus discursos, clamava por mudanças no país, nos campos da segurança, economia, saúde e educação. Com isso, a política educacional passou por algumas mudanças com a proposta de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívicas e Militares, em alguns estados do país, e com a retirada da autonomia das instituições de ensino em todas as modalidades.

Além disso, os cargos ocupados para as cadeiras dos ministérios foram de militares que não possuíam formação ou especialização para o cargo proposto. Ou seja, a militarização do Estado ocupou os cargos públicos, pois quem presidia o país era um militar, e eram também militares que estavam à frente dos cargos nos ministérios, nas escolas públicas e instituições de ensino federais. Em relação às instituições federais de ensino, a intervenção de Bolsonaro deu-se na escolha de reitores não eleitos nos fóruns das instituições.

Durante a sua campanha eleitoral, o canal do YouTube Partido Social Liberal PSL postou um vídeo apresentando a proposta de Jair Bolsonaro para a educação. O vídeo aponta algumas propostas para a educação feitas por Bolsonaro caso ocupasse a cadeira da Presidência da República, enaltecendo para o público os baixos índices na educação. Do ponto de vista de Bolsonaro, as crianças e adolescentes no Brasil não adquirem o melhor ensino, e estes dados são refutados uma vez que a educação brasileira tem um bom investimento.

Ainda na sua campanha eleitoral, Bolsonaro havia prometido no seu plano de governo ter um compromisso de melhorar a educação, conservar os seus valores e privilegiar a formação dos jovens brasileiros. Dessa forma, uma das propostas de Jair Bolsonaro era alterar os conteúdos disciplinares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e coibir a aprovação instantânea nas escolas do Brasil.

Em diversos discursos, Jair Bolsonaro sempre reforçou a sua visão conservadora e reacionária sobre a educação. Segundo o político, a escola é um espaço de doutrinação ideológica. Ele sempre destacou que a escola brasileira não

cumpra a função de preparar os alunos nas escolhas profissionais que desejam seguir quando adultos.

Um dos pontos muito pautado na campanha de Bolsonaro foi a priorização do ensino básico (fundamental e médio) e do ensino técnico. Em seu ponto de vista, os alunos deveriam estudar as disciplinas de Português, Matemática e Ciências, pois acreditava e defendia que este seria o caminho mais viável para resolver a crise educacional no Brasil. Em outras palavras, Jair Bolsonaro propôs fazer alterações nos conteúdos disciplinares a partir do ensino fundamental, e, através dessas mudanças, pensar no ensino superior. Porém, em seus argumentos, ele não explicou com mais detalhes e de forma aprofundada como seria esse processo de mudança nas instituições de ensino.

Jair Bolsonaro também prometeu a valorização dos professores, porém, é de conhecimento geral que, no Brasil, os profissionais da educação não são valorizados. A partir de uma análise dessa afirmação do ex-presidente, é possível dizer que ela é contraditória, pois ele defendia que os professores deveriam praticar a doutrinação ideológica nas escolas.

Em relação ao ensino médio, em 2022 houve alterações, com o aumento da carga horária e uma nova organização curricular. Este processo de mudança aconteceu em relação à BNCC, visando à organização do currículo básico e a formação, instruindo os estudantes, de forma autônoma, a escolherem uma ou mais áreas para se especializarem. Assim, foi posto em prática as ações aprovadas no Governo de Michel Temer sobre o novo ensino médio.

## **4.2 O contexto antecessor**

Desde 1990, as políticas neoliberais passaram a ser implementadas no Brasil.

Conforme o dito “consenso”, para superar os entraves ao crescimento, os países ainda não desenvolvidos deveriam desregular de modo geral a economia, promover a abertura financeira, promover a abertura comercial e atração dos investimentos estrangeiros diretos, liberalizar o câmbio e, finalmente, reduzir o tamanho do Estado, o que significa comprimir os gastos públicos, manter rígida disciplina fiscal e privatizar todas as empresas estatais, mesmo aquelas situadas em setores estratégicos. (PAULANI, 2016, p. 70).

Segundo Leda Maria Paulani (2016), o Consenso de Washington (1989) passou a fazer parte do Brasil visando à condução da política econômica. Para que isso acontecesse, o Brasil e os outros países não desenvolvidos deveriam desajustar a totalidade da economia, propagar a distribuição financeira e comercial. Além disso, deveriam também investir, de modo direto, na comercialização estrangeira e restringir a dimensão do Estado.

Dessa maneira, no Governo de Fernando Collor de Mello houve problemas para as políticas neoliberais serem implementadas, devido à inflação e à dívida externa, que estavam em constante prorrogação no país, desde 1987. No ano de 1994, foi efetivado o Plano Real, que é um considerado programa de governo de Fernando Henrique Cardoso. Desse modo, o mercado brasileiro era internacionalizado como documentos públicos, acarretando na resolução da crise externa, na qual foram correspondidas duas determinações, sendo elas "a securitização dos débitos e o abrimento financeiro da economia". (PAULANI, 2016, p. 70).

Acerca disso, em 1995, as políticas neoliberais já estavam sendo executadas no Brasil. A partir desse contexto, a economia passou pelo processo de privatização, e medidas foram adotadas para a comercialização, pois esta já havia se instalado. Consequentemente, foi estabelecida uma política financeira bastante rigorosa, com altos índices de impostos, que favoreceram o capital financeiro.

[...] como a inserção tributária a ganhos financeiros de não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos credores do Estado e reforma previdenciária para cortar os gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. (PAULANI, 2016, p. 70-71).

Além disso, essas medidas implementadas tinham o objetivo de incluir o Brasil de forma ativa no procedimento de mundialização financeira, assegurando que a economia brasileira fosse uma potência em desenvolvimento. Assim, a partir dessa contextualização do processo de implementação das políticas neoliberais no Brasil, ressaltamos que tais políticas foram inseridas no Programa de Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994.

Contudo, houve várias problemáticas em relação às políticas implementadas no Governo de FHC, o que ocasionou uma crise econômica. Com isso, o Partido dos Trabalhadores começou a ganhar espaço na política brasileira. Em 2002, Luiz Inácio

Lula da Silva (1945-) foi eleito presidente do Brasil, e, segundo (PAULANI, 2016, p. 71), o governo do PT "não mudou substantivamente essa agenda liberal".

Nesse sentido, enquanto o Partido dos Trabalhadores estava governando o país, a agenda liberal foi mantida. Porém, o partido começou a agir diferentemente do governo anterior, pois o Governo de FHC não favorecia as classes excluídas com as implementações de políticas liberais. Dessa forma, com o PT governando, as políticas neoliberais continuaram, mas buscou-se amenizar as desigualdades sociais, que ainda assolam o país.

Além dos programas de transferências de rendas para a população mais pobre, o Governo do PT implementou políticas de garantias de direitos sociais. Em resumo, as ações educacionais do governo do Partido dos Trabalhadores contribuíram muito para as classes menos favorecidas na sociedade, pois promoveu o acesso de indivíduos destas classes ao ensino superior. A implementação de projetos garantiu o direito à educação, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni), e a redução de valores nas mensalidades através do Fundo de Financiamento (FIES).

É válido lembrar que o ProUni e o FIES tiveram início em 2004 e 1999, respectivamente, e foram implementados através do financiamento público, cujo o objetivo é proporcionar novas vagas no ensino privado. Em 2008, o programa de reestruturação contribuiu para a implementação de cotas étnicas e raciais, para a inserção do ENEM, expandiu nacionalmente o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e construiu universidades públicas no interior e capitais do Brasil.

Essas ações possibilitaram o acesso das classes média e baixa dentro das instituições de ensino superior. É importante mencionar também as políticas de inclusão social, que proporcionaram o acesso através do programa de cotas para negros, indígenas e para a comunidade LGBTQIAPN+, além das políticas para as mulheres, ou seja, esses grupos sociais minoritários passaram a ter acessos aos direitos sociais garantidos por Lei.

Em 2011, aconteceu a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação, que por meio de um documento elucidou-se como a educação na primeira infância é disputada. Conforme a Constituição Brasileira de 1988, todo ser humano tem o direito à educação, em outras palavras, este direito é para todos os indivíduos, desde a primeira infância até a vida adulta.

Além disso, há outra lógica pensada por alguns governantes para a educação infantil, que é a do capital humano, através de investimentos com o foco apenas na economia e na devolutiva que essas crianças darão futuramente à sociedade. A educação infantil é uma das primeiras fases da educação básica. O Estado possibilita para todo o cidadão uma educação gratuita e obrigatória desde 1988 com a implementação de creches e pré-escolas.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2013 e 2014, a implementação dessas políticas deu início a um processo de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, estabelecendo transformações progressivas na vida de estudantes universitários de classe média e baixa. (BRASIL. Ministério da Educação, 2013; BRASIL. Ministério da Educação, 2014).

Existe uma contradição em relação às políticas neoliberais, pelo fato de que "vai aumentando a importância e a presença do Estado na economia". (PAULANI, 2016, p. 73). Com a crise na economia, em 2013 e 2014, o Brasil não sabia ao certo qual modelo político seguir. Havia uma competição entre o modelo neodesenvolvimentista e "[...] a busca por resgatar *in totum* e a agenda neoliberal e romper com esse modelo". (PAULANI, 2016, p. 73).

Em 2015, foi elaborado pelo PMDB o Programa Uma Ponte para o Futuro. O programa é um documento que tinha o objetivo de restaurar o modelo da agenda neoliberal, ou seja, readquirir o processo de privatização. Este programa não está voltado apenas para os programas sociais e políticas públicas implementadas no Governo do PT, mas apresentava como escopo atacar a Constituição de 1988 e os direitos garantidos pela mesma.

Sob o pretexto de que "um novo regime fiscal requer um novo regime orçamentário", o programa de Temer fala claramente em acabar com a obrigatoriedade constitucional dos gastos com educação e saúde, o que significa menos escolas e creches e menos verbas para as universidades públicas e para a valorização dos professores em todos os níveis. (PAULANI, 2016, p. 74).

Além disso, no governo interino de Michel Temer, em 2016, foram implementadas medidas econômicas neoliberais. Como a taxa de inflação estava alta, o Governo Temer resolveu congelar verbas da educação e de outros setores.

Conforme os estudos de Sônia A. Lobo (2020), sobre as "políticas para educação sob o governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de

professores", entende-se que a educação é pensada como uma relação de consumo, ou seja, uma mercadoria. A preocupação do governo foi com a economia e a privatização das instituições públicas de ensino.

Quando comparamos esse contexto com os governos anteriores, destacamos o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que pensava a educação pública como mercadoria, uma educação voltada para o capital, assim como foi no Governo de Bolsonaro. Por sua vez, nos governos de Lula e de Dilma aconteceu a aprovação de políticas educacionais neoliberais, sendo aprovadas a Lei 11.079/2004 e a Lei 13.243/2016, cujos os objetivos eram o de relacionar o público e o privado.

No mandato de Bolsonaro ocorreu a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim); a Resolução CNE/CP 002/2019 para a formação de professores; a PL 3076/2020, denominada de Future-se; e o Projeto Novos Caminhos para o Ensino Médio. Desse modo, essas políticas educacionais estão voltadas para o neoliberalismo. Assim, entende-se que o neoliberalismo na educação transforma as escolas em instituição de ensino de Gestão Empresarial.

No ano de 2014, um dos movimentos que ficou conhecido foi o Escola sem Partido. Este projeto de lei foi elaborado em 2004, tendo como um dos principais formuladores Miguel Nagib (1960-), Procurador do Estado de São Paulo. Conforme o proponente, a iniciativa se deu a partir das reclamações de pais e estudantes inquietos com um elevado grau de contaminação político-ideológica dentro dos mais diversos sistemas de ensino no Brasil.

De acordo com Miguel Nagib, o Projeto de Lei Escola sem Partido é inspirado no Código de Defesa do Consumidor. Apresentando como proposta a intervenção na relação de ensino e aprendizagem para proteger a parte mais fraca da relação, que, na sua concepção, são os estudantes vulneráveis e em pleno desenvolvimento, entende-se que este ponto de vista de Nagib é uma tentativa óbvia de analisar a educação como uma relação de consumo. Devido às muitas recusas do Congresso pelos projetos de lei voltados para a educação, a pandemia de Covid-19 contribuiu para a elaboração das pautas neoliberais para a educação e a sua posterior aprovação nas câmaras.

Essas teorias e políticas contribuem, prática e ideologicamente, para a unificação de gestores capitalistas da educação, empresários, mídia, pesquisadores e educadores com vista a refuncionalizar a vida cotidiana das universidades e institutos, estaduais e federais, na lógica do mercado. (LOBO, 2020, p. 2).

No ano de 2019, aconteceu o desmonte das instituições públicas de ensino por meio da política econômica de contingenciamento, cujo o objetivo foi o de intervir e limitar a produção interna de determinado produto. Nesse caso, o desmonte aconteceu em vários outros setores, como na educação, segurança e saúde.

Na educação, por exemplo, aconteceu o contingenciamento de verbas. Na educação básica, alguns programas educacionais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o MedioTec; o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e o programa voltado para a Merenda Escolar, foram bloqueados. Nas instituições federais de ensino e nos Programas de Pós-Graduação (PPG) ocorreu o congelamento e os cortes de bolsas de pesquisa para os pesquisadores (Mestrado e Doutorado).

Vale ressaltar que, em 2020, foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), acarretando na redução de 20 bilhões das verbas para a educação. Esta aprovação faz parte da Emenda Constitucional nº 95/2016, que foi aprovada no Governo Temer, visando a limitação e a diminuição dos gastos das despesas públicas por 20 anos. (BRASIL, 2016).

No Governo Bolsonaro aconteceu a retirada da autonomia das instituições de ensino em todas as modalidades. Desse modo, o MEC propôs projetos com o intuito de tirar a autonomia dos profissionais da educação nas instituições de ensino. As autonomias política, pedagógica, de gestão e financeira fazem parte da Constituição Federal. É notório que houve uma quebra dos direitos conquistados por meio das lutas dos profissionais da educação durante anos.

O portal do MEC possui várias seções de secretarias. Há diversas abas de secretarias com funções específicas e áreas distintas, ligadas à amplificação da educação no Brasil. Na seção de Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) existem os programas e as ações criadas em governos anteriores e os programas e ações educacionais desenvolvidos durante o Governo Bolsonaro, de 2019 a 2022.

Segundo Bianca Correa (2019), existe uma ideia em relação à educação na primeira infância que vem sendo desenvolvida desde 1970 através da psicologia e economia.

Trata-se de um discurso que, a um só tempo, enquadra as crianças pequenas como meramente biológicos, com “janelas de oportunidades” a serem exploradas numa perspectiva quase explicitamente mercantil, e define como responsáveis primeiras por tal desenvolvimento as mulheres; não mais numa lógica do “dever materno” à moda antiga, mas de um dever afetivo e econômico que chega a soar como chantagem emocional. (CORREA, 2019, p. 84).

Dessa maneira, a educação infantil, desde 1970, passou a ter investimento como capital humano. Algumas instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Grupo Banco Mundial propõem caminhos para a educação.

Para entendermos melhor o investimento na educação infantil como capital humano, retornamos a um fato público em que as mulheres cuidavam das crianças nas suas casas e quem arcava com os custos era o Governo, pois, décadas atrás, a educação infantil era considerada como assistência social e não como um obstáculo pedagógico, além disso, não se contava com profissionais da educação formados e sim com as próprias mães das crianças.

Segundo Correa (2019), "o retorno se daria pelas menores taxas de criminalidade na vida adulta e pelos melhores resultados na etapa educacional seguinte, o ensino fundamental". (CORREA, 2019, p. 85-86). Desse modo, ressalta-se que a educação infantil é muito importante para o desenvolvimento das crianças na sociedade, tornando-se uma obrigatoriedade desde 1988. Uma das iniciativas nesse sentido é o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024, que estabelece os objetivos e métodos para que a educação seja assegurada pelo Governo de forma democrática e possua a qualidade no ensino e na estrutura escolar.

De 1977 a 1985, nos governos do General Geisel (1907-1996) e do General Figueiredo (1918-1999) foi criado o Projeto Casulo pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). A LBA foi uma instituição pública de assistência social, que tinha como responsáveis as primeiras-damas da Presidência da República.

No Governo de Michel Temer, essa proposta passou a ser discutida novamente, tanto que houve a implementação do Programa Criança Feliz, tendo como representante desse projeto a primeira-dama Marcela Temer (1983-). A partir de 2019, os assuntos relacionados à educação infantil estavam sob a representação da ex-ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

(MMFDH), Damares Regina Alves (1964-), no Governo de Jair Bolsonaro. (SANTOS, 2022).

Em 2019, foi criada uma Medida Provisória (MP), chamada de educação domiciliar (*Homeschooling*), para a implementação do ensino em casa, sob a responsabilidade dos pais ou responsáveis pela criança. Antes desta MP, em 2018, o Senado Federal não aprovou a prática de ensino domiciliar no Brasil, mas isso não impediu que os apoiadores do projeto realizassem um movimento de tramitação para que o mesmo fosse aprovado. (BARBIÉRI, 2022).

A defensora do *Homeschooling* é a ex-ministra Damares Alves, que defende que os pais ou responsáveis deveriam ensinar aos seus filhos os conteúdos disciplinares pelo menos duas ou três horas cotidianamente em casa, ou seja, é um ensino em que os alunos não precisam estar presentes dentro do ambiente escolar.

Em 19 de maio de 2022, na Câmara dos Deputados, foi aprovado o Projeto de Lei de nº 1.388/2022, denominado *Homeschooling*, autorizando que as aulas aconteçam em casa. Este projeto visa à mudança da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 9394/1996, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990, para que o *Homeschooling* seja aplicado na educação básica desde a pré-escola até o ensino médio.

Para a realização do ensino domiciliar os pais ou responsáveis teriam que realizar a matrícula do aluno anualmente, comprovar que possuem o ensino superior, apresentar a certidão criminal, elaborar relatório das atividades desenvolvidas, serem acompanhados por um tutor das instituições e avaliar o progresso dos alunos com deficiência ou que possua algum transtorno de desenvolvimento. Essas demandas solicitadas mostram que não serão todos que terão o direito de ensinar seus filhos em casa.

A crítica ao *Homeschooling* é a de que o projeto é pensado para comprovar que o ensino tradicional no Brasil não é relevante, além de desqualificar a formação e a trajetória do docente em sala de aula. Há uma contradição em relação ao que foi divulgado na campanha eleitoral de Bolsonaro e a proposta feita para os professores para os 100 primeiros dias de seu governo. O governo que defende o Escola sem Partido e *Homeschooling* desvaloriza a profissão docente, não sendo a favor da valorização e reconhecimento dos profissionais da educação. Em outras palavras, o *Homeschooling* é uma proposta de ensino em que os professores são substituídos

por pais ou responsáveis, portanto, defensores deste projeto acreditam numa pluralidade pedagógica.

Há anos a educação vem passando por mudanças. Uma delas é a Medida Provisória de nº 746/2016, que apresenta como proposta a reforma do ensino médio. Esta MP foi alterada pela Lei 13.415/2017, sendo implementada no início de 2022 no ensino público e privado. Além disso, esta reforma foi aprovada sem nenhuma comunicação com a classe popular brasileira. Devido às mudanças ocorridas, a LDB também passou por transformações, ocasionando uma nova organização no ensino médio, que conta com o currículo básico, conforme a BNCC e o itinerário formativo.

Conforme à sua apresentação no portal do MEC, foi criada a Secretaria de Alfabetização (Sealf) pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, com o objetivo de planejar, orientar e coordenar a execução de políticas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos<sup>33</sup>.

A Secretaria de Alfabetização (Sealf) é responsável por planejar, orientar e coordenar a implementação de políticas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos. Atua para viabilizar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, os estados, municípios e o Distrito Federal com organismos nacionais e internacionais, que estejam voltadas para a alfabetização. Coordena também a elaboração de currículos e de materiais para a implementação de métodos de alfabetização de comprovada eficácia, bem como apoia a criação de programas de formação de professores alfabetizadores e programas e ações que incentivam a leitura e a escrita. Cabe à Sealf ainda a aplicação de mecanismos que permitam avaliar, com base em evidências científicas, as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes no processo de alfabetização. (BRASIL. Ministério da Educação, 2020).

Em outras palavras, a Secretaria de Alfabetização era responsável pelo planejamento, orientação e coordenação na criação das políticas para a alfabetização em todos os níveis de ensino. Por meio da sua atuação, a assistência técnica e monetária entre a federação, os estados e municípios era facilitada. Além disso, a Sealf tinha o objetivo de conduzir a criação de currículos e materiais didáticos para o desenvolvimento do processo de alfabetização e a capacitação de professores.

Outro projeto é o Programa Tempo de Aprender, criado pela Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, que tem como objetivo combater as principais lacunas

---

<sup>33</sup> Contudo, o Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, foi revogado pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.

no processo de alfabetização no Brasil. Segundo o portal do MEC, o programa busca em quatro eixos alcançar as metas e indicadores de resultados.

Principais metas: O programa Tempo de Aprender propõe ações estruturadas em quatro eixos: Eixo 1: Formação continuada de profissionais da alfabetização. Eixo 2: Apoio pedagógico para a alfabetização. Eixo 3: Aprimoramento das avaliações da alfabetização. Eixo 4: Valorização dos profissionais de alfabetização

Indicadores de resultados: O número de adesões submetidas ao programa, até 15/04/2020, era de 2.397 entes federados. Algumas ações do programa, tal como a formação on-line de professores alfabetizadores no curso “Práticas em alfabetização”, estão disponíveis desde 19/02/2020 para professores alfabetizadores e toda a sociedade brasileira. O número de cursistas no curso, em 15/04/2020, é de 83.563. (BRASIL. Ministério da Educação, 2020).

No portal do MEC também consta o Programa Conta pra Mim, da Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020, que tem como objetivo amplificar a literacia familiar. Esta pode ser compreendida através de métodos práticos e estratégicos, que podem contribuir na rotina familiar de uma forma divertida para as crianças aprenderem a ouvir, ler e escrever desde a primeira infância.

Principais metas: Ampliar a gama de materiais disponibilizados gratuitamente na página oficial do programa e alcançar 250 mil famílias distribuindo kits de literacia familiar e oferecendo orientações sobre como aplicar práticas em casa.

Indicadores de resultados: O Conta pra Mim ainda está em fase inicial de implementação. Nesta fase, estão sendo divulgados os materiais de orientação por meio de campanhas publicitárias de conscientização. Além disso, estão sendo construídas parcerias com outros órgãos do governo federal de modo a alcançar famílias em condição de vulnerabilidade social. (BRASIL. Ministério da Educação, 2020).

Em quatro anos de mandato, Jair Bolsonaro não analisou como a educação na primeira infância deveria ser conduzida. Seu governo defendia que a educação infantil deveria ser apenas dentro do meio familiar, mas é fundamental ressaltar que ela pode ser praticada no âmbito familiar e escolar.

No Governo Bolsonaro foram elaborados projetos para a aplicação e implementação do Programa Escolas Cívico-Militares nas escolas. Nesse contexto, os ministérios da Educação e da Defesa foram parceiros e apoiaram essas propostas. Como mostra o portal do website Gov.br, no ano de 2020 foram

implementadas 53 unidades. Em 2021, havia mais de 74 unidades em fase de implementação<sup>34</sup>.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares tinha o objetivo de ampliar e implementar 216 unidades escolares no Brasil até o ano de 2023. Na parte referente ao Pecim, o portal do Gov.br apresenta como é a recepção dos alunos, os responsáveis e as comunidades escolares. A proposta do programa se deu através de uma consulta pública entre os membros interno e externo das unidades, tendo aprovação de 98%. O Pecim funcionou nas escolas por meio de um modelo, que foi considerado pelos defensores desse programa como de excelência nas áreas educacional, didática, pedagógica e administrativa dentro das instituições de ensino público regular, em escolas que ofertam as etapas finais dos ensinos fundamental e médio.

O Pecim foi implementado nas escolas que possuem um baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e nas escolas em que os alunos estão em situação de vulnerabilidade social. O Pecim foi aderido de forma voluntária através dos Estados, Municípios e Distrito Federal (DF). Os defensores do Pecim consideram que o programa complementa as políticas educacionais que existem para que a educação seja valorizada e para que se tenha uma excelente qualidade de ensino.

Desse modo, ao ser implementado nas escolas, o Pecim capacitou gestores, professores, funcionários e militares. Assim, os militares executaram o papel de "monitores" ou "assistentes de sala" no ambiente escolar. Em contrapartida, a crítica ao programa fundamenta-se na retirada da autonomia da direção, dos professores e funcionários no espaço escolar. Além disso, a presença de um militar representa uma autoridade maior para que os alunos respeitem essas autoridades, desqualificando, assim, o trabalho e a autonomia da gestão escolar e dos docentes dentro da sala de aula. Nesse sentido, qualquer indisciplina do aluno ao desrespeitar algum funcionário no ambiente escolar seria um motivo para que os militares pudessem intervir para discipliná-los.

Assim, a militarização nas escolas passa a responsabilidade da gestão escolar para a corporação militar. As justificativas apresentadas para a

---

<sup>34</sup>Ver: Programa Escolas Cívico-Militares deverá chegar a mais de 200 colégios até 2023. *Gov.br*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-dev-era-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023>. Acesso em: 10 out. 2021.

implementação desse projeto dentro das escolas resultaram dos grandes índices de violência, que estava ocorrendo dentro das escolas. O Instituto Sou da Paz realizou uma pesquisa sobre os ataques a escolas, de outubro de 2002 a abril de 2023. Portanto, os dados apresentados demonstram que houve um aumento dos massacres com armas de fogo, sendo três vezes mais letais do que os com armas brancas.

Segundo o Instituto Sou da Paz, 21 anos depois do primeiro ataque à escola no Brasil, houve 24 casos que deixaram 137 vítimas: 45 fatais e 92 não fatais, entre 2002 e abril de 2023 (PAZ, 2023). Além disso, no país, não aconteciam ataques a escolas com frequência. Conforme os dados do Instituto Sou da Paz, os ataques a escolas aumentaram a partir de 2019. Nesse mesmo ano, iniciou-se a flexibilização do acesso às armas, determinada no Governo Bolsonaro.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz, houve ataque a escolas em todas as regiões do Brasil<sup>35</sup>.

**Tabela 1 – SUDESTE**

<b>ESTADOS</b>	<b>QUANTIDADE DE ATAQUES NAS ESCOLAS</b>
São Paulo	7
Rio de Janeiro	2
Espirito Santos	2
Minas Gerais	1

Fonte: RAIO-X DE 20 ANOS DE ATAQUES A ESCOLAS NO BRASIL 2002-2023: Instituto Sou da Paz. 2023.

**Tabela 2 – NORDESTE**

<b>ESTADO</b>	<b>QUANTIDADE DE ATAQUES NAS ESCOLAS</b>
---------------	--

<sup>35</sup>Dados extraídos do RAIO-X DE 20 ANOS DE ATAQUES A ESCOLAS NO BRASIL 2002-2023. *Sou da Paz*, maio 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2023/05/Raio-x-ataque-a-escolas.pdf> Acesso em: 20 jul. 2023.

Bahia	2
Ceará	2
Paraíba	1

Fonte: RAIO-X DE 20 ANOS DE ATAQUES A ESCOLAS NO BRASIL 2002-2023: Instituto Sou da Paz. 2023.

**Tabela 3 – SUL**

<b>ESTADO</b>	<b>QUANTIDADE DE ATAQUES NAS ESCOLAS</b>
Santa Catarina	2
Paraná	1
Rio Grande do Sul	1

Fonte: RAIO-X DE 20 ANOS DE ATAQUES A ESCOLAS NO BRASIL 2002-2023: Instituto Sou da Paz. 2023.

**Tabela 4 – CENTRO-OESTE**

<b>ESTADO</b>	<b>QUANTIDADE DE ATAQUES NAS ESCOLAS</b>
Goiás	2

Fonte: RAIO-X DE 20 ANOS DE ATAQUES A ESCOLAS NO BRASIL 2002-2023: Instituto Sou da Paz. 2023

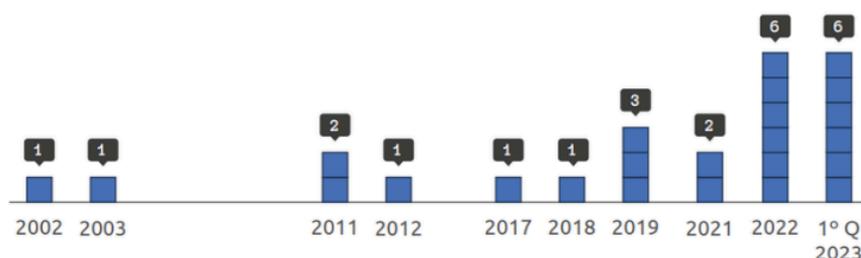
**Tabela 5 – NORTE**

<b>ESTADO</b>	<b>QUANTIDADE DE ATAQUES NAS ESCOLAS</b>
Amazonas	1

Fonte: RAIO-X DE 20 ANOS DE ATAQUES A ESCOLAS NO BRASIL 2002-2023: Instituto Sou da Paz. 2023.

A figura 3 detalha melhor a quantidade de ataques por ano, sendo possível destacar os maiores números de ataques nos anos de 2022 e 2023. Segundo o relatório do Instituto Sou da Paz, é válido ressaltar também que, de 2019 a 2023, aconteceram 17 ataques por estudantes e ex-estudantes nas escolas.

**Figura 3** – Distribuição de ataques por ano



Fonte: RAI-O-X DE 20 ANOS DE ATAQUES A ESCOLAS NO BRASIL 2002-2023: Instituto Sou da Paz. 2023.

Em 2 de janeiro de 2019, no Diário Oficial da União foi publicado o Decreto nº 9465/2019 propondo mudanças e ordenamento no Ministério da Educação com a composição da subsecretária de fomento às escolas cívico-militares. A implementação das escolas cívico-militares não ajuda no combate à violência nas escolas. A problematização era em relação às questões pedagógicas para que o aluno fosse disciplinado e para que tivesse bom desempenho nos exames de proficiências. A militarização nas escolas propõe a autonomia da corporação militar, invalidando a gestão e coordenação dos profissionais capacitados na área da educação. Desse modo, o aluno tem que ser disciplinado, conforme a cartilha militar, e com a presença dos militares nesses espaços.

Portanto, entende-se que as medidas adotadas pela militarização no ambiente escolar mudam todo o comportamento dos alunos, e a prática dessas medidas acarreta na repressão e em normas rigorosas para a conduta dos estudantes. De tal modo, estes têm a obrigação de vestir o uniforme militar. Além disso, outras condutas são exigidas, conforme o gênero dos estudantes. No caso dos estudantes do sexo masculino, precisam cortar o cabelo, conforme as regras

militares, e as estudantes do sexo feminino devem usar o cabelo preso, não podem usar esmalte de cores escuras e acessórios pessoais vistosos. Os estudantes também têm que cantar o Hino Nacional uma vez por semana, seguindo os padrões militares. Por outro lado, há recompensas para os estudantes que tirarem nota acima da média.

A militarização das escolas públicas é um programa que teve um investimento de R\$ 64 milhões. Não temos dados sobre a eficiência do programa e o desempenho dos alunos nas escolas que adotaram o programa nas escolas. Porém, não se educa com repressão e punição. Contudo, em 19 de julho de 2023, os ministérios da Educação e Defesa decidiram encerrar o programa das escolas cívico-militares com o Decreto de nº 11. 611, em que "Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares". (BRASIL. Ministério da Educação, 2023).

Por conseguinte, o projeto Future-se é um exemplo da quebra de autonomia pedagógica das instituições federais de ensino superior. O projeto obteve várias mudanças, mas o seu objetivo maior é a privatização das instituições educacionais e a separação dos Institutos Federais de Ensino Superior e da Fundação de Apoio à Pesquisa.

O Future-se busca o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e da gestão das universidades e institutos federais. Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com organizações sociais. O programa se divide em três eixos.

#### **Gestão, Governança e Empreendedorismo**

- Promover a sustentabilidade financeira, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos — hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso;
- Estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e compliance;
- Criar ranking das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos;
- Gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPPs);
- Propiciar os meios para que departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, estimulando o compartilhamento de conhecimento e experiências entre eles;
- Autorizar naming rights (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos na instituição) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a manutenção e modernização dos equipamentos com apoio do setor privado. (BRASIL. Ministério da Educação, 2019).

Além do Projeto de Lei Future-se, que tinha como objetivo retirar a autonomia das instituições federais de ensino superior, o Governo apresentou algumas Medidas

Provisórias que também contribuíram para a privatização e retirada da autonomia dessas instituições federais. A Medida Provisória, que foi bastante criticada em 2019, é a 914/2019, que tem como proposta a escolha dos reitores/dirigentes das universidades e institutos federais.

Em outras palavras, a MP 914/2019 quebra a votação paritária para a escolha dos dirigentes dos IFES. Contudo, esta medida perdeu a validade em 2 de junho de 2020. A MP 914/2019 recebeu várias críticas e manifestações contrárias, pois as universidades federais passam por um processo de votação para a escolha dos seus reitores (BRASIL. Presidência da República, 2019). Em 2019, os dirigentes escolhidos pela comunidade acadêmica não exerceram a função devido às escolhas de Jair Bolsonaro, que optou pelo último candidato que concorreu como dirigente na lista tríplice.

É importante ressaltar também que o Projeto Future-se está voltado para os interesses do mercado, uma vez que a produção científica é pensada com base no capital. Com isso, ocorre uma restrição e enfraquecimento da pesquisa e da extensão, pois as pesquisas aceitas são as de curto prazo, que geram produtos negociados na bolsa de valores. As políticas educacionais do Governo, de 2019 a 2022, sequestraram a autonomia das instituições educacionais públicas, visando à privatização destas instituições de ensino com grandes interesses no crescimento do capital econômico.

Desse modo, analisar a educação no Governo Bolsonaro e como a educação foi conduzida durante 4 anos é fundamental para entendermos o que aconteceu, de fato, no Brasil. As gestões escolhidas por Bolsonaro para atuarem no Ministério da Educação foram marcadas por uma série de polêmicas e conflitos. Podemos analisar que os ministros escolhidos por Bolsonaro foram falhos para ocuparem a pasta da educação durante o seu governo.

Observa-se que o Ministério da Educação é uma pasta muito importante, e precisa de profissionais competentes para assumirem o compromisso com a educação no nosso país. Porém, não houve comprometimento e responsabilidade na educação na gestão de Bolsonaro, devido aos confrontos ideológicos e culturais dentro do Ministério. Os argumentos pautados antes e durante as eleições de 2018 representam o combate à doutrinação ideológica e de gênero nas instituições de ensino. Nos anos de seu governo não houve políticas educacionais, mas sim escândalos e interferências de autonomia nas instituições e na pasta do MEC.

É importante ressaltar os efeitos da pandemia do coronavírus na educação, pois a gestão de Bolsonaro não criou ações para evitar as consequências na educação pós-pandemia. A única ação tomada na pandemia foi a ameaça às instituições de ensino e o contingenciamento das verbas das mesmas. No entanto, é notório que a pandemia apresentou grandes sequelas na educação. Vivenciando estas sequelas em curso, surgem reflexões sobre os dados futuros sobre a educação. Tais reflexões apresentam os efeitos causados pela pandemia e pela falta de ações do Governo para com a educação. Em síntese, isso comprova que a educação não foi prioridade no período, mesmo tendo tido uma plataforma específica para a área dentro do plano de governo da campanha eleitoral, como veremos a seguir.

### **4.3 Bases Orçamentárias**

No Governo Bolsonaro houve cortes de verbas e a desvalorização da pesquisa e da ciência. O que deveria ter sido mais valorizado teve menos investimento. Além disso, a gestão do ex-presidente promoveu o enfraquecimento das instituições federais visando à privatização de um projeto, projeto este que, através de muitas lutas, proporcionou a entrada de estudantes que não tinham acesso ao ensino superior. Não obstante, em meio à pandemia, o Instituto Butantã e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) provaram o quanto que a pesquisa e a ciência são importantes e como devem ser valorizadas, apesar do negacionismo científico do Governo Bolsonaro.

Em abril de 2019, o Governo congelou R\$ 1,7 bilhões dos orçamentos das universidades federais. O Ministério da Educação justificou que o contingenciamento aconteceu devido ao recolhimento de impostos e à diminuição do mesmo, conforme o esperado.

Para entender melhor o orçamento e os valores executados na área da educação, serão apresentados os balanços dos anos de 2019 até 2022. Em 2019, início do Governo Bolsonaro, segundo os dados do Portal da Transparência, o orçamento para a área da educação foi atualizado para R\$ 118,40 bilhões. Porém, os valores de despesas executadas foi de R\$ 94,47 bilhões, que foram distribuídos no Ensino Superior, Ensino Profissional, Ensino Básico, Ensino Profissional,

Serviços financeiros, Assistência hospitalar e ambulatorial e outros, conforme a figura abaixo<sup>36</sup>.

**Figura 4 – Despesas por totalidade das subáreas - 2019**

SUBÁREA (SUBFUNÇÃO)	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL (%)
Ensino superior	R\$ 30.408.260.031,37	32,19%
Transferências para a educação básica	R\$ 16.310.149.102,85	17,26%
Ensino profissional	R\$ 10.791.698.527,15	11,42%
Serviços financeiros	R\$ 8.949.717.695,63	9,47%
Assistência hospitalar e ambulatorial	R\$ 8.063.647.782,03	8,54%
Outros	R\$ 19.950.518.365,95	21,12%
<b>Total</b>	<b>R\$ 94.473.991.504,98</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Portal da Transparência. 2019.

Em 2020, o valor orçamentário para a educação foi de R\$ 110,65 bilhões, sendo executado apenas R\$ 88,08 bilhões. A execução das despesas incluem o Ensino superior, Educação profissional, Educação básica, Assistência hospitalar e ambulatorial, outros encargos especiais e outros<sup>37</sup>.

**Figura 5 – Despesas por totalidade das subáreas - 2020**

<sup>36</sup> Dados extraídos do Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União. Ver: Educação. *Portal da Transparência*, 2019. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2019>. Acesso em: 15 out. 2022.

<sup>37</sup> Dados extraídos do Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União. Ver: Educação. *Portal da Transparência*, 2020. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2020>. Acesso em: 16 out. 2022.

SUBÁREA (SUBFUNÇÃO)	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL (%)
Ensino superior	R\$ 29.107.248.281,66	33,05%
Transferências para a educação básica	R\$ 14.078.909.743,27	15,99%
Ensino profissional	R\$ 10.679.798.132,83	12,13%
Assistência hospitalar e ambulatorial	R\$ 8.836.680.509,75	10,03%
Outros encargos especiais	R\$ 8.217.011.709,21	9,33%
Outros	R\$ 17.156.035.621,90	19,48%
<b>Total</b>	<b>R\$ 88.075.683.998,62</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Portal da Transparência. 2020.

Em 2021, o valor orçamentário para a educação foi de R\$ 120,04 bilhões, sendo que o valor executado foi de R\$ 96,06 bilhões. Os valores das despesas foram executados no Ensino Superior, Ensino profissional, Educação Básica, Assistência hospitalar e ambulatorial, outros encargos especiais e outros<sup>38</sup>.

**Figura 6 – Despesas por totalidade das subáreas - 2021**

SUBÁREA (SUBFUNÇÃO)	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL (%)
Ensino superior	R\$ 28.814.718.474,09	30,00%
Transferências para a educação básica	R\$ 21.203.309.917,81	22,07%
Ensino profissional	R\$ 10.875.349.786,94	11,32%
Assistência hospitalar e ambulatorial	R\$ 9.590.430.821,14	9,98%
Outros encargos especiais	R\$ 8.560.590.879,00	8,91%
Outros	R\$ 17.011.310.910,37	17,71%
<b>Total</b>	<b>R\$ 96.055.710.789,35</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Portal da Transparência. 2021

O orçamento para a educação em 2022 foi de R\$ 129,74 bilhões, porém, os valores executados foram R\$ 109,78 bilhões. Os valores seguem o mesmo processo dos anos anteriores, sendo executados no Ensino Superior, Ensino profissional,

<sup>38</sup>Dados extraídos do Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União. Ver: Educação. Portal da Transparência, 2021. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2021>. Acesso em: 16 out. 2022.

Educação Básica, Assistência hospitalar e ambulatorial, outros encargos especiais e outros<sup>39</sup>.

**Figura 7 – Despesas por totalidade das subáreas - 2022**

SUBÁREA (SUBFUNÇÃO)	VALOR EXECUTADO	PERCENTUAL (%)
Transferências para a educação básica	R\$ 30.702.065.727,05	27.97%
Ensino superior	R\$ 30.430.587.071,77	27.72%
Ensino profissional	R\$ 11.720.628.195,16	10.68%
Assistência hospitalar e ambulatorial	R\$ 9.542.683.361,76	8.69%
Outros encargos especiais	R\$ 8.542.715.768,86	7.78%
Outros	R\$ 18.839.073.647,13	17.16%
<b>Total</b>	<b>R\$ 109.777.753.771,73</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Portal da Transparência. 2022

Contudo, as ameaças de cortes de verbas aconteceram desde o início do mandato de Jair Bolsonaro na Presidência da República, tanto por parte do ex-presidente como também através das declarações dos ministros que ocuparam a cadeira da Educação. Em outras palavras, os 4 anos de Governo Bolsonaro na área da educação não tiveram avanços, apenas corte e bloqueio de verbas.

#### 4.4 Pandemia e Conservadorismo

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), em 2021, apresenta um panorama sobre as políticas educacionais durante os três anos de Governo Bolsonaro. Esta pesquisa foi realizada no Brasil inteiro, e contou com a participação de adolescentes e estudantes do ensino médio, que foram o público-alvo. Segundo o INESC (2021), a situação das escolas é decadente por causa da desigualdade social do ensino e do desamparo dos órgãos federais às escolas públicas no Brasil.

<sup>39</sup>Dados extraídos do Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União. Ver: Educação. *Portal da Transparência*, 2022. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2022>. Acesso em: 16 out. 2022.

No Brasil, no início da pandemia, em 2020, houve a suspensão das aulas devido ao aumento de casos e do surgimento de novas variantes do coronavírus, sendo implementado um ensino emergencial na modalidade remota. As instituições de ensino sofreram com as consequências da pandemia, pois, no início, todos estavam com a esperança de que o vírus iria durar poucos meses e que tudo voltaria ao normal, mas não foi o que aconteceu.

Com isso, foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, solicitando que as aulas presenciais fossem substituídas pelas "aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino". (BRASIL. Ministério da Educação, 2020). Desse modo, com a publicação desta Portaria, desconsiderou-se como estaria a situação dos estudantes perante a pandemia, ocasionando o descumprimento do direito comum destes.

A crise na educação não é atual. A luta por uma educação democrática e de qualidade atravessa décadas. São notáveis as mudanças que ocorreram na educação, mas é preciso aprimorar o que está imposto para que aconteça a inclusão de todos dentro das instituições de ensino básico, superior e tecnológico.

O presidente da República na época, Jair Bolsonaro, considerou a Covid-19 como uma "gripezinha". Ao cumprir a sua função enquanto presidente, ele estava indo contra as medidas sanitárias para o enfrentamento da Covid-19. Enquanto os brasileiros estavam buscando da melhor forma possível contribuir para que o vírus não se propagasse mais ainda no país, Bolsonaro estava contribuindo para a aglomeração ao descumprir as medidas de isolamento social, impostas pela OMS. Além disso, o ex-presidente propagou discursos contrários à ciência e à vacinação.

Com a suspensão das aulas nas instituições de ensino de todo o Brasil, a partir do cenário crítico que vivenciamos surgiram vários questionamentos sobre os efeitos causados para a vida dos seres humanos. Do contexto educacional durante a pandemia, ressaltamos as consequências causadas para a vida dos estudantes, e nos questionamos como conseguiram se adaptar às mudanças no contexto pandêmico e às implicações nas políticas educacionais.

Desse modo, todos os brasileiros, de forma assustadora, presenciaram o que estava acontecendo no país: o vírus se propagando em várias regiões e os sistemas de saúde tentando combatê-lo. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde considerou o que estava acontecendo no mundo como pandemia, solicitando

que todos cumprissem os critérios de proteção elaborados para a saúde e para a vida dos indivíduos em todo os hemisférios. Após a aplicação da Lei 13.979, todos tinham que cumprir as medidas de enfrentamento da Covid-19, como o distanciamento social e as medidas higiênicas, conforme são apontadas nos incisos do Art. 2º da Lei.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.(BRASIL. Ministério da Saúde, 2020).

Em 1º de abril de 2020, foi publicada a medida provisória de nº 934, que "estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020". (BRASIL. Ministério da Educação, 2020). Conforme esta medida, as aulas presenciais foram suspensas e também foram determinados regimentos para o ano letivo de 2020, que abrangessem a educação básica e superior. Dessa forma, foi publicada a Resolução CEE Nº 50, de 9 de novembro de 2020.

Normatiza procedimentos para a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública e para a reorganização do calendário escolar do ano letivo de 2020, à luz da Lei Federal N.º 14.040, de 18 de agosto de 2020. (BRASIL. O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2020).

Com as instituições de ensino fechadas durante dois anos, os profissionais da educação e estudantes não puderam ter acesso às escolas a fim de impedirem a proliferação do vírus. Nesse sentido, percebe-se que os estudantes foram prejudicados por ficarem um ano sem estudar, principalmente os dos anos finais do ensino médio, pois tinham que fazer as provas do ENEM e precisavam de suporte suficiente para se preparem para o exame.

Em 2022, as aulas presenciais retornaram nas instituições de ensino no país. Juntamente com este retorno, o Brasil estava vivenciando o processo de vacinação

da população. Entende-se que houve uma nova adaptação de ensino durante a pandemia e também uma nova vivência com o retorno das atividades presenciais após o processo de vacinação da população brasileira.

Além disso, outra problemática do ensino no Brasil são as desigualdades entre os ensinos público e privado. Conforme os dados da pesquisa do INESC (2021), 60% dos alunos da rede pública de ensino possuíam apenas o celular para assistirem às aulas remotas. A pandemia gerou grandes problemas psicológicos às pessoas, que acabaram afetando estudantes de todo o Brasil. A pesquisa INESC (2021) aponta que 54% dos estudantes, além de estudarem, tinham outras atividades para conseguirem sobreviver no momento de desesperança.

A partir dos acontecimentos relatados anteriormente, conclui-se que, durante os 4 anos de Jair Bolsonaro na Presidência do Brasil, os atos do Governo para desfazer-se da educação foram fortalecidos. Nesse contexto, o Governo não apresentou novos investimentos para a educação, e mesmo com a pandemia em todo o país, as verbas destinadas à educação superior foram cortadas. Com isso, as metas solicitadas pelo Plano Nacional de Educação não foram todas alcançadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A corrente ideológica política do Governo Bolsonaro apresentou-se como conservadora, liberal e de teor reacionário. Desde as manifestações de 2013, houve uma expansão dos discursos conservadores e reacionários voltados para a educação. No decorrer dessa pesquisa, abordou-se sobre o conceito de Conservadorismo no contexto educacional e de como este influencia, de alguma forma, a educação brasileira.

Discutiu-se sobre o processo em que o tema educação passou a ser abordado com mais frequência, com movimentos prós e contra, até a chegada das eleições de 2018. Na pesquisa desenvolvida constataram-se questões importantes sobre a educação no Governo Bolsonaro, após vários escândalos de corrupção, a economia desregulada e de diversas reivindicações nas ruas do país apresentando uma visão reacionária e conservadora para a educação brasileira.

Jair Bolsonaro é defensor da família tradicional brasileira e da educação com condutas morais, cívicas e militares. Além disso, no decorrer da sua trajetória política, sempre apresentou discursos preconceituosos contra as minorias sociais. Devido à sua vitória nas eleições de 2018, surgiram indagações de como seria conduzida a educação no governo de direita conservadora e reacionária.

O Plano Nacional de Educação foi aprovado em 2014 com o intuito de cumprir metas relacionadas à educação, pois todo o governo precisa ter um foco central. Porém, nos últimos anos, ocorreram várias manifestações de parlamentares de direita em relação à forma de ensino e aos conteúdos curriculares nas instituições de ensino. Um dos assuntos mais comentados ao longo desses últimos anos é sobre a ideologia de gênero. O ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a sua campanha eleitoral, discursou diversas vezes sobre o combate à doutrinação ideológica nas escolas e universidades do Brasil.

O ataque à educação não é atual, mas, recentemente, pode-se perceber que a educação não tem sido uma prioridade. No Governo de Michel Temer, o descompromisso com a educação foi extremamente impactante. Houve a reforma e a aprovação do novo ensino médio, para que a população pudesse participar; findaram-se o Programa Bolsa Permanência e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; e assistimos ao congelamento de verbas para a educação. Um dos projetos mais discutidos entre os governos de Dilma Rousseff e

Michel Temer até o Governo Bolsonaro foi o Projeto de Lei Escola sem Partido, cujo o objetivo era o de atacar a autonomia dos professores em sala de aula. Este projeto defende a neutralidade do ensino.

A educação brasileira passou por várias transformações durante décadas. Mas, nos últimos 10 anos, com as transições de governos, ela foi bastante afetada. Presenciamos no Governo Temer o contingenciamento na educação e o bloqueio nas bolsas dos Programas Institucionais de Bolsa de Iniciação à Docência. O corte das verbas iniciou-se no Governo Temer, mas no Governo Bolsonaro, das polêmicas e escândalos de corrupção na gestão do MEC, ocorreram vários bloqueios de recursos orçamentários para as universidades e instituições federais.

No mês de dezembro de 2021, foi aprovado no Congresso Nacional R\$ 113,4 bilhões para a área da educação, porém, em 2022, decaiu para R\$ 739,9 milhões. No mês de junho de 2022, ocorreu uma contenção de R\$ 1,6 bilhão no Ministério da Educação, afetando as universidades e institutos federais, sendo recolhido R\$ 438 milhões. Posteriormente, no mês de outubro, houve um bloqueio temporário de R\$ 328,5 milhões, mas, devido a algumas manifestações, foi realizado o desbloqueio<sup>40</sup>.

No último mês de mandato do Governo Bolsonaro aconteceu mais um contingenciamento na educação, no valor de R\$ 366 milhões, sob a alegação de controlar o teto de gastos públicos, sendo liberado em pouco tempo e bloqueado novamente. Em 14 de dezembro de 2022, o Ministro da Educação, Victor Godoy, fez um pronunciamento na Câmara Federal alegando que seria editada uma Medida Provisória imediata para o desbloqueio de R\$ 2 bilhões para as despesas acordadas, além do orçamento no valor de R\$ 2,31 bilhões para futuros gastos nas instituições de ensino<sup>41</sup>.

Em 16 de dezembro de 2022, foram liberados os recursos para os pagamentos das despesas para o funcionamento das universidades e institutos federais, e também foram desbloqueadas as verbas para os pagamentos de bolsas e auxílios, cujas as empresas de fomento eram a CAPES, o INEP, o FNDE e a

---

<sup>40</sup>Governo federal volta a 'zerar' verba de universidades e institutos no mesmo dia em que tinha recuado de bloqueio. *G1 Educação*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/01/governo-federal-volta-a-retirar-verba-de-universidad-es-e-institutos-no-mesmo-dia-em-que-tinha-recuado-de-bloqueio.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2022.

<sup>41</sup>Ministro da Educação diz que será editada MP liberando recursos bloqueados do orçamento. *G1 Educação*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/video/ministro-da-educacao-diz-que-sera-editada-mp-liberando-recursos-bloqueados-do-orcamento-11203082.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2022.

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que ocorreu até o término do ano de 2022<sup>42</sup>.

Diante disso, entende-se que houve muitas interferências do Governo Bolsonaro na educação durante os quatro anos de mandato, através de bloqueios e desbloqueios de orçamentos, ocasionando no descontentamento das instituições de ensino e de todos os sujeitos que estavam inseridos nestas instituições.

Em síntese, analisar como a educação no Governo de Jair Bolsonaro caminhou durante quatro anos em curso foi um processo desafiador pelo fato de ser um estudo realizado em curso, podendo-se observar que a educação foi uma das áreas mais afetadas nos últimos anos. Dessa forma, é importante levantar a problemática de como seguirá a educação nos próximos anos, pois, de 2019 até 2022, tivemos poucos avanços na pasta do Ministério da Educação.

Sabe-se que a história brasileira é marcada pela desigualdade social. É importante ressaltar que, durante o Governo do PT, foram implementadas universidades federais em algumas regiões do país. Estas implementações proporcionaram a realização de políticas afirmativas para os grupos minoritários terem acesso ao ensino através das políticas de cotas, e de outros programas de financiamento nas redes pública e privada, a fim de garantir a permanência dos estudantes na universidade.

Os programas governamentais foram projetos que deram oportunidades para estudantes pobres e negros, haja vista que a educação é um direito de todos, conforme consta na Constituição Federal, mas as classes minoritárias não tinham acesso. Ao longo dos anos, as desigualdades no ensino diminuíram, porém, a luta pela igualdade no ensino é contínua. Portanto, precisamos lutar todos os dias por uma educação que todos tenham acesso.

Nesse sentido, ao longo dos quatro anos do Governo Bolsonaro, pôde-se notar o quanto a educação foi atacada, sobretudo, as universidades públicas. Em maio e agosto de 2019, os estudantes e funcionários manifestaram as suas repulsas em contraposição aos ataques que estavam acontecendo nas instituições federais de ensino, além das polêmicas envolvendo a gestão do Ministério da Educação.

---

<sup>42</sup>Recursos orçamentários para políticas públicas do Ministério da Educação estão garantidos até o fim de 2022. Gov.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/recursos-orcamentarios-para-politicas-publicas-do-ministerio-da-educacao-estao-garantidos-ate-o-fim-de-2022>. Acesso em: 5 dez. 2022.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a política educacional no Governo de Jair Bolsonaro. Buscou-se compreender a influência do Conservadorismo no campo educacional brasileiro, sendo analisados o contexto antecessor ao Governo Bolsonaro, como as manifestações iniciadas em 2013, a estratégia de golpe de Estado até o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, o Governo Temer, a eleição de 2018 e a conquista de Jair Bolsonaro à Presidência da República Brasileira, e o seu governo em curso.

Constatou-se que o objetivo geral de seu governo foi conseguido, pois a política educacional foi conservadora liberal, autoritária e reacionária. Antes de ocupar o cargo da Presidência da República, Jair Bolsonaro defende o Movimento Escola sem Partido, o combate à ideologia de gênero e à doutrinação ideológica nas instituições de ensino, a implementação de escolas cívico-militares e a educação domiciliar. Nesse sentido, a política educacional foi voltada para a interferência do governo na gestão do Ministério da Educação, bem como ocorreu escândalos de corrupção com ministros, bloqueios e cortes de verbas destinados à educação.

Como mencionado anteriormente, o objetivo específico inicial foi analisar a influência do pensamento conservador no campo educacional brasileiro. Buscou-se discutir a definição de Conservadorismo e a gênese do Conservadorismo liberal. Através disso, pôde-se constatar que os termos Conservadorismo e Liberalismo, de certa forma, influenciam o sistema educacional brasileiro desde o período colonial até o momento presente.

Ademais, em relação ao segundo objetivo específico, certificou-se por meio de análise bibliográfica o surgimento de uma nova onda conservadora brasileira, tanto no contexto político quanto no contexto educacional brasileiro, entre 2013 e 2022. O terceiro objetivo específico teve como foco analisar o Governo Bolsonaro na realidade Nacional, abordando aspectos biográficos de Jair Bolsonaro nas carreiras militar e política, bem como a sua campanha eleitoral e os acontecimentos até a vitória nas eleições de 2018. Também examinou-se a montagem de seu governo e os ministros escolhidos para ocupar a cadeira do Ministério da Educação.

O quarto objetivo específico teve como escopo analisar a educação no Governo Bolsonaro. Em vista disso, analisou-se a proposta de educação em seu governo através do Plano de Governo e das propostas que foram cumpridas e as não cumpridas. A fim de atingir os objetivos estipulados na pesquisa, a princípio, realizou-se uma análise documental e bibliográfica.

Através dos dados levantados e das análises realizadas nesta dissertação, buscou-se uma concepção crítica sobre a educação no Governo Bolsonaro. A educação é um direito de todos, e, para que seja garantida, é preciso que se tenha o devido investimento nela. Os escândalos e os discursos reacionários do Governo voltados para a educação comprovam que é preciso lutar por uma educação democrática. Ao mesmo tempo, é preciso pensar nos próximos governantes, para que sejam sujeitos que possam olhar para a educação brasileira com mais cuidado. Portanto, é preciso valorizar a educação e os profissionais que fazem parte do processo de aprendizagem dos indivíduos na sociedade.

O Governo Bolsonaro não se preocupou em diminuir as desigualdades existentes no ensino, principalmente na pandemia, momento em que o mesmo poderia ter feito isto por meio do orçamento estabelecido para a educação, conforme o Plano Nacional da Educação, que apresentava as porcentagens do que o Brasil deveria investir até 2024. Com isso, os ensinos básico e superior sofreram com estes desmontes, ocasionando diversos questionamentos em relação ao futuro da educação.

A gestão de Bolsonaro não apresentou novos caminhos para a educação, ou seja, mesmo com a pandemia em todo o Brasil, o Governo apenas cortou verbas destinadas à educação, fazendo com que as metas solicitadas pelo Plano Nacional de Educação não fossem alcançadas.

Em outubro de 2022, o Brasil estava no processo de eleição para a Presidência do Brasil. Jair Bolsonaro concorria para o segundo mandato. A disputa pela Presidência da República ficou entre Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro. No primeiro turno Lula recebeu 48,43% (57.259.504) e Jair Bolsonaro 43,20% (51.072.345) votos. Já no segundo turno, Lula conquistou a Presidência do Brasil através do voto popular com 50,90% (60.345.999) e Jair Bolsonaro perdeu a eleição com 49,10% (58.206.354). Portanto, Luiz Inácio Lula da Silva se tornou o 39º Presidente da República Brasileira.(BRASIL, 2022).

Na sessão do dia 30 de junho de 2023, por 5 votos a 2, Jair Bolsonaro foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político e pela utilização dos meios de comunicação de forma indevida. Consequentemente, após desocupar a cadeira da presidência, tornou-se réu no processo, resultando na sua inelegibilidade até 2030, não podendo concorrer nas próximas eleições de 2024, 2026 e 2028. (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, 2023).

Contudo, é importante analisar o que foi feito pela educação durante os últimos anos e buscar soluções para o Brasil sair dessa crise, que afeta todas as estruturas do país. Nesse sentido, é válido refletirmos sobre qual o modelo de educação que queremos. Em contrapartida, esperamos que o Governo Lula possa olhar para a educação com mais responsabilidade, procurando empreender várias iniciativas, a exemplo de investir e ampliar os números de vagas na Educação Básica e Superior. Assim, expandir futuramente o mercado de trabalho para concluintes do ensino médio e superior, capacitar os profissionais da educação e promover o diálogo com a população, para que juntos possamos melhorar a situação do Brasil no âmbito educacional.

Por fim, para o futuro, a esperança é a luta por uma educação menos desigual. É preciso mais investimentos em todos os âmbitos de ensino, para que todos tenham acesso à educação, pois esta é transformadora e contribui para o desenvolvimento da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abraham Weintraub diz que universidades federais “têm cracolândia”. *CartaCapital*, 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidade-federais-tem-cracolandia/>. Acesso em: 14 maio 2022.

ARAÚJO, Ana Lídia. FGV nega que Decotelli tenha sido professor efetivo da instituição. *Correio Braziliense*, Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino\\_educacaobasica/2020/06/30/interna-educacaobasica-2019,868103/fgv-nega-que-decotelli-tenha-sido-professor-efetivo-da-instituicao.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/06/30/interna-educacaobasica-2019,868103/fgv-nega-que-decotelli-tenha-sido-professor-efetivo-da-instituicao.shtml). Acesso em: 13 jun. 2022.

ATAQUES EM ESCOLAS: CASOS COM USO DE ARMAS DE FOGO FORAM TRÊS VEZES MAIS LETAIS QUE OS COM ARMAS BRANCAS. *Sou da Paz*, 22 maio 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/ataques-em-escolas-casos-com-uso-de-armas-de-fogo-foram-tres-vezes-mais-letais-que-os-com-armas-brancas/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BARBIÉRI, Luiz Felipe. ‘Homeschooling’: Câmara conclui aprovação de projeto que regulamenta educação domiciliar. *G1*, Brasília, 19 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/19/homeschooling-camara-conclui-aprovacao-de-projeto-que-regulamenta-educacao-domiciliar:ghtml>. Acesso em: 25 set. 2022.

BOITO JUNIOR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; DIRIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-29.

BOLSONARO, Jair Messias. O salário está baixo. *Veja*, 3 set. 1986. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R03088.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

BONAZZI, Tiziano. Verbete conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília; São Paulo: Editora UNB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

BRASIL. *O Caminho da Prosperidade. Proposta de Plano de Governo*. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf). Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. Eleição Geral Ordinária 2022. Resultados. *TSE*, 2022. Disponível em: <https://resultados:tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Gov.br. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/111079.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.html). Acesso em: 5 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da educação superior 2013: resumo técnico*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2013.pdf](https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo da educação superior 2014: notas estatísticas*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2015/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2014.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto nº 11.611, de 19 de julho de 2023. Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11611-19-julho-2023-794456-publicacaooriginal-168519-pe.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Future-se*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19*, Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Tempo de Aprender*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020d. Disponível em: <http://alfabetizacao:mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de Alfabetização*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020e. Disponível em: <http://portal:mec.gov.br/secretaria-de-alfabetizacao/apresentacao>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020f. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm). Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. O Conselho Estadual de Educação. *Resolução CEE nº 50, de 09 de novembro de 2020*. Normatiza procedimentos para a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública e para a reorganização do calendário escolar do ano letivo de 2020, à luz da Lei Federal Nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020g. Disponível em: [http://www.conselhodeeducacao:ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao\\_50\\_e\\_Parecer\\_99.pdf](http://www.conselhodeeducacao:ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_50_e_Parecer_99.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Medida Provisória nº 914, de 2019*. Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.congressonacional:leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140379>. Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos*. Brasília, DF: TSE, 2023. Disponível em: <https://www.tse:jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-de-clara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução Francesa*. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 1982. 239 p. Disponível em: [https://edisciplinas:usp.br/pluginfile.php/4548598/mod\\_resource/content/2/Edmund%20Burke-Reflexoes%20Sobre%20a%20Revolucao%20Em%20Franca.pdf](https://edisciplinas:usp.br/pluginfile.php/4548598/mod_resource/content/2/Edmund%20Burke-Reflexoes%20Sobre%20a%20Revolucao%20Em%20Franca.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana; DIRIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p. 135-151, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos:ufff.br/index.php/lumina/article/view/28571>: Acesso em: 22 set. 2021.

*Coronavírus*, Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

CORREA, Bianca. Educação na primeira infância: direito público x capital humano. In: CÁSSIO, Fernando (org.). *Educação Contra Barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 83-89.

Do baixo clero à Presidência: o retorno de Bolsonaro ao Congresso. *Veja*, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/do-baixo-clero-a-presidencia-o-retorno-de-bolsonaro-ao-congresso/>. Acesso em: 22 maio 2021.

Eduardo Pazuello. *Biblioteca Virtual em Saúde*. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/2020-2011/>. Acesso em: 4 jul. 2021.

Educação. *Portal da Transparência*, 2019. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2019>. Acesso em: 16 out. 2022.

Educação. *Portal da Transparência*, 2020. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2020>. Acesso em: 16 out. 2022.

Educação. *Portal da Transparência*, 2021. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2021>. Acesso em: 16 out. 2022.

Educação. *Portal da Transparência*, 2022. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2022>. Acesso em: 16 out. 2022.

Estatísticas Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral, 2018. 1º Turno. *TSE*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 5 maio 2021.

Facebook do Presidente Jair Bolsonaro. *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

FAGUNDEZ, Ingrid. Bolsonaro: a infância do presidente entre quilombolas, guerrilheiros e a rica família de Rubens Paiva. *BBC News*, Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46845753>. Acesso em: 20 maio 2021.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-58, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141987000100004>. Acesso em: 3 out. 2022.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (org.). *REVISÃO DO PENSAMENTO CONSERVADOR: Ideias e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC; FAPESP, 2010. p. 11-22.

Filiação de Bolsonaro ao PL movimenta tabuleiro político para eleições de 2022. *CNN Brasil*, São Paulo, 1 dez. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/podcast-e-tem-mais-filiacao-de-bolsonaro-ao-pl-movimenta-tabuleiro-politico-para-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FRANCO, Bartolacci. X, 26 jun. 2020. Disponível em: [https://twitter.com/fbartolacci/status/1276563236834467841?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Cterm%5E1276563236834467841%7Ctwgr%5E3825e3f7a7e60ffaeba6c5a56222537a60d5d339%7Ctwcon%5Es1\\_&ref\\_url=https%3A%2F%2Fwww.brasildefato.com.br%2F2020%2F06%2F26%2Ffreitor-argentino-desmente-bolsonaro-sobre-titulo-de-doutorado-de-ministro-da-educacao](https://twitter.com/fbartolacci/status/1276563236834467841?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Cterm%5E1276563236834467841%7Ctwgr%5E3825e3f7a7e60ffaeba6c5a56222537a60d5d339%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.brasildefato.com.br%2F2020%2F06%2F26%2Ffreitor-argentino-desmente-bolsonaro-sobre-titulo-de-doutorado-de-ministro-da-educacao). Acesso em: 11 jun. 2022.

Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/ministro>. Acesso em: 5 jul. 2021.

Governo federal volta a 'zerar' verba de universidades e institutos no mesmo dia em que tinha recuado de bloqueio. *G1 Educação*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/12/01/governo-federal-volta-a-retirar-verba-de-niversidades-e-institutos-no-mesmo-dia-em-que-tinha-recuado-de-bloqueio.gh.html>. Acesso em: 5 dez. 2022.

GRUNER, Clóvis. O horror à política. *Chuva Ácida: debates às margens do Cachoira*, 1 out. 2014. Disponível em: <http://www.chuvaacida.info/2014/10/o-horror-politica.html>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. *Senado Federal*, Brasília, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil#:~:text=Em%2011%20de%20abril%2C%20a,votos%20contra%20e%207%20absten%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 13 out. 2022.

Instagram do Presidente Jair Bolsonaro. *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro/?hl=pt-br>. Acesso em: 3 jun. 2023.

JAIR Bolsonaro defendendo o regime militar em 1999. Produção de Tercio Arnaud Tomaz. [S. l.]: Tercio Arnaud Tomaz, 2016. 1 vídeo (88 min), son., color. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_lzyCS6Ru8Y](https://www.youtube.com/watch?v=_lzyCS6Ru8Y). Acesso em: 22 maio 2021.

JAIR Bolsonaro fala sobre pena de morte e a situação das polícias militares. Produção de TV Cívica. [S. l.]: TV Cívica, 2019. 1 vídeo (245 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=khuvsG0E4m8>. Acesso em: 22 maio 2021.

JINKINGS, IVANA. O golpe que tem vergonha de ser chamando de golpe. In: JINKINGS, Ivana; CLETO, Kim Diria e Murilo (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 10-14.

JOATHAN, Ícaro; REBOUÇAS, Hébelly. Campanha permanente em busca da Presidência da República: as estratégias de comunicação de Jair Bolsonaro no Facebook entre 2015 e 2018. *ECCOM*, Lorena, v. 11, n. 22, jul./ dez. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/rumosdapublicidade/trabalhos/campanha-permanente-em-busc>

a-da-presidencia-da-republica-as-estrategias-de-comunicacao-de-jair-bolsonaro-no-facebook-entre-2015-e-2018/#. Acesso em: 5 maio 2021.

KIRK, Russell. *Breve manual de conservadorismo*. 1. ed. São Paulo: Trinitas, 2021. 136 p.

LAVAL, Cristian. *A Escola não é uma empresa: O neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: Editora PLANTA, 2004. 324 p.

LIMA, Juan de. O pensamento liberal e conservador no Brasil: dinâmicas e repercussões. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 3, n. 1, p. 109-117, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos:fclar.unesp.br/semaspas/article/view/7693>. Acesso em: 23 maio 2022.

LOBO, Sônia A. Políticas para educação sob o Governo Bolsonaro e seus impactos sobre a formação de professores. *Intef-GO Sindicatos dos Trabalhadores em Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*, Goiás, jun. 2020. Disponível em: <https://sintef.org.br/wp/wp-content/uploads/2020/06/LOBO:-Sonia-A:-Pol%C3%ADticas-para-educa%C3%A7%C3%A3o-sob-o-Governo-Bolsonaro-e-seus-impactos-sobre-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana; DIRIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 61-67.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MARINGONI, Gilberto. Rumo à direita na política externa. In: JINKINGS, Ivana; DIRIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69-75.

Marcelo Queiroga. *Biblioteca Virtual em Saúde*. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/2020-2011/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

Milton Ribeiro. *Escavador*. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/7736769/milton-ribeiro>. Acesso em: 4 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. CIÊNCIA, TÉCNICA E ARTE: O DESAFIO DA PESQUISA SOCIAL. In: DESLANDES, Suely Ferreira et al. (Ed.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 9-29. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Ministro da Educação diz que será editada MP liberando recursos bloqueados do orçamento. *G1 Educação*, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/video/ministro-da-educacao-diz-que-sera-editada-mp-liberando-recursos-bloqueados-do-orcamento-11203082.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2022.

Ministros e Ministras. *Gov.br*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros>. Acesso em: 20 set. 2022.

MURAKAWA, Fábio; ARAÚJO, Carla. Vélez quer alterar livros didáticos para “resgatar visão” sobre golpe. *Valor Econômico*, Brasília, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe:ghtml>. Acesso em: 19 fev. 2022.

NISBET, Robert. *O conservadorismo*. 1. ed. Lisboa: Estampa, 1987. v. 1. 193 p.

O artigo em VEJA e a prisão de Bolsonaro nos anos 1980. *Veja*, 15 maio 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/>. Acesso em: 2 jun. 2021.

Ouçã: “O brasileiro viajando é um canibal”, disse Vélez Rodríguez. *Veja*, 18 fev. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ouca-o-brasileiro-viajando-e-um-canibal-disse-velez-rodriquez>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, Ivana; DIRIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69-75.

Palavras do coração. Produção de Abraham Weintraub. [S. l.]: Abraham Weintraub, 2020. 1 vídeo (191 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dhOZsMPrqpc>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Plataforma Lattes. *Gov.br*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6028548417253582>. Acesso em: 6 jul. 2021.

Programa Escolas Cívico-Militares deverá chegar a mais de 200 colégios até 2023. *Gov.br*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-devera-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023>. Acesso: 10 out. 2021.

Propostas de Bolsonaro para a educação – Programa Muda, Brasil (27/09). Partido Social Liberal PSL. [S. l.]: Partido Social Liberal PSL, 2018. 1 vídeo (171 min), son., color. Partido Social Liberal PSL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N0JdplGA1Cg>. Acesso em: 15 jun. 2022.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: JINKINGS, Ivana; DIRIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 131-137.

RAIO-X DE 20 ANOS DE ATAQUES A ESCOLAS NO BRASIL 2002-2023. *Sou da Paz*, maio 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2023/05/Raio-x-ataque-a-escolas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Recursos orçamentários para políticas públicas do Ministério da Educação estão garantidos até o fim de 2022. *Gov.br*, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/recursos-orcamentarios-para-politicas-publics-do-ministerio-da-educacao-estao-garantidos-ate-o-fim-de-2022>. Acesso em: 5 dez. 2022.

REDUÇÃO da Maioridade Penal. Dep. Jair Bolsonaro (PP-RJ). Produção de ParlaTurbe. [S. l.]: ParlaTurbe, 2013. 1 vídeo (130 min), son., color. ParlaTurbe Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VxkKwjpxvA0>. Acesso em: 22 maio 2021.

Ricardo Vélez. X, 18 fev. 2019. Disponível em: Ricardo Vélez. X, 18 fev. 2019. Disponível em: [https://twitter.com/ricardovelez/status/1097440770238435328?ref\\_src=twsrc%5Etfw](https://twitter.com/ricardovelez/status/1097440770238435328?ref_src=twsrc%5Etfw). Acesso em: 18 fev. 2022.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. In: CÁSSIO, Fernando. (org.). *Educação Contra Barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 107-114.

SANTOS, Emily. Homeschooling: entenda o que diz o projeto de lei aprovado pela Câmara sobre ensino domiciliar. *G1*, São Paulo, 19 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/05/19/homeschooling-entenda-o-que-diz-o-projeto-de-lei-aprovado-pela-camara-sobre-ensino-domiciliar:ghhtml>. Acesso em: 25 set. 2022.

SCRUTON, Roger. *Conservadorismo: um convite à grande tradição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Revista Serviço Social e Sociedade*, Recife, n. 122, p. 199-223, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/c78TRGFhqrpDTjGHhYX3pzq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Twitter do Presidente Jair Bolsonaro. *Twitter*. Disponível em: [https://twitter.com/jairbolsonaro?ref\\_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ct\\_wgr%5Eauthor](https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ct_wgr%5Eauthor). Acesso em: 3 jun. 2023.

Universidade alemã desmente pós-doutorado de Decotelli. *Correio Braziliense*, Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino\\_educacaobasica/2020/06/29/interna-educacaobasica-2019,867851/universidade-alema-desmente-pos-doutorado-de-decotelli.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/06/29/interna-educacaobasica-2019,867851/universidade-alema-desmente-pos-doutorado-de-decotelli.shtml). Acesso em: 13 jun. 2022.

Weintraub deixa o governo: seis polêmicas que marcaram a gestão no Ministério da Educação. *BBC News*, Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058067>. Acesso em: 10 jun. 2022.

20 anos do impeachment do Collor. *Câmara dos Deputados*, Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>. Acesso em: 12 out. 2022.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A:

**Tabela 6 – 22 MINISTROS EMPOSSADOS EM 2019**

<b>Ministros (as)</b>	<b>Cargos</b>
1. Osmar Gasparini Terra	Ministro da Cidadania
2. Tereza Cristina Corrêa Da Costa Dias	Ministra de Estado da Agricultura
3. Paulo Roberto Nunes Guedes	Ministro da Economia
4. General Fernando Azevedo e Silva	Ministro da Defesa
5. Onyx Dornelles Lorenzoni	Ministro Chefe da Casa Civil
6. Sérgio Fernando Moro	Ministro da Justiça e da Segurança Pública do Brasil
7. Ernesto Henrique Fraga Araújo	Ministro das Relações Exteriores do Brasil
8. Tarcísio Gomes de Freitas	Ministro da Infraestrutura
9. Ricardo Vélez Rodríguez	Ministro da Educação
10. Luiz Henrique Mandetta	Ministro da Saúde
11. André Luiz de Almeida Mendonça	Advocacia-Geral da União (AGU)
12. Carlos Alberto dos Santos Cruz	Secretaria de Governo

13. Damares Regina Alves	Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
14. Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto	Ministro do Desenvolvimento Regional
15. Ricardo de Aquino Salles	Ministro do Meio Ambiente
16. Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior	Ministro de Minas e Energia
17. Marcos Cesar Pontes	Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações
18. Marcelo Álvaro Antônio	Ministro do Turismo
19. Wagner de Campos Rosário	Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU)
20. Gustavo Bebianno Rocha	Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
21. Augusto Heleno Ribeiro Pereira	Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
22. Roberto de Oliveira Campos Neto	Presidente do Banco Central do Brasil

Fonte: MARIANA SANTANA. 2023